



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Marina Lopes de Holanda

Entre encontros e memórias: requalificação e ampliação da praça Lourenço Gonçalves de Brito no bairro Alto São Geraldo, Pau dos Ferros/RN.

PAU DOS FERROS-RN

2025

Marina Lopes de Holanda

Entre encontros e memórias: requalificação e ampliação da praça Lourenço Gonçalves de Brito no bairro Alto São Geraldo, Pau dos Ferros/RN.

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Damião Esdras Araujo Arraes, prof. Dr.

PAU DOS FERROS-RN

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

H722e Holanda, Marina Lopes de .
Entre encontros e memórias: requalificação e
ampliação da praça Lourenço Gonçalves de Brito no
bairro Alto São Geraldo, Pau dos Ferros/RN. /
Marina Lopes de Holanda. - 2025.
126 f. : il.

Orientador: Damião Esdras Araujo Arraes.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2025.

1. requalificação urbana. 2. espaço público. 3.
direito à cidade. 4. convivência. I. Arraes,
Damião Esdras Araujo, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Marina Lopes de Holanda

Entre encontros e memórias: requalificação e ampliação da praça Lourenço Gonçalves de Brito no bairro Alto São Geraldo, Pau dos Ferros/RN.

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 30/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Damião Esdras Araújo Arraes, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Anna Cristina Andrade Ferreira, Prof^a. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

Lorena Petrovich Pereira de Carvalho, Prof^a. Me. (UFERSA)
Membro Examinador

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho aos meus pais, Erlando e Kaliana, por todo amor, incentivo e apoio incondicional ao longo da minha jornada. Sem vocês, nada disso seria possível. Esta conquista também é de vocês. Obrigada por tudo!”

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me capacitado durante toda essa caminhada. Nos momentos mais difíceis, quando pensei que não iria conseguir, foi o Senhor quem me sustentou, renovou minhas forças e me mostrou que eu era capaz. Sem a sua presença e graça, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus pais, Erlando e Kaliana, obrigada por todo amor, apoio e dedicação ao longo da minha vida. Por acreditarem em mim, me incentivarem a seguir em frente mesmo nos dias mais difíceis, e por serem meu porto seguro em todos os momentos. Às minhas irmãs, Mariana e Maíra, agradeço pela companhia, pelo carinho e por sempre torcerem por mim.

Aos meus amigos de longas datas, Jamily, Raiza, Murillo e Ana Lílian, meu sincero agradecimento. Obrigada por torcerem por mim, por me escutarem sempre que precisei, por estarem presentes nos momentos bons e ruins, por cada palavra de incentivo, por cada gesto de apoio e por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava. Sou imensamente grata por tê-los ao meu lado nessa trajetória.

Em especial, agradeço àqueles que encontrei no caminho e que caminharam comigo durante o curso. Ao meu “grupinho”, Douglas, Karen, Lara, Dalila e Vitória, meu muito obrigada por tornarem essa caminhada mais leve, divertida e suportável mesmo nos dias mais difíceis. Vocês foram fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui. Obrigada por todas as madrugadas projetando juntos, pelo companheirismo, pelas risadas, pelas conversas nos corredores e no Centro de Convivência da faculdade. Cada momento compartilhado com vocês foi essencial para tornar essa jornada inesquecível. Agradeço também aos amigos que conheci nesse percurso, Guilherme, Karine, Hortência, Linda, Lívia, Sérgio, Victor e Ricardo, por deixarem tudo mais leve e divertido. A presença de vocês contribuiu imensamente para que os dias fossem mais alegres e os desafios, mais fáceis de enfrentar. Cada amizade cultivada ao longo dessa trajetória teve um papel importante na minha formação, não só acadêmica, mas também pessoal.

Ao meu orientador, professor Esdras, meu profundo agradecimento por ter acreditado em mim mesmo quando eu duvidava da minha própria capacidade. Obrigada por todas as orientações, pela disponibilidade, pela paciência e por ser sempre presença de calma nos

momentos em que tudo parecia uma grande confusão. Suas palavras de incentivo foram fundamentais para que eu conseguisse conduzir este trabalho até o fim.

A todos os professores que passaram pela minha trajetória acadêmica ao longo desses anos. Cada um, com sua maneira de ensinar, contribuiu para a minha formação pessoal e profissional.

Por fim, agradeço a mim mesma. Pela dedicação, pela coragem de continuar mesmo nos dias em que tudo parecia impossível. Por não ter desistido quando duvidei que conseguiria, quando achei que não era capaz. Hoje, olhando para trás, reconheço cada esforço, cada renúncia, cada madrugada acordada e cada passo dado até aqui. Este trabalho também é fruto da minha persistência e da minha fé que, mesmo abalada às vezes, nunca se apagou completamente.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo propor a requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, localizada no bairro São Geraldo, em Pau dos Ferros/RN. A proposta parte da compreensão da praça como um lugar de memória e um espaço de encontro, convivência e expressão das práticas sociais cotidianas. A pesquisa busca refletir sobre a importância da preservação da memória coletiva nos espaços públicos, aliada às necessidades contemporâneas da população, considerando os princípios do direito à cidade. Para isso, foi realizado um diagnóstico da área a partir de visitas técnicas, análise do comportamento dos usuários, aplicação de questionários e levantamento de referências projetuais. Com base nesse levantamento, foram elaboradas diretrizes que orientam um estudo preliminar de requalificação e ampliação, pautado em estratégias de conforto ambiental, acessibilidade, inclusão e valorização da identidade local. O projeto propõe um novo desenho para o espaço que responda às demandas da comunidade, promovendo pertencimento, interação social e uso democrático do território.

Palavras-chave: requalificação urbana; espaço público; direito à cidade; convivência.

ABSTRACT

This final project aims to propose the redevelopment and expansion of Lourenço Gonçalves de Brito Square, located in the São Geraldo neighborhood of Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte. The proposal is based on the understanding of the square as a place of memory and a space for meeting, coexistence, and expression of daily social practices. The research seeks to reflect on the importance of preserving collective memory in public spaces, aligned with the contemporary needs of the population, considering the principles of the right to the city. To this end, a diagnosis of the area was conducted through technical visits, user behavior analysis, questionnaires, and a survey of design references. Based on this survey, guidelines were developed to guide a preliminary redevelopment study, based on strategies for environmental comfort, accessibility, inclusion, and appreciation of local identity. The project proposes a new design for the space that responds to the demands of the community, promoting belonging, social interaction, and the democratic use of the territory.

Keywords: urban requalification; public space; right to the city; coexistence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do bairro São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.....	19
Figura 2 - Recorte espacial da área de intervenção.....	23
Figura 3 - Mapa do bairro São Geraldo.....	24
Figura 4 - Gráfico "você sabe quem é Lourenço Gonçalves de Brito?".....	36
Figura 5 - Gráfico "você sabe quem é Irmã Geralda?".....	37
Figura 6 - Fachada frontal da capela em 1979.....	45
Figura 7 - Atual fachada da capela do bairro Alto São Geraldo.....	46
Figura 8 - Praça Lourenço Gonçalves de Brito.....	47
Figura 9 - Gráfico "Com que frequência você frequenta a Praça Lourenço Gonçalves de Brito?".....	49
Figura 10 - Gráfico "Na sua opinião, quais são os principais problemas da praça atualmente?".....	50
Figura 11 - Vegetação do bairro São Geraldo.....	53
Figura 12 - Gráfico "Em que período do dia você costuma visitar a praça?".....	54
Figura 13 - Gráfico "como você avalia vegetação atual da praça?".....	55
Figura 14 - Gráfico "Na sua opinião, a praça é bem sombreada e bem ventilada?".....	56
Figura 15 - Dimensões, em metros, referenciais para deslocamento de pessoas em pé.....	57
Figura 16 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.....	58
Figura 17 - Área para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento (continua).....	58
Figura 18 - Gráfico "Na sua opinião, a praça facilita o acesso para todas as pessoas?".....	61
Figura 19 - Gráfico "Para qual finalidade você usa ou usaria a praça?".....	63
Figura 20 - Gráfico "Como você avalia os brinquedos atuais da praça?".....	64
Figura 21 - Gráfico "Como você avalia os bancos atuais da praça?".....	64
Figura 22 - Gráfico "como você avalia a iluminação atual da praça?".....	65
Figura 23 - Gráfico " O que você gostaria que tivesse na praça? ".....	66
Figura 24 - Programa de necessidades.....	67
Figura 25 - Mapa de articulação: espaço construído.....	74
Figura 26 - Mapa de articulação: público e privado.....	75

Figura 27 - Mapa de uso e ocupação do solo.	75
Figura 28 - Mapa de gabarito.	76
Figura 29 - Mapa de malha viária.	77
Figura 30 - Mapa de Hierarquia viária.	78
Figura 31 - Mapa de pavimentação.	78
Figura 32 - Mapa comportamental, sexta-feira (feriado), manhã.....	79
Figura 33 - Fotos dos percursos relacionadas a sexta-feira (feriado), manhã.	80
Figura 34 - Mapa comportamental, sexta-feira (feriado), tarde.	81
Figura 35 - Fotos do percurso relacionadas a sexta-feira (feriado), tarde.	81
Figura 36 - Mapa comportamental, sexta-feira (feriado), noite.	82
Figura 37 - Fotos do percurso relacionadas a sexta-feira (feriado), noite.	83
Figura 38 - Mapa comportamental, Sábado, manhã.....	83
Figura 39 - Fotos do percurso relacionadas a sábado, manhã.	84
Figura 40 - Mapa comportamental, Sábado, tarde.	85
Figura 41 - Fotos do percurso relacionadas a sábado, tarde.....	85
Figura 42 - Mapa comportamental, sábado, noite.	86
Figura 43 - Fotos do percurso relacionadas a sábado, noite.....	86
Figura 44 - Mapa comportamental, terça-feira, manhã.	87
Figura 45 - Fotos do percurso relacionadas a terça-feira, manhã.....	88
Figura 46 - Mapa comportamental, terça-feira, tarde.....	88
Figura 47 - Fotos do percurso relacionadas a terça-feira, tarde.	89
Figura 48 - Mapa comportamental, terça-feira, noite.....	90
Figura 49 - Fotos do percurso relacionadas a terça-feira, tarde.	90
Figura 50 - Parque Urbano e Terminal da Fonte do Bispo, São Luís (MA).	93
Figura 51 - Vista do Parque Urbano e Terminal da Fonte do Bispo, São Luís (MA).	94
Figura 52 - vista do projeto <i>Modernist Garden</i> , de Raymond Jungles.	95
Figura 53 - Praça da Saudade, São Luís-MA.	96

Figura 54 - Vista de cima da praça da Saudade, São Luís – MA.	96
Figura 55 - Zoneamento da requalificação e ampliação da praça.	98
Figura 56 - Rampa de acesso.....	99
Figura 57 -Totem explicativo de quem foi Irmã Geralda.....	100
Figura 58 - Totem de explicação da origem do nome do bairro.	100
Figura 59 - Mobiliário infantil.	101
Figura 60 - Quadra de arremesso.	102
Figura 61 - Banheiros.....	102
Figura 62 - Quiosque.....	103
Figura 63 - Cobertura em madeira.	104
Figura 64 - Academia ao ar livre.....	104
Figura 65 - Pinturas artísticas.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Temperatura média mensal em Pau dos Ferros	70
Gráfico 2	–	Rosa dos Ventos geral	71
Gráfico 3	–	Rosa dos ventos noite.....	71
Gráfico 4	–	Rosa dos ventos dia	72
Gráfico 5	–	Gráfico de precipitação.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto brasileiro de geografia estatística
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
PCD	Pessoas com deficiência
QGIS	Sistema de Informação Geográfica Quântica
RN	Rio Grande do Norte
SIG	Sistema de Informação Geográfica
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-árido
ZEIS	Zona Especial de interesse social

LISTA DE SÍMBOLOS

@	Arroba
©	Copyright
®	Marca registrada
%	Porcentagem
\$	Cifrão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 METODOLOGIA.....	23
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
3.1 O direito à cidade e transformações dos espaços públicos.....	28
3.2 A requalificação urbana	31
3.3 A memória e a praça.....	34
3.4 O significado dos espaços livres na cidade	37
3.5 A cidade que respira: projetando com a natureza.....	39
4 SOBRE A CIDADE DE PAU DOS FERROS.....	43
4.1 Anotações sobre a história de Pau dos Ferros	43
4.2 A requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito.....	46
5 DIAGNÓSTICO URBANO	51
5.1 Contextualizando o bairro São Geraldo	51
5.2 Conforto ambiental e integração com a natureza	52
5.3 Acessibilidade e inclusão no espaço público	56
5.4 Mobiliário urbano como instrumento de convivência e interação	61
5.5 Condicionantes projetuais	68
5.5.1 Condicionantes bioclimáticas.....	68
5.5.2 Condicionantes legais.....	72
5.6 Análise urbana.....	73
5.6.1 Análise morfológica	73
5.6.2 Análise comportamental.....	79
6 ESTUDO PRELIMINAR DA REQUALIFICAÇÃO	92
6.1 Estudo de projetos e intervenções de correlatos.....	92
6.2 Partido do projeto	96
6.3 Zoneamento.....	97

6.4 Soluções projetuais.....	98
6.5 Projeto de requalificação e ampliação em estudo preliminar	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	107
APÊNCIDES	111

1 INTRODUÇÃO

O tema “requalificação urbana” tem sido estudado por urbanistas, sobretudo, depois de iniciadas as críticas ao desenho da cidade modernista produzido no início do século XX. Um dos nomes referenciais do campo é o arquiteto Jan Gehl (2013), que define a requalificação urbana como o conjunto de intervenções planejadas em áreas urbanas que visam reabilitá-las, promovendo melhorias em sua funcionalidade, estética e infraestrutura. Essas intervenções buscam solucionar problemas como a degradação ambiental, o abandono de espaços públicos, a restauração de centros históricos, a exclusão social, a urbanidade e a falta de acessibilidade, por exemplo.

Um documento central para entender essa categoria de requalificação urbana é a *Carta de Lisboa*, de 1995, que define a requalificação urbana como o processo de reestruturação e valorização de áreas urbanas degradadas ou em declínio, tendo como principal objetivo torná-las habitáveis, sustentáveis e atrativas, além de respeitar a história, a memória e a cultura da comunidade local. Esse processo envolve, sobretudo, a restauração de edifícios, o ajuste urbanístico de espaços livres públicos, a modernização de infraestruturas e ações que promovam justiça social e fortalecimento econômico.

Em alguma medida, a requalificação urbana se alinha à ideia de “urbanidade”. O artigo de Frederico de Holanda (2012), que faz parte da coletânea do livro *Urbanidades*, aborda essa dimensão da vida na cidade como a qualidade das relações sociais e espaciais que ocorre no ambiente urbano. Ele entende a urbanidade como algo que transcende a mera organização física das cidades, enfatizando a interação entre os indivíduos e o espaço construído, bem como os modos de convivência que emergem desses contextos (Holanda, 2012).

Ainda de acordo com Holanda (2012), a urbanidade se manifesta na capacidade de as cidades promoverem encontros, diversidade e convivência, sendo diretamente influenciada pela configuração espacial. O autor utiliza o conceito de “espaço de convivência” para descrever áreas que facilitam a interação social, como ruas, praças e outros espaços livres públicos. Assim, a densidade de usos e a acessibilidade são aspectos cruciais para criar uma experiência urbana rica e inclusiva. Espaços públicos eficientes acentuam a complexa dinâmica do cotidiano, promovendo vida às ruas, parques e praças. Em termos de pequenas cidades, as praças são ambientes¹ onde se potencializam as relações sociais operadas no ambiente urbano.

¹ Há vários estudos no âmbito do Urbanismo e da Geografia Urbana que diferenciam espaço, ambiente, território e paisagem. Para esse trabalho de conclusão de curso, empregaremos esses termos de maneira sinonímia.

No contexto da qualidade urbana das praças, Jane Jacobs (1961) frisa que elas desempenham um papel fundamental no planejamento urbano e na vida das cidades, uma vez que são áreas abertas que não apenas favorecem a interação social, mas também promovem trocas culturais e simbólicas, a saúde mental e física dos cidadãos. São lugares de convivência democrática, acessíveis a pessoas de todas as idades, classes, gênero e culturas. Elas promovem interações entre diferentes grupos sociais, ajudando a criar senso de pertencimento e coesão comunitária (Jacobs, 1961).

No entanto, esta realidade não é o que se observa em muitos dos espaços livres públicos da cidade de Pau dos Ferros, localizada na região do Alto Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Com uma população estimada em cerca de 32.000 habitantes (IBGE, 2022), trata-se de um dos polos econômicos, educacionais e de saúde da região. Sua localização estratégica, a cerca de 390 km da capital Natal, e sua proximidade com estados vizinhos, Ceará e Paraíba, tornam-no uma espécie de “roldana” de integração regional.

Uma das praças da cidade, Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro São Geraldo (Figura 1), apresenta problemas de diversas ordens, tanto no nível de infraestrutura, como nos aspectos paisagístico, estético e funcional. É um dos quinze bairros do município de Pau dos Ferros. Essa área, que apresenta um significativo potencial de urbanização, é dividida pela rodovia estadual RN-177 (Avenida Antônio Gurjão), no trecho que segue em direção à cidade de Francisco Dantas.

Figura 1 - Localização do bairro São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.



Fonte: Adaptado de Qgis (2024).

O bairro São Geraldo teve origem em uma antiga fazenda conhecida como Alto do Jacuí, nome dado em referência à ave que habitava a região. Em 1975, o bairro foi renomeado como

Alto de São Geraldo, em homenagem a seu padroeiro, São Geraldo Majella. Atualmente, esse território celebra, no mês de outubro, festividades religiosas dedicadas ao padroeiro, além de promover ações voluntárias em comemoração ao Dia das Crianças (12 de outubro) e eventos voltados à comunidade, como feiras para vendas de alimentos, bebidas, roupas e calçados (Lima, 2023).

A presença da Irmã Geralda no bairro representa um legado profundo de fé, solidariedade e transformação social. Sua atuação consolidou laços comunitários por meio da promoção de práticas religiosas, trabalhos voluntários e ações educativas voltadas, especialmente, para os mais vulneráveis. Com sensibilidade e firmeza, ela levou à comunidade os valores do cuidado, da empatia e da espiritualidade. A escolha do nome São Geraldo para esta área de Pau dos Ferros, carrega uma dupla homenagem: ao santo reconhecido por sua santidade e liderança; e à própria Irmã Geralda, cuja dedicação incansável inspirou e moldou a identidade coletiva do lugar. Assim, sua figura permanece indissociável da história e da memória afetiva do bairro, sendo lembrada não apenas como uma religiosa, mas como uma referência de amor ao próximo e compromisso com o bem comum (Silva, 2024).

A praça mencionada carece de estrutura urbanística viável para atender às necessidades cotidianas dos moradores e demais pessoas da cidade. Atualmente, apresenta deficiências como iluminação inadequada, limitada arborização, insuficiência de áreas sombreadas e inacessibilidade para pessoas com deficiência (PCD), idosas e outras formas de existência. Além disso, a falta de equipamentos utilitários destinados à comunidade, a ausência de espaços voltados para lazer e a escassez de áreas, que incentivem a promoção da cultura e economia local, comprometem a funcionalidade e a dimensão lúdica do espaço.

Para justificar esse problema apontado, é relevante frisar que a motivação para a requalificação da praça surge de análises pessoais, das experiências como habitante natural de Pau dos Ferros e adquiridas em componentes curriculares estudados no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFERSA, que proporcionaram entendimento da dinâmica do bairro São Geraldo e despertou o interesse pela resignificação, urbanística de sua praça. Por meio dessas experiências, observou-se que a praça é mais utilizada no período noturno, devido aos altos índices de temperaturas registrados durante o dia, evidenciando a necessidade de aprimoramento urbanístico, tornando-a mais acolhedora e funcional em diferentes horários.

A participação em missas na capela do bairro, incentivada por convites de amigos do grupo de jovens residentes, reforçou a conexão desta autora com a comunidade e possibilitou a compreensão sensível das demandas locais. Dessa forma, a busca por proposições projetuais visa promover a integração social, tornar o espaço sustentável e inclusivo com redução das

desigualdades, além de fortalecer o vínculo dos moradores com o território, unindo perspectivas pessoais, públicas e profissionais. Além disso, a precariedade ou ausência de objetos qualitativos (como mobiliário urbano adequado a diferentes corpos), de arborização pensada a partir do conforto térmico e equilíbrio ecológico e iluminação eficiente compromete significativamente o uso da praça, reduzindo sua funcionalidade e atratividade como espaço de convivência e lazer.

Diante dessas circunstâncias, o presente trabalho tem como **objetivo geral** propor a requalificação e ampliação, a nível de estudo preliminar, da praça Lourenço Gonçalves de Brito, intentando transformar o espaço em local de encontro, de lazer, de justiça social e ambiental e de convivência para os moradores, além de que o mesmo reflita as necessidades e aspirações dos moradores, alinhadas às práticas culturais, sociais e ao direito à cidade.

Para tanto, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: 1) Entender o conceito de requalificação urbana, a ser empregado na ressignificação quantitativa e qualitativa de espaços públicos de cidades pequenas; 2) Alinhar a requalificação urbana à memória coletiva do bairro; 3) Realizar diagnóstico urbanístico a fim de verificar a morfologia urbana e as principais necessidades do São Geraldo; 4) Avaliar, mediante análise comportamental, o uso da praça em diferentes horários e dias, se apresenta sinomorfia, isto é, se a relação entre pessoas e o ambiente construído é harmoniosa ou não; 5) Valorizar a memória coletiva e a identidade local por meio da inserção de elementos simbólicos que homenageiem a irmã Geralda e os moradores da comunidade, reforçando o sentido simbólico dos espaços públicos, o direito à cidade, o pertencimento e a apropriação pela população.

A estrutura geral da proposta é formada por sete capítulos que definem o foco da pesquisa. O primeiro se compõe dessa introdução. O segundo e terceiro capítulos descrevem, respectivamente, a metodologia adotada ao longo do estudo e a fundamentação teórica, com a explicação dos principais conceitos abordados na pesquisa, como o direito à cidade, a memória coletiva, o papel do espaço público na convivência social, a acessibilidade, o conforto ambiental e a análise comportamental do uso urbano.

Em seguida, o capítulo intitulado - “O direito à cidade na requalificação de espaços urbanos” - analisa a aplicação prática do conceito de direito à cidade. Trata-se da abordagem, que orienta a requalificação da praça com vistas a promover cidadania, pertencimento, sustentabilidade e justiça social.

No capítulo cinco sobre diagnóstico da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, é realizada uma análise detalhada da condição atual do espaço, identificando suas principais características, problemas e potencialidades, o que permite compreender as demandas da comunidade e

direcionar as intervenções necessárias. Também relata sobre “Conforto Ambiental e a Natureza como modelo de projeto”, a importância de estratégias climáticas e sustentáveis no planejamento urbano, discutindo soluções que buscam aprimorar as condições ambientais da praça, promover o bem-estar dos usuários e integrá-la ao contexto natural local. Complementando a análise, essa sessão adiciona estudo sobre “Acessibilidade e Inclusão no Espaço Público”, destacando a relevância de sintonizar o espaço à normativa da NBR 9050:2020, garantindo acessibilidade universal e promovendo a inclusão de todos os cidadãos. Além disso, o embasamento técnico e normativo do projeto considera legislações e diretrizes essenciais, como: o Plano Diretor de Pau dos Ferros, Código de Obras e a NBR 16401-2: 2017 (conforto térmico).

O comportamento humano na praça será avaliado mediante análise comportamental, conforme método empregado por Vicente del Rio (1990). A análise do comportamento humano no ambiente construído da praça, desvela a dimensão de como os objetos (naturais e antrópicos) atendem ou não as relações sociais realizadas no espaço público em estudo, isto é, se há ou não sinomorfia. O trabalho integra teoria e prática, abordando aspectos técnicos e sociais essenciais para criar um espaço público mais inclusivo e funcional. Soma-se a isso, o papel do mobiliário urbano como instrumento para estimular a convivência e a interação social é explorado no capítulo cinco “Mobiliário Urbano como Instrumento de Convivência e Interação”, no qual são apresentadas propostas de projeto voltadas a tornar o espaço funcional, acolhedor e inclusivo para as diferentes formas de existência que há no bairro e na cidade de Pau dos Ferros.

Por fim, o último capítulo deste trabalho corresponde à elaboração do projeto de requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, localizado no bairro São Geraldo, no município de Pau dos Ferros/RN. Esse projeto foi desenvolvido na fase de estudo preliminar, considerando as análises realizadas nas etapas anteriores, bem como os dados coletados por meio de pesquisa de campo, aplicação de questionários aos usuários do espaço, levantamento fotográfico e mapeamento comportamental. A construção desse capítulo fundamenta-se também nos referenciais teóricos que abordam memória coletiva, identidade, direito à cidade e espaço público, os quais orientaram as diretrizes projetuais. O desenvolvimento da proposta considerou princípios de acessibilidade, conforto ambiental, permanência, integração social e valorização da memória do lugar.

2 METODOLOGIA

O trabalho emprega uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, integrando técnicas de análise de morfologia urbana, estudos comportamentais e princípios de projeto arquitetônico e urbanístico. Este estudo foi conduzido em etapas, que visam garantir uma análise detalhada e fundamentada da praça Lourenço Gonçalves de Brito, bem como a proposição de intervenções alinhadas aos objetivos do trabalho.

A metodologia circunstanciou o uso de fontes teóricas e empíricas, integrando revisão bibliográfica, levantamento de dados *in loco*, diagnóstico urbanístico, estudo normativo exemplar diretiva à organização do projeto urbano, produção de mapas temáticos e análise comportamental. Tal abordagem mista, compreendida no recorte espacial da área da intervenção (Figuras 2 e 3 - apêndice 3²), tem a finalidade de construir um projeto de requalificação urbana para a praça e ampliação, fundamentado em conceitos acadêmicos e em uma compreensão das dinâmicas sociais, culturais e estruturais do lugar.

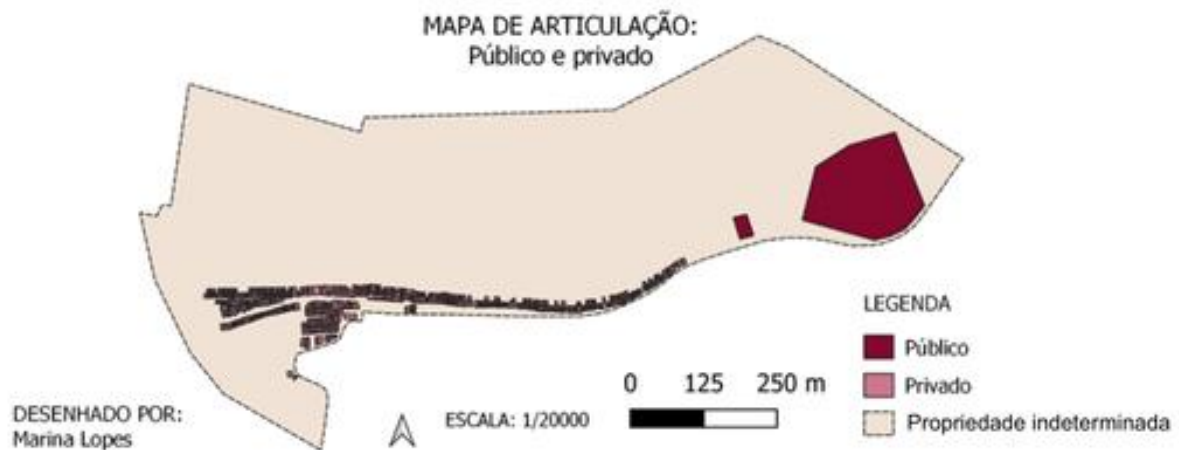
Figura 2 - Recorte espacial da área de intervenção.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

² Nos apêndices encontram-se os mapas em tamanho A3, para uma leitura mais precisa.

Figura 3 - Mapa do bairro São Geraldo.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

A revisão bibliográfica, se concentra nos conceitos de “requalificação urbana”, “urbanidade”, “sustentabilidade” e “direito à cidade”, além de identificar boas práticas de planejamento urbano em cidades pequenas. Entre os principais autores que abordam o tema foram selecionados: 1) Jan Gehl (2013), que estuda a requalificação urbana como intervenções planejadas para aprimorar a funcionalidade, a estética e a infraestrutura de espaços urbanos, além de direcionar as intervenções na cidade com vista a potencializar as dinâmicas sociais operadas no espaço; 2) Frederico de Holanda (2012), que define a categoria “urbanidade” como a capacidade de o espaço urbano promover convivência, diversidade e relações sociais enriquecedoras; 3) Jane Jacobs (1961), cuja análise frisa o significado das praças como *locus* de interação social e pertencimento comunitário; além de documentos como a Carta de Lisboa (1995), que enfatiza a importância de respeitar a história e a cultura local em processos de requalificação; 4) Cecília Polacow Herzog (2013), urbanista que lança luz na interação premente entre natureza e cidade, fundamentando a produção de espaços públicos ecossustentáveis; 5) Mohsen Nistafavi (2019), obra referencial que contém inúmeros projetos inspiradores da América Latina sintonizados ao entrelaçamento entre ser humano – espaço público – natureza; 6) Henri Lefebvre (2001) será nossa principal leitura quanto ao entendimento sobre as questões sociais e políticas que envolvem o “direito à cidade”.

Para garantir que a proposta de requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito e esteja em conformidade com as diretrizes urbanísticas e normativas vigentes, este trabalho inclui a análise dos condicionantes legais aplicáveis ao espaço público. Assim, consideram-se

leis, normas técnicas e regulamentos municipais, estaduais e federais que orientam a concepção do projeto, assegurando sua viabilidade e conformidade jurídica.

Dentre os principais instrumentos normativos considerados, destaca-se o Plano Diretor Municipal de Pau dos Ferros, que estabelece diretrizes de uso e ocupação do solo, determinando as permissões e restrições aplicáveis à praça, além de apontar objetivos de planejamento urbano para a área. O Código de Obras e Edificações do município também é analisado para verificar as exigências relativas ao dimensionamento de espaços públicos, pavimentação, mobiliário urbano e infraestrutura adequada para a circulação de pedestres. Além disso, a Norma de Acessibilidade, NBR 9050 (ABNT, 2020) orienta a adaptação dos espaços, garantindo que pisos, calçadas, mobiliários urbanos e sinalizações sejam projetados de forma inclusiva, permitindo o acesso universal; NBR 16401-2:2018 (conforto térmico).

No quesito ambiental, são considerados os regulamentos relacionados à arborização urbana e à preservação da vegetação existente, assegurando que a introdução de novas espécies seja compatível com o ecossistema local do bioma Caatinga e que contribua com o conforto ambiental da praça. Além disso, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) fundamentam a proposta dentro dos princípios do direito à cidade, idealizando um espaço público democrático, acessível e adequado à convivência comunitária.

A análise desses condicionantes será realizada por meio de consultas a documentos oficiais e legislações vigentes, garantindo que a proposta de requalificação atenda aos requisitos técnicos e legais. Dessa forma, busca-se desenvolver um projeto que proporcione um ambiente público funcional, sustentável e alinhado às necessidades da população local.

O levantamento empírico foi conduzido com visitas recorrentes à praça, objetivando identificar as características físicas, paisagísticas, simbólicas e funcionais do lugar. As visitas possibilitam: 1) registro fotográfico; 2) georreferenciamento dos dados geográficos: utilizando programas do sistema SIG (QGIS) para elaboração de mapas temáticos exemplares (encontram-se nos apêndices em formato A3) e figuras ilustrativas; 3) observação direta dos fenômenos sociais e urbanos, tais como: avaliação dos usos predominantes do espaço, fluxos de pessoas e veículos, comportamentos, e equipamentos existentes; 4) formulário semiestruturado (apêndice 8): que resulta na coleta de relatos junto a moradores, com foco nas percepções individuais sobre a qualidade da praça e suas demandas específicas³; 5) análise comportamental: estudo

³ As respostas obtidas por meio do formulário aplicado não serão apresentadas em um tópico específico destinado exclusivamente aos resultados. Em vez disso, os dados coletados serão discutidos ao longo do desenvolvimento do trabalho, sendo inseridos nos capítulos que abordam diretamente os temas relacionados a cada questão. Essa escolha visa proporcionar uma análise mais integrada, contextualizando as respostas dentro das reflexões teóricas e práticas pertinentes a cada parte do estudo.

dos padrões de uso da praça em diferentes horários, com ênfase nas interações sociais e nas condições ambientais que favorecem ou limitam o uso do espaço; 6) morfologia urbana – instrumento analítico voltado a compreender a forma física da cidade e as relações sociais que nela se estabelecem.

Os estudos *in loco* e os mapas temáticos produzidos visam interpretar a configuração espacial, os elementos estruturantes da paisagem urbana e os padrões de uso do solo, circulação e vivência cotidiana. Para isso, a análise se baseou nos estudos de Vicente del Rio (1990), que discute a percepção e a experiência do espaço urbano, José García Lamas (2010), que propõe métodos para leitura e representação da morfologia urbana, e Kevin Lynch (2011), urbanista que analisou a forma como as pessoas percebem e se orientam na paisagem urbana segundo a gramática da legibilidade da cidade, construída por elementos como marcos, nós e distritos.

Os dados obtidos foram organizados em categorias que permitiram um entendimento das demandas e potencialidades do espaço em estudo. Essas categorias incluem: i) conforto ambiental: avaliação da arborização, sombreamento, ventilação e condições de iluminação da praça e espaços livres públicos do entorno; ii) acessibilidade: identificação de barreiras físicas e proposição de soluções alinhadas à NBR 9050:2020; iii) mobiliário urbano: levantamento dos equipamentos existentes e definição de elementos que promovam convivência e interação social; iv) cultura e economia local: identificação de potencialidades para promover a memória e cultura, bem como estimular a economia local no contexto da praça; v) diagnóstico urbano: realização de diagnósticos urbanísticos voltados a compreender a morfologia urbana do bairro.

A análise dos dados empíricos ocorreu por meio de conceitos teóricos revisados, de modo a assegurar que a proposta de requalificação da praça não apenas atendesse às necessidades dos moradores do bairro, mas também refletisse boas práticas urbanísticas, urbanidade e, sobretudo, o direito à cidade. A metodologia possibilitou o diálogo complementar entre a teoria e a prática, culminando em diretrizes projetuais que buscam transformar a praça Lourenço Gonçalves de Brito em um marco urbano inclusivo, funcional, democrático e representativo da sociedade.

A partir das informações bibliográficas, normativas e documentais coletadas e diagnósticos, foi elaborada uma proposta de requalificação e ampliação considerando aspectos funcionais, estéticos e sociais. Os resultados e a intervenção apresentam-se conforme as recomendações das NBR 16636-3:2019 (Projeto Urbanístico) e NBR 16636-4:2023 (Projeto de Arquitetura da Paisagem) relativas à elaboração de plantas, cortes, elevações e perspectivas para o nível de estudo preliminar da proposta. O projeto utilizou softwares de desenho

arquitetônico como Revit e Autocad. E um relatório final com a consolidação dos resultados do diagnóstico e das diretrizes do projeto de requalificação em um documento técnico.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O direito à cidade e transformações dos espaços públicos

Henri Lefebvre, em sua obra *O Direito à Cidade* (2001), oferece análise crítica e profunda sobre os processos urbanos e os desafios inerentes à construção de cidades democráticas e inclusivas. O autor introduz o conceito de "direito à cidade" como um princípio fundamental para repensar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam os espaços urbanos. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade transcende a simples ideia de acesso físico ao espaço urbano, propondo a reinvenção da cidade como lugar de convivência, participação e criação coletivas.

Um dos aspectos centrais do pensamento lefebvriano é a crítica à mercantilização do espaço urbano, ou seja, às cidades que são organizadas prioritariamente para atender aos interesses do capital, em detrimento das necessidades dos cidadãos (Lefebvre, 2001). Nesse contexto, o autor argumenta que o direito à cidade não deve ser reduzido a um privilégio individual, mas direito coletivo que promova o bem-estar comum e a apropriação dos espaços públicos por todos os habitantes da cidade (Lefebvre, 2001).

Além disso, o sociólogo francês enfatiza o significado de uma nova forma de produção do espaço urbano que permita aos cidadãos serem protagonistas no processo de construção e transformação da cidade (Lefebvre, 2001). Ele introduz a noção de "obra", contrapondo-a ao "produto", para destacar que a cidade deve ser entendida como um espaço dinâmico, que carrega consigo as marcas culturais, sociais e históricas das comunidades que a habitam (Lefebvre, 2001). Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas urbanas que priorizem a criatividade, a diversidade e a inclusão.

Outro aspecto relevante em *O Direito à Cidade* é a crítica à segregação espacial e à exclusão social que caracterizam muitas cidades contemporâneas. Lefebvre (2001) defende que o direito à cidade implica a superação dessas desigualdades, promovendo a justiça social e garantindo que todos os habitantes tenham acesso às oportunidades e benefícios proporcionados pela vida urbana.

Dessa forma, o pensamento de Henri Lefebvre oferece uma base teórica essencial para embasar projetos e intervenções urbanísticas que busquem equilibrar as operações sociais e políticas entre comunidade e os espaços que ocupam (Lefebvre, 2001). Suas reflexões sobre o direito à cidade são especialmente relevantes para a elaboração de propostas que valorizem o

papel dos cidadãos como agentes transformadores, incentivando uma urbanidade mais equitativa, participativa e sustentável.

No projeto da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, essa visão fundamenta a proposta de ressemantizá-la como um lugar de convivência, encontro e protagonismo popular, onde os moradores possam intervir, participar e se reconhecer. Ao contrário de um espaço pensado apenas como produto acabado, a praça se propõe como obra em constante construção social.

Essa perspectiva é ampliada no artigo *Utopias urbanas e o giro decolonial* (2022) dos pesquisadores e urbanistas Roberto Monte-Mór e Ester Limonad, o direito à cidade não é apenas acesso ao espaço urbano, mas a possibilidade de transformar esse espaço a partir das necessidades reais da população, valorizando a vida coletiva, a solidariedade e o cotidiano. Requalificar a praça é um gesto concreto nesse sentido — resgatar o espaço para o uso social e comunitário (Limonad; Monte-Mór, 2022). Ao projetar espaços como praças, é essencial integrar natureza e sociedade, com áreas verdes, conforto ambiental e apropriação coletiva. Isso está diretamente ligado ao direito à cidade enquanto direito à natureza e à qualidade de vida no cotidiano (Limonad; Monte-Mór, 2022).

Monte-Mór e Limonad, dissertam que o direito à cidade igualmente envolve romper com a lógica urbana excludente e padronizada imposta historicamente pelo processo de colonização, valorizando saberes locais, modos de vida diversos e formas populares de apropriação do espaço (como acontece nas práticas comunitárias em bairros como o São Geraldo). A praça, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, é um símbolo de uma sociedade igualitária (Limonad; Monte-Mór, 2022). Como ocorre no bairro São Geraldo, onde a figura da Irmã Geralda representa um forte elo entre fé, cuidado comunitário e identidade local. A praça, nesse sentido, não é apenas um espaço físico, mas um símbolo social e cultural, passível de ser reconfigurado como "utopia concreta".

Em diálogo com essas ideias, David Harvey, em *Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana* (2014), amplia o conceito de direito à cidade ao associá-lo à luta contra as desigualdades sociais e espaciais, resultantes da lógica capitalista. Esse geógrafo marxista critica a privatização e mercantilização dos espaços urbanos, defendendo o direito coletivo de transformar a cidade e reestruturar os processos sociais e políticos que a moldam.

Harvey enfatiza o significado dos movimentos sociais na resistência às desigualdades e na reivindicação do espaço público como lugar de criação coletiva (Havey, 2014). Aponta como o capitalismo utiliza as cidades para resolver crises econômicas, aprofundando as desigualdades por meio da especulação imobiliária e gentrificação. Propõe, assim, uma revolução urbana que

ultrapasse a mera reestruturação física do ambiente construído, buscando mudanças radicais nos sistemas econômicos e sociais que sustentam as desigualdades (Havey, 2014).

No contexto da requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, suas ideias revelam a importância de projetos que, nos moldes do discurso lefebvriano, promovam inclusão, justiça social e participação comunitária.

Lefebvre, Monte-Mor, Limonad e Harvey pensam sobre a obra espacial como instrumento transformador do convívio humano na cidade. Perspectiva que se alinha à proposição de Jan Gehl, em seu trabalho referencial intitulado, *Cidades para Pessoas* (2013). Esse urbanista apresenta uma reflexão centrada no ser humano, defendendo que as cidades devem ser planejadas para aprimorar a qualidade de vida operada nas relações cotidianas. Ele critica o planejamento urbano pautado no corolário da “cartilha” modernista (lê-se, Carta de Atenas de 1933), que privilegia a circulação de veículos em detrimento do pedestre e da vida comunitária, propondo mecanismos para tornar os espaços urbanos acessíveis, agradáveis e justos.

De fato, Gehl situa o espaço livre público como lugar para a interação social e o bem-estar humano. Ele comenta que “[...] pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento da cidade” (Gehl, 2013), apontando a validade de projetar ambientes urbanos que incentivem a convivência e o uso coletivos. Essa visão valoriza o pedestre e o ciclista, sugerindo a redução de automóveis como meio de locomoção e o aumento de áreas destinadas às práticas lúdicas, à interação, ao descanso e à contemplação.

Outro aspecto central da obra é o significado do conforto ambiental e da escala humana no planejamento urbano. Para Gehl (2013) espaços projetados a partir da escala humana favorecem o uso diário, estimulam atividades sociais e criam ambientes mais vibrantes e inclusivos. Assim, defende a aplicação de estudos comportamentais para compreender como as pessoas utilizam e se apropriam dos espaços urbanos, o que possibilita o direcionamento de projetos atentos às necessidades da população (Gehl, 2013).

A abordagem de Gehl (2013) oferece fundamentos para projetos de requalificação de espaços públicos, inspirando-nos a empregá-la em nossa proposta. A aplicação de seus princípios reforça a prioridade do ser humano, criação de ambientes convidativos e promover interações sociais. Dessa forma, é possível transformar a praça em um espaço que reflita as aspirações da comunidade, resgatando sua função como lugar de encontro e convivência.

Aplicando essa abordagem, o projeto da praça propõe percursos acessíveis, mobiliários confortáveis, áreas sombreadas, espaços lúdicos e ambientes que favorecem o descanso e o

encontro. Além disso, o uso dos estudos de comportamento dos usuários, realizados em diferentes horários, orienta o desenho dos espaços para que respondam às reais necessidades da população.

Por seu turno, os arquitetos e urbanistas Fabio Robba e Silvio Soares Macedo (2010), em *Praças Brasileiras*, oferecem análise abrangente sobre a função das praças no contexto urbano brasileiro, mostrando sua relevância histórica, cultural e social. A obra aborda as praças como espaços públicos essenciais para a interação, o lazer e a convivência, além de ressaltar sua função simbólica na construção da identidade das cidades.

Esses autores exploram as alterações físicas e sociais das praças no Brasil em sucessão histórica, desde as influências coloniais até os projetos contemporâneos, analisando como esses espaços refletem as transformações urbanísticas e sociais ao longo do tempo (Robba; Macedo, 2010). Seus estudos destacam que, apesar de seu papel reestruturador na vida urbana, muitas praças têm sido negligenciadas em termos de planejamento e manutenção, comprometendo sua funcionalidade e potencial como locais de integração comunitária (Robba; Macedo, 2010).

Então, Robba e Macedo (2010) apontam que o projeto de uma praça deve considerar a acessibilidade, conforto ambiental, segurança e diversidade de usos. Para eles, uma praça bem-sucedida é aquela que efetiva encontros e atividades para diferentes públicos, tornando-se um lugar democrático, sustentável e inclusivo (Robba; Macedo, 2010). Eles também destacam o simbolismo do contexto local, sugerindo que o desenho da praça deve dialogar com a cultura, a história, a memória e as necessidades da comunidade do entorno.

A abordagem apresentada por esses autores também embasará a requalificação da praça Lourenço Gonçalves de Brito. Ao considerar a praça como um espaço nuclear para o exercício da vida urbana, o trabalho busca integrar estratégias que priorizem o uso coletivo, a acessibilidade e o conforto ambiental, alinhadas às práticas culturais e sociais da comunidade local. Assim, é possível transformar o espaço em um ambiente que promova o encontro e a convivência, reafirmando sua relevância no contexto urbano de Pau dos Ferros.

3.2 A requalificação urbana

Os espaços públicos são vistos como essenciais para a convivência e integração, devendo ser requalificados com conforto ambiental, acessibilidade e respeito à identidade local. Além disso, a participação comunitária deve ocorrer em todas as etapas do processo, garantindo que as intervenções atendam aos anseios reais da população (Carta de Lisboa, 1995).

A Carta ainda propõe uma gestão integrada, envolvendo poder público, iniciativa privada e sociedade civil, para ações mais eficientes e alinhadas. Assim, a requalificação urbana é apresentada como um meio de criar cidades democráticas, sustentáveis e voltadas ao bem-estar coletivo (Carta de Lisboa, 1995).

Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jane Jacobs (2000) critica as práticas tradicionais de planejamento urbano de teor modernista, defendendo intervenções subsumidas nas dinâmicas sociais e culturais operadas nas cidades. A ativista e jornalista ressalta o significado da diversidade social e cultural, promovendo usos mistos nos bairros – como habitação, comércio e espaços públicos – para garantir vitalidade, segurança e interação nos bairros (Jacobs, 2000).

Com efeito, Jacobs lança luz sobre os espaços públicos como objetos fundamentais às tessituras sociais, sugerindo que ruas e praças devem ser projetadas com conforto ambiental, acessibilidade e atratividade para diferentes grupos sociais (Jacobs, 2000). Ela também sublinha a necessidade de participação comunitária, argumentando que os moradores possuem conhecimento prático da vida cotidiana, indispensável para o sucesso de qualquer intervenção (Jacobs, 2000).

Nesse aspecto, a requalificação urbana deve priorizar a escala humana, a convivência, a história, o simbolismo das edificações e o fortalecimento do pertencimento com o lugar, promovendo cidades inclusivas, vibrantes e adaptadas às necessidades reais de seus habitantes (Jacobs, 2000).

Na antologia *Urbanidades* (2012), Frederico de Holanda explora a relação entre espaço urbano e dinâmica social, chamando a atenção ao planejamento das cidades que prioriza a urbanidade como dimensão complementar ao direito à cidade. Ele argumenta que a requalificação urbana deve ser pautada pela valorização da urbanidade, promovendo espaços que incentivem a diversidade de usos, a acessibilidade e a interação social, contribuindo para uma cidade mais inclusiva e vibrante (Holanda, 2012). Um trecho significativo do autor sintetiza seu pensamento: "o conceito de urbanidade numa discussão mais ampla sobre taxonomia sócio arquitetônica, que implique compreender tipos de sociedade e tipos de arquitetura." (Holanda, 2012).

A partir dessa perspectiva, a requalificação urbana deve considerar a configuração espacial, promovendo conectividade entre os espaços e integrando usos diversificados, como habitação, comércio e lazer. Para Holanda (2012), ambientes bem planejados estimulam interações espontâneas, fortalecem o senso de comunidade e contribuem para a segurança coletiva.

Além disso, ele ressalta que a requalificação não deve resultar na segregação espacial ou no deslocamento de populações vulneráveis, mas sim garantir que todos tenham acesso equitativo aos benefícios da revitalização (Holanda, 2012). Para tanto, é essencial aliar princípios de sustentabilidade, memória urbana e participação comunitária, visando intervenções que reflitam as necessidades reais dos habitantes (Holanda, 2012).

Em síntese, as reflexões de Frederico de Holanda oferecem abordagem que conecta ambiente construído e sociedade, reforçando a importância de uma requalificação urbana que priorize a inclusão, a convivência e a qualidade de vida, elementos essenciais para cidades mais humanas e democráticas. Nesse sentido, a proposta de inserção de mobiliários urbanos como bancos sob sombra e quiosques visa estimular o uso contínuo da praça por diferentes grupos sociais, promovendo interações cotidianas e reforçando o papel do espaço público como lugar de sociabilidade e pertencimento.

No processo de requalificação urbana, é fundamental compreender o significado das nomenclaturas que guiam essa modalidade de reflexão e projeto urbano. Segundo Lélia Mendes de Vasconcellos e Maria Cristina Fernandes de Mello (2001), o prefixo "re", presente em termos como requalificação, revitalização, reabilitação, problematiza a ideia de retorno e transformação, indicando uma ação que retoma algo original, mas que o ressignifica, dando-lhe uma nova forma ou função. A partir da década de 1960, esse tipo de abordagem passou a substituir as práticas anteriores marcadas por demolições e substituições radicais das preexistências arquitetônicas e urbanísticas, refletindo sobre o reconhecimento do valor histórico, cultural e simbólico dos espaços urbanos (Vasconcellos; Mello, 2001).

Essa nova perspectiva não apenas introduz uma dimensão crítica ao modo de intervir na cidade, como também aproxima o planejamento urbano da interdisciplinaridade (Vasconcellos; Mello, 2001). Ainda segundo as autoras, a urbanização moderna passou a ser entendida como um instrumento de controle e organização da vida urbana, em resposta ao "medo urbano" provocado pelo crescimento desordenado, insalubridade e conflitos sociais. Assim, os projetos de requalificação são tanto intervenções físicas, bem como estratégias políticas e sociais que buscam recuperar, ressignificar espaços, e conectar com novas demandas coletivas, memórias compartilhadas e direitos urbanos (Vasconcellos; Mello, 2001).

Ao tratar da requalificação como estratégia de intervenção em espaços urbanos, é imprescindível reconhecer que esse termo, assim como outros com o prefixo "re", carrega em si uma multiplicidade de significados e, muitas vezes, falta de clareza metodológica. De acordo com Vasconcellos e Mello (2001), essas expressões passaram a ser usadas de maneira

recorrente e até intercambiável, especialmente a partir da segunda metade do século XX, no contexto das reconstruções pós-guerra e das experiências modernistas.

As autoras ainda apontam que o uso repetido e pouco rigoroso desses termos criou uma confusão conceitual, frequentemente associada a interesses de marketing urbano e político. A requalificação, por exemplo, é considerada como sinônimo de revitalização ou regeneração, sem que se explicita quais elementos devem ser “qualificados” e com base em quais critérios de valor cultural, social ou econômico. Além disso, elas alertam que a adoção do prefixo “re” pode sugerir a intenção de recuperar um passado ou uma identidade local, quando, na prática, os projetos podem resultar em gentrificação, remoção de populações e apagamento de memórias coletivas.

Esse debate é essencial no contexto deste trabalho de conclusão de curso, que propõe uma requalificação com vistas a atender a justiça ambiental e ao direito à cidade, cujo processo de projeto dá ênfase na disseminação da memória coletiva que direcionou a urbanização do bairro São Geraldo. Mais do que um discurso de valorização estética ou funcional do espaço, a requalificação deve considerar os valores culturais, afetivos e históricos atribuídos pela população lugar que habitam. Do contrário, corre-se o risco de reforçar uma lógica excludente e mercadológica, distante das reais necessidades dos habitantes e da cultura que ali se desenvolve (Vasconcellos; Mello, 2001).

3.3 A memória e a praça

Os espaços públicos, em especial as praças, vão além de sua função física e urbanística: são inclusive lugares de memórias, afetos e vivências coletivas. De fato, transmitem simbolismo histórias e identidades. A praça é, portanto, um lugar onde o tempo social se manifesta, espaço de encontros, celebrações, lutas e religiosidade. Ao considerar a memória como parte essencial da experiência urbana, este capítulo reflete sobre o papel da Praça Lourenço Gonçalves de Brito como um lugar de memória de Pau dos Ferros.

Para Pierre Nora, na obra "*Lugar de memória*"(2008), a memória é fundamentalmente uma construção do presente, sendo constantemente reelaborada a partir das necessidades, afetos e visões de mundo das sociedades que a evocam. Nesse contexto, os lugares de memória surgem quando a ligação entre a história vivida e a memória coletiva, fazendo com que os espaços passem a ser marcadores simbólicos de lembranças que a sociedade deseja preservar (Nora,

2008). Então, os lugares de memória carregam significados, que transcendem o tempo e resgatam elementos da identidade coletiva.

A arquitetura e o urbanismo, quando articulados com a memória, tornam-se instrumentos para a reconstrução do tecido simbólico das cidades, promovendo a reconexão entre os habitantes e seu território (Nora, 2008). Assim, a requalificação da praça pode ser vista como estratégia para rememorar e reinterpretar o passado, um lugar de memória, criando camadas de significados que respeitam o que foi vivido, o que é experienciado e apontam para um futuro coletivo consciente e enraizado. Ao converter a praça em lugar de memória viva, o projeto reforça o pertencimento, o reconhecimento das trajetórias locais e a valorização das experiências humanas que moldam a paisagem urbana. Nesse sentido, na praça, se entrelaçam passado, presente e futuro.

Por seu turno, o historiador francês Jacques Le Goff, em *História e memória* (2013), aprofunda essa perspectiva distinguindo história de memória ao apontar que a primeira é um discurso sistemático, baseado na análise crítica e em documentação, enquanto a memória é um processo vivo, seletivo, coletivo e, sobretudo, afetivo. A memória entrelaça sentimentos com símbolos e significados culturais que os sujeitos atribuem aos lugares ao longo do tempo. (Le Goff, 2013) Neste aspecto, a praça se torna um espaço privilegiado onde a memória é não apenas preservada, mas também vivenciada cotidianamente.

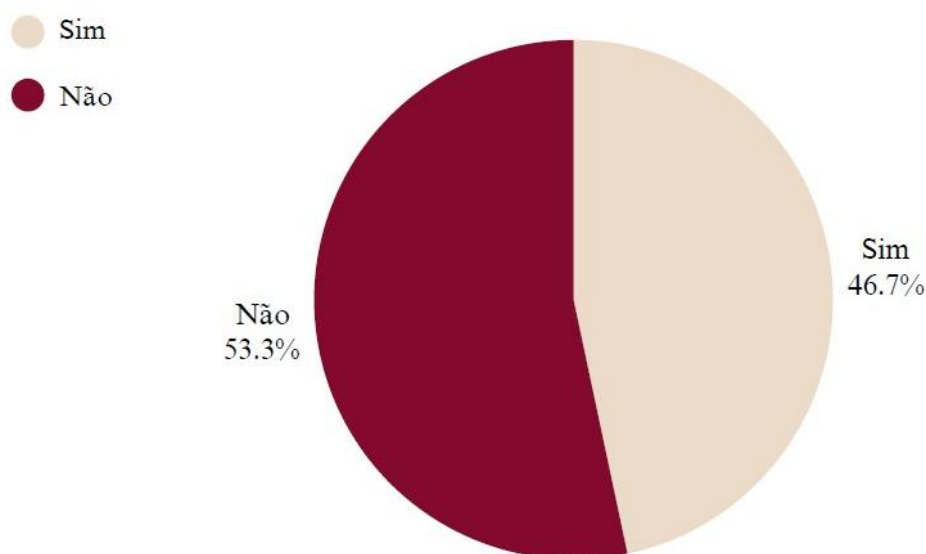
A reinterpretação do espaço urbano como lugar de memória contribui para atar os vínculos entre pessoas e território (Le Goff, 2013), isto é, definir territorialidades, pois associa objetos como: bancos, caminhos, paisagem e monumentos, à elementos intangíveis, como festas comunitárias, histórias orais e personagens marcantes, como a irmã Geralda. Esse processo transforma a praça em um símbolo de pertencimento ao lugar, onde a memória coletiva/individual é atualizada e celebrada. Assim, a requalificação urbana passa a ser representativa nas mudanças de atribuições culturais e na transmissão intergeracional dos sentidos atribuídos ao lugar, ao mesmo tempo em que promove inclusão, acolhimento e continuidade histórica.

É a partir desse argumento que Denise Jodelet (2002), em artigo intitulado *Cidade e memória*, amplia esse olhar ao destacar como a cidade é um território de memórias, onde as pessoas se reconhecem e constroem identidades coletivas. A intervenção pensada para a praça deve integrar aspectos que honrem a memória do bairro, criando um ambiente que não apenas reflita as transformações urbanas, mas também acentue o primado de histórias pessoais estruturadoras da formação daquela comunidade. No caso da irmã Geralda, essa memória é viabilizada.

Nessas circunstâncias, entrevistas foram realizadas com o intuito de observar quem agenciou a memória do bairro. A mudança toponímica pretende alinhar a identidade da praça a quem, de fato, construiu (e tem construído) os vínculos comunitários por meio da fé, da educação e do cuidado como próximo. A proposta lança luz nessa trajetória, reafirmando o lugar como território de pertencimento, reconhecimento e continuidade simbólica. As perguntas 12 e 13 do formulário aplicado à população buscaram entender o vínculo dos moradores com atrizes locais associadas à Praça Lourenço Gonçalves de Brito. A pesquisa foi respondida por 30 moradores, pessoas de fato diretamente vinculada ao uso cotidiano do espaço.

Na pergunta 12 (Figura 04), “Você sabe quem é Lourenço Gonçalves de Brito?”, 53,3% dos participantes afirmaram não conhecer o homenageado atual da praça; enquanto 46,7% disseram conhecê-lo. Esses dados indicam um certo distanciamento simbólico entre o nome oficial do espaço em estudo e a memória coletiva da comunidade, reduzindo o potencial da praça como um lugar de identidade e pertencimento.

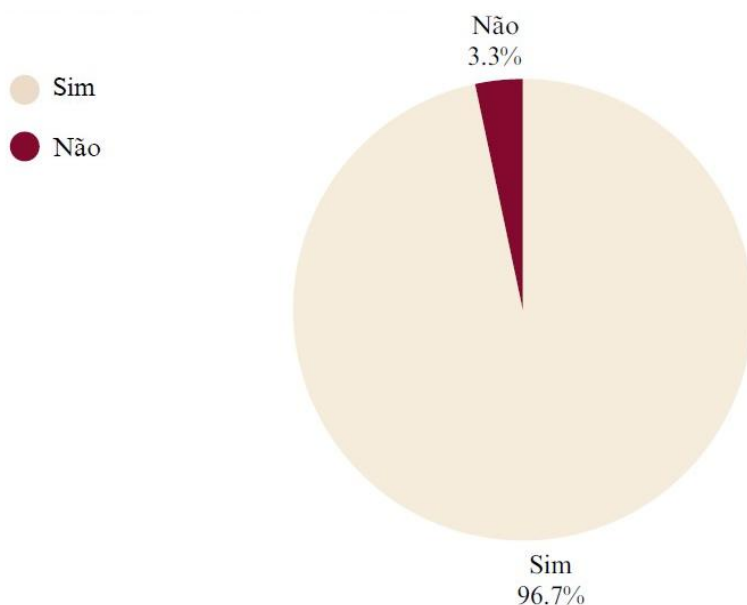
Figura 4 - Gráfico "você sabe quem é Lourenço Gonçalves de Brito?".



Fonte: Autoria (2025).

Por outro lado, na pergunta 13 (figura 05), “Você sabe quem é Irmã Geralda?”, o reconhecimento foi praticamente unânime: 96,7% dos entrevistados afirmaram conhecê-la, por sua atuação social, religiosa e comunitária no bairro. Sua presença na memória afetiva dos moradores demonstra um elo vivo e profundo.

Figura 5 - Gráfico "você sabe quem é Irmã Geralda?".



Fonte: Autoria (2025).

Diante desses dados, propõe-se a mudança do nome da praça para “Praça Irmã Geralda”, como forma de homenageá-la e ressignificar simbolicamente o espaço livre público, aproximando-o das referências culturais e afetivas da população local. Esta mudança não representa apenas uma alteração toponímica, mas uma ação de valorização da memória coletiva, que reconhece o papel de Irmã Geralda como agente de transformação e cuidado social no território.

3.4 O significado dos espaços livres na cidade

Os espaços livres públicos são objetos basilares na organização da leitura da imagem da cidade (Lynch, 2011). De acordo com o artigo *Urbanismo de Pequena Escala: 12 Maneiras de Qualificar as Cidades e Construir Mais Moradias*, publicado no portal Somos Cidade⁴, certas ações interventivas de otimização dos espaços públicos impactam positivamente a qualidade de vida populacional e são instrumentos de relação harmoniosa entre pessoas e o ambiente urbano.

A qualificação de espaços livres está ligada às ideias de Lefebvre, Gehl, Monte-Mor, Limonad Holanda, Jacobs e outros urbanistas envolvidos em ações políticas voltadas à

⁴ SOMOS CIDADE. *Urbanismo de pequena escala: 12 maneiras de qualificar as cidades e construir mais moradias*. 2022. Disponível em: <https://somoscidade.com.br/2022/11/urbanismo-de-pequena-escala-12-maneiras-de-qualificar-as-cidades-e-construir-mais-moradias/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

democratização da cidade mediante acesso igualitário à cidade. Espaços livres como praças, parques e ruas arborizadas não apenas fornecem áreas de lazer e convívio, mas também imprimem os sentidos de pertencimento e cidadania, engendrando a interação social e o uso democrático do espaço urbano (Somos Cidade, 2022).

Os espaços livres públicos são fundamentais para a qualidade de vida nas cidades, especialmente em contextos de planejamento urbano de pequenas cidades, como discutido no artigo de Leandro da Silva Santos (2022), que enfoca o caso da cidade patrimonial de Rio de Contas, localizada na Chapada Diamantina (BA). No caso de Rio de Contas, o artigo explora como os espaços livres contribuem para a dinâmica urbana, considerando aspectos como preservação histórica, turismo e sustentabilidade. A gestão adequada desses espaços pode ser fundamental para equilibrar o crescimento urbano com a manutenção das características culturais e ambientais que tornam a cidade única (Santos, 2022).

Esses espaços, permitem práticas sociais, momentos de lazer e manifestações culturais. A presença de áreas verdes e espaços públicos bem planejados contribui para o desenvolvimento humano e a coesão social, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a inclusão.

Além disso, os espaços livres, quando bem planejados, realizam a sustentabilidade ambiental urbana. A vegetação presente nesses locais ajuda na regulação do microclima, melhora a qualidade do ar e proporciona habitats para a biodiversidade local (Silva, 2023). Em pequenas cidades, há uma oportunidade única de integrar de forma harmoniosa os espaços livres ao tecido urbano, garantindo que estejam acessíveis a todos os moradores e atendam às necessidades locais. Assim, o planejamento e a conservação dos espaços livres em pequenas cidades são essenciais para promover o bem-estar social, cultural e ambiental, assegurando que esses locais continuem a servir como pontos de encontro, lazer e interação comunitária (Silva, 2023).

Os espaços livres urbanos desempenham um papel fundamental na qualidade de vida das cidades, especialmente nas de pequeno porte. Conforme discutido por Julia Gonçalves dos Santos e João Carlos da Silva (2023) no artigo *Pequenas cidades e o encaixe forçado dos instrumentos tradicionais de planejamento urbano*, a gestão eficaz desses espaços é essencial para o desenvolvimento sustentável e para atender às necessidades específicas dessas comunidades.

Em pequenas cidades, as praças, parques e áreas verdes servem como lugares de convivência social, lazer e atividades culturais, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a coesão social (Santos; Silva, 2023). Além disso, esses espaços contribuem para

a preservação ambiental, manutenção da memória coletiva oferecendo áreas permeáveis que auxiliam na drenagem urbana e na manutenção da biodiversidade local.

No entanto, o planejamento urbano que tem sido empregado muitas vezes não considera as particularidades sociais e materiais das pequenas cidades, aplicando instrumentos desenvolvidos para grandes centros urbanos que nem sempre são adequados (Santos; Silva, 2023). Essa abordagem pode resultar em uma gestão ineficaz dos espaços livres, comprometendo sua funcionalidade e os benefícios que proporcionam à comunidade.

Diante dessas considerações, nos parece premente elaborar estratégias de planejamento e projeto urbanos que enfatizem o significado dos espaços livres nas pequenas cidades, adaptando os instrumentos de gestão às suas realidades específicas. Isso inclui a participação ativa da comunidade no processo de planejamento, garantindo que os espaços livres atendam às necessidades locais e contribuam efetivamente para a qualidade de vida urbana.

3.5 A cidade que respira: projetando com a natureza

A urbanista Cecília Polacow Herzog (2013), em seu livro *Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza*, aborda a questão de projetar com a natureza como necessidade premente de reintroduzir a harmonia entre os seres humanos e os ecossistemas naturais. Para a autora, projetar com a natureza não é simplesmente um esforço estético ou funcional, mas uma mudança profunda na forma como nos relacionamos com o mundo natural e como incorporamos suas forças e ciclos nos espaços urbanos (Herzog, 2013).

Então Herzog (2013) propõe, uma certa mudança de paradigma. No antropocentro, vivemos, a transição para a "Era da Incerteza", marcada pela valorização do pensamento sistêmico, ecológico e colaborativo — o retorno ao Yin, em oposição ao domínio do Yang. Nesse novo contexto, projetar com a natureza é reconhecer que fazemos parte de uma rede viva de interdependências. Refere-se a abandonar a ideia egocêntrica de que podemos isolar, fragmentar ou controlar os sistemas naturais e sociais. Projetar com a natureza é, acima de tudo, um ato de humildade, escuta e coautoria com o meio ambiente, com suas plantas, rochas e animais (Herzog, 2013).

A partir da reflexão trazida por Herzog (2013), pensar o urbano com a natureza exige reconhecer que o equilíbrio entre as atividades humanas e os limites do planeta não é de ordem matemática, racional —mas biológica. Significa entender que todas as ações humanas, sem exceção, têm impacto direto sobre a natureza e capacidade da biosfera de se regenerar. A vida

precisa entrar na conta (Herzog, 2013). Esse argumento revela o alinhamento propositivo da urbanista com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU⁵ (ONU, Brasil, 2015).

A proposta de Herzog (2013) é clara: precisamos urgentemente fechar as contas entre o que a natureza pode oferecer (benefícios esgotáveis) e o que a economia exige para funcionar. Isso passa por integrar práticas regenerativas nos projetos urbanos e arquitetônicos, reduzir a pegada ecológica das construções, valorizar cadeias produtivas locais, reutilizar materiais e adotar soluções baseadas na natureza (Herzog, 2013).

Projetar com a natureza, ainda segundo a autora, submete escolhas de teor estético-funcional à responsabilidade ética diante da crise ambiental enfrentada globalmente (Herzog, 2013). Exige repensar hábitos, reduzir excessos e planejar com base em sistemas vivos, respeitando os ciclos naturais e promovendo equilíbrio entre o que a cidade consome e o que o planeta pode sustentar (Herzog, 2013).

A compreensão contemporânea de sustentabilidade passou por importantes reformulações. Antes percebida como um ideal associado à renúncia, à escassez estética e a um modo de vida limitado, hoje ela se apresenta como possibilidade de prazer, sensibilidade e integração com o meio. Como afirma Mohsen Mostafavi e Gareth Doherty (2011, p.13), na obra *Urbanismo ecológico*, “a arquitetura sustentável, [...], significava também um estilo de vida alternativo, de renúncia, e esvaziado de prazer. Isso mudou, e ainda está mudando”. Esse giro na perspectiva heurística e propositiva permite compreender que projetar com a natureza não é mais um ato isolado ou puramente técnico, mas uma pulsão que pode incorporar valores culturais, estéticos e sociais ao espaço urbano, tornando-o mais atrativo, saudável e inspirador.

Nesse sentido, o “urbanismo ecológico” surge como uma abordagem ampliada e interdisciplinar, segundo os autores, pois se afasta da lógica compartimentada que tradicionalmente separava arquitetura, paisagismo, urbanismo e planejamento urbano (Mostafavi; Doherty, 2011). Ainda que tais divisões sejam importantes para a formação técnica, o desafio atual é propor práticas que ultrapassem essas fronteiras e reconheçam a ecologia como algo que extrapola o urbano, alcançando o território como um todo (Mostafavi; Doherty, 2011).

Mostafavi e Doherty (2011, p. 29) complementam “outra característica chave do urbanismo ecológico é seu reconhecimento da escala e da abrangência do impacto da ecologia,

⁵ O ODS 1- Erradicação da Pobreza; ODS 2-Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 3-Saúde e Bem-Estar; ODS 4-Educação de Qualidade; A igualdade de gênero, tratada no ODS 5; ODS 6-Água Potável e Saneamento; ODS 7- Energia Acessível e Limpa; O trabalho decente e o crescimento econômico são o foco do ODS 8; ODS 9 -Indústria, Inovação e Infraestrutura; A redução das desigualdades sociais, econômicas e territoriais aparece no ODS 10; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis; ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; ODS 14 - Vida na Água; ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes; ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

que se estende para além do território urbano”. Tal abordagem reconhece que o urbanismo, ao se comprometer com a ecologia, precisa responder ao problema ambiental e atuar de forma investigativa, consciente e criativa: “precisamos encarar a fragilidade do planeta e de seus recursos como uma oportunidade para investigar novas possibilidades arquitetônicas, e não como uma forma de legitimação técnica para promover soluções convencionais” (Mostafavi; Doherty, 2011, p.17).

A densidade urbana, dessa maneira, se torna uma questão central. Cidades mais densas, compactas e conectadas podem ser mais sustentáveis e eficientes do que aquelas que prezam pela expansão de condomínios fechados localizados nas bordas da cidade e elaborados segundo as lógicas do mercado fundiário privado. O urbanismo ecológico, ao considerar a densidade como um parâmetro diretivo, exige a articulação entre diferentes esferas — públicas e privadas — e um planejamento de longo prazo que promova benefícios coletivos (Mostafavi; Doherty, 2011). De acordo com Mostafavi e Doherty (2011): “A importância de um planejamento de longo prazo, considerando os potenciais benefícios assim como os desafios relacionados a cidades mais densas e compactas, exige uma colaboração mais estreita entre o setor público e o privado”. Assim, o desenho urbano ecológico precisa prever infraestruturas verdes, mobilidade sustentável e espaços de convivência que integrem natureza e cidade de forma harmoniosa.

Além dos aspectos físicos e ambientais, o urbanismo ecológico também envolve um posicionamento ético e político diante da cidade. No âmbito de crescimento populacional acelerado, como tem ocorrido em muitas cidades do sul global, os métodos convencionais de planejamento revelam-se ineficazes diante das mudanças rápidas na paisagem mobilizadas pelo capital fundiário, lógicas do mercado neoliberal e processo de globalização. O desafio do urbanismo ecológico é encontrar maneiras de lidar efetivamente com essas condições e realidades contemporâneas” (Mostafavi; Doherty, 2011).

Isso implica repensar os modos de habitar, promover conectividade entre centros e periferias, e combater a segregação territorial, como exemplifica a citação: “criar melhores conexões entre os subúrbios e a cidade será um passo em direção a uma maior mobilidade social” (Mostafavi; Doherty, 2011).

Nas propostas de projeto submetidas à harmonia da cidade com a natureza, o ambiente construído não é apenas suporte, mas lugar de interações sociais alternativas, democráticas e inclusivas. Por isso, como frisam os urbanistas, “cabe a cada um de nós desenvolver os meios estéticos – os projetos – que propõem sensibilidades alternativas, inspiradoras e flexíveis para nossas interações ético-políticas com o meio ambiente” (Mostafavi; Doherty, 2011).

A Agenda 2030 da ONU, por meio do ODS 17, sublinha a importância da cooperação entre setores para alcançar o desenvolvimento sustentável. Em projetos urbanos, como a requalificação de praças públicas, é fundamental que o poder público, a academia e a população se articulem de forma colaborativa, garantindo a efetividade das ações propostas e a apropriação do espaço pela comunidade (ONU Brasil, 2015).

Essa articulação intersetorial não apenas fortalece a governança urbana, como também contribui para a construção de soluções mais democráticas e duradouras, alinhadas às necessidades reais dos usuários. A colaboração entre diferentes saberes e experiências permite uma leitura mais sensível do território e uma atuação integrada, promovendo a inclusão social, a sustentabilidade e o direito à cidade. Além disso, parcerias bem estabelecidas tendem a garantir maior continuidade aos projetos, mesmo diante de mudanças administrativas, pois reforçam o compromisso coletivo com a transformação do espaço público (ONU Brasil, 2015).

4 SOBRE A CIDADE DE PAU DOS FERROS

Pau dos Ferros é um município localizado na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, sendo um importante centro urbano, educacional, cultural e econômico. Sua posição na rede urbana promove a interação sociocultural com cidades e estados vizinhos, configurando-se como um polo regional de serviços (IBGE, 2023). Neste capítulo, aborda-se em linhas gerais as características geográficas, históricas, sociais e urbanísticas da cidade, com foco no bairro São Geraldo, onde se localiza a Praça Lourenço Gonçalves de Brito.

4.1 Anotações sobre a história de Pau dos Ferros

A cidade de Pau dos Ferros surge no período colonial, com o povoamento impulsionado pela criação de gado e pela busca de terras férteis. Em termos de processos históricos de urbanização, e mediante a leitura das hierarquias urbanas estudadas por Murillo Marx (1991), Pau dos Ferros nasce da sacralização de um terreno onde foi erguida a primeira capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. De acordo com o documento, *Relação de todas as Igrejas paroquiais de q' compreende presentemente o Bispado de Pernambuco* (FBN, Localizador: II – 32, 33, 036), da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a freguesia de Pau dos Ferros foi instituída em 20 de fevereiro de 1755 e desmembrada da paróquia da vila do Assú. Em 1774, conforme o relatório de Jozé Cezar de Menezes, governador da capitania de Pernambuco, o território eclesiástico apresentava três capelas filiais, seis fazendas; 210 fogos (habitações) e 2.058 pessoas de desobriga (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1918).

Marx (1991) menciona que os fregueses de determinada igreja matriz solicitavam à Coroa o reconhecimento do lugar por meio da conversão da paróquia em vila. Contudo, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros não recebeu o status, por motivos desconhecidos, durante todo o período colonial. A vila foi instituída em 1856 e, desde então, passou por diversas transformações que consolidaram seu papel como um dos principais centros urbanos dos sertões da ribeira do rio Apodi (Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, 2023). Em 1886, de acordo com a caracterização feita pelos oficiais da câmara, a vila...

[...] está situada à margem esquerda do rio Apody e em terreno mais ou menos plano. As ruas não são bem alinhadas, mas bastante largas. todas as casas térreas. Seu principal edificio é a Igreja matriz. Tem diversos estabelecimentos

comerciais. Tem mais de 20 mil almas, compreendendo em todo o município mais de 200 escravos. (FBN, Localizador: II, 32, 28, 18).

Segundo relatos da história oral, a origem do nome da cidade remete à presença de uma oiticica marcada por ferros que identificavam as fazendas dos vaqueiros que conduziam o gado pelos sertões e usavam a árvore como pouso e orientação da viagem. Essa narrativa reforça a ligação histórica da cidade com práticas socioeconômicas que construíram as paisagens dos sertões, lançando luz em elementos simbólicos constitutivos de sua construção cultural (Silva, 2024).

Geograficamente, Pau dos Ferros está situado na microrregião do Alto Oeste Potiguar, apresentando um relevo predominantemente plano, com clima semiárido e vegetação característica do bioma Caatinga. O município encontra-se na ribeira do Apodi-Mossoró e possui um reservatório de água, a Barragem de Pau dos Ferros essencial para o abastecimento de água da cidade especialmente em tempos de maior estiagem (IBGE, 2023).

A divisão de Pau dos Ferros em bairros ocorreu de forma gradual, acompanhando o crescimento populacional e urbano da cidade. Inicialmente, a organização espacial se desenvolveu a partir do núcleo original — concentrado no adro da igreja Matriz e nas primeiras praças e ruas comerciais — e foi sendo ampliada à medida que novos loteamentos e conjuntos habitacionais surgiam. Muitos desses espaços passaram a ser reconhecidos como bairros por uso costumeiro, antes mesmo de haver uma formalização legal (Pau dos ferros, 2021).

A consolidação da divisão por bairros deu-se por meio de legislações municipais específicas, que delimitam os territórios e oficializam as nomenclaturas. Esses documentos normalmente consideram limites naturais (como riachos), vias principais e a identidade local construída ao longo do tempo. O Plano Diretor de Pau dos Ferros também contribuiu para a organização e planejamento da expansão urbana, promovendo diretrizes para a criação e reestruturação dos bairros (Pau dos ferros, 2021).

Na história do bairro Alto São Geraldo destaca-se a Irmã Geralda de Araújo Franco, uma das principais responsáveis pela luta em prol da valorização do bairro (Lima, 2023). Nascida no Ceará em 1931, Irmã Geralda chegou a Pau dos Ferros por volta de 1974 e, desde então, engajou-se na mobilização da comunidade para reivindicar melhorias na infraestrutura e nos serviços essenciais do bairro (Lima, 2023).

Uma das primeiras iniciativas simbólicas que reconfigurou a imagem do bairro foi a mudança toponímica, antes conhecido como “Alto da Foice”⁶, termo que, segundo relatos, carregava uma conotação pejorativa e sombria para o lugar. Após consenso com a comunidade, o nome foi alterado para Alto São Geraldo (Lima, 2023). Além disso, a religiosa liderou a construção da capela do bairro (figuras 6 e 7), que recebeu o nome do santo homônimo, servindo como um marco para a organização social e sagrada da localidade. Essa estrutura não apenas fortaleceu o pertencimento comunitário criando territorialidade, mas também se tornou um espaço de encontro e apoio para os moradores (Lima, 2023).

Figura 6 - Fachada frontal da capela em 1979.



Fonte: Silva (2024).

⁶ A origem do nome do bairro está associada a um episódio marcante ocorrido há muitos anos. Conta-se que, durante uma discussão entre dois moradores nas proximidades de uma ponte, um deles teria utilizado um pedaço de madeira com uma foice presa na extremidade como arma. No momento do confronto, a foice teria se desprendido do cabo.

Figura 7 - Atual fachada da capela do bairro Alto São Geraldo.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Assim, a história da urbanização do Alto São Geraldo envolve a ocupação ligada a desigualdades socioespaciais da cidade, evidenciadas pela formação periférica do bairro e pela luta constante de seus moradores por melhores condições de vida. O trabalho de Irmã Geralda foi fundamental nesse processo, demonstrando a importância da organização comunitária para a conquista de direitos e infraestrutura urbana.

Sabe-se que, nas últimas décadas, a urbanização de Pau dos Ferros tem sido impulsionada pela ampliação dos serviços educacionais, sobretudo com a presença da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Essa dinâmica influencia a configuração espacial da cidade, com o surgimento de novos bairros e melhorias na infraestrutura (Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, 2023).

O bairro São Geraldo, é uma área residencial consolidada, com equipamentos urbanos que atendem a comunidade, como escolas, igrejas e áreas comerciais. No entanto, observa-se a necessidade de requalificação de espaços públicos, como a Praça Lourenço Gonçalves de Brito, em algumas ruas estreitas e calçadas irregulares ou inexistentes do bairro, que apresentam desafios relacionados à acessibilidade, conforto ambiental e integração social.

4.2 A requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito

Conforme José García Lamas (2010, p. 102) “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e

comunitário e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”. Na configuração das cidades, a definição de praça está diretamente ligada à sua relação com o espaço construído ao redor. Assim como ocorre com as ruas, a praça depende da articulação entre o espaço vazio — destinado à permanência das pessoas — e os edifícios que o delimitam. As fachadas desses edifícios funcionam como limites visuais e físicos da praça, e contribuem para a composição do cenário urbano. A praça, portanto, é uma das dimensões do desenho urbano, revelando-se um espaço coletivo de grande relevância simbólica e funcional (Lamas, 2010).

As praças desempenham um papel fundamental na vida urbana, sendo locais de encontro, lazer e convivência (Gehl, 2013). A Praça Lourenço Gonçalves de Brito (figura 8), carece de melhorias estruturais para atender melhor à população. A requalificação desse espaço público visa não apenas aprimorar sua estética e funcionalidade, mas também fortalecer o direito à cidade, promovendo inclusão e bem-estar social (Lefebvre, 2001).

Figura 8 - Praça Lourenço Gonçalves de Brito.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A necessidade de intervenções urbanísticas alinhadas às demandas locais reforça a importância de projetos sustentáveis, que considerem elementos como acessibilidade universal, sombreamento, mobiliário adequado e espaços de interação (Gehl, 2013). Assim, este trabalho busca contribuir para a valorização da praça e sua integração ao cotidiano dos moradores de Pau dos Ferros.

De acordo com Robba e Macedo (2002, p. 17), "praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos". Nesse sentido a transformação de espaços urbanos como praças,

principalmente em bairros periféricos, é também uma questão de justiça urbana e direito à cidade, visto que, historicamente, como apontam os autores, os investimentos em praças costumam privilegiar áreas centrais e nobres (Robba; Macedo, 2002). Ao propor a requalificação da praça de São Geraldo, busca-se não apenas requalificar um espaço físico, mas reconhecer a importância simbólica, cultural e ambiental que esse lugar possui para os moradores do bairro, isto é, seu papel de lugar de memória comunitária. A praça de bairro, conforme os autores, "atrai os moradores das proximidades, que a frequentam a fim de desfrutar de momentos de relaxamento e tranquilidade em áreas arborizadas e ajardinadas" (Robba; Macedo, 2002, p. 37).

A relevância das praças no tecido urbano brasileiro ultrapassa a sua dimensão física. Murillo Marx (1980) aponta que as praças regulares situadas diante de edifícios com função social adquirem valor simbólico e contribuem para a valorização urbana e a identidade do lugar. No caso de São Geraldo, a presença da praça junto à igreja local intensifica essa lógica, configurando um espaço com papel cívico que merece ser potencializado por meio do projeto.

Nesse aspecto, requalificar essa modalidade de espaço livre público significa recuperar sua vocação original: ser um ponto de convergência social, cultural e comunitária. A proposta de intervenção aqui apresentada não se limita a aprimoramentos estéticos, mas busca ressignificar a função agregadora da praça, fortalecendo o senso de pertencimento dos moradores do bairro e sua relação cotidiana com o espaço público.

Ao abordar os “vazios” nas cidades brasileiras, Marx (1980) os identifica como áreas não construídas que, embora marginalizadas, representam uma oportunidade valiosa para a reconfiguração da paisagem urbana. Esses espaços, por vezes esquecidos ou negligenciados, constituem reservas territoriais importantes frente às novas demandas urbanísticas, sociais e ambientais.

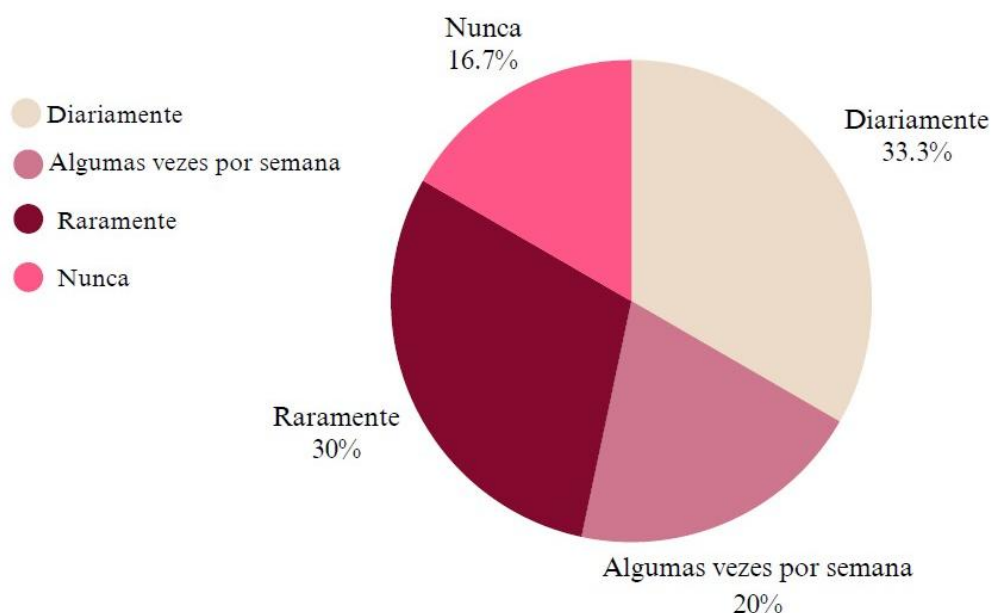
A Praça Lourenço Gonçalves de Brito, embora formalmente existente, possui uma condição simbólica e material presentes evidencia a urgência de um olhar propositivo e sensível por parte dos profissionais de arquitetura e urbanismo, que reconheça nesses vazios não um problema, mas um potencial requalificador da vida cotidiana. Reestudar e requalificar tais espaços permite não apenas ampliar a oferta de áreas públicas de qualidade, mas também reinventar o próprio modo de viver a cidade.

A requalificação de espaços públicos urbanos parte da premissa de que a cidade deve ser pensada como um lugar de convivência, acessível, que reduza as desigualdades, seja sustentável e acolha todas as pessoas. No caso da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, localizada no bairro São Geraldo, a proposta de requalificação se justifica tanto pela condição

física atual do ambiente, assim como pelas demandas sociais e culturais pelos moradores. Nesse aspecto, a aplicação de um questionário a 30 residentes do bairro buscou captar essas percepções, com destaque para as perguntas 1 e 8 do formulário.

As respostas da pergunta 1 (figura 9), “Com que frequência você frequenta a Praça Lourenço Gonçalves de Brito?”, revelam um cenário de uso irregular e limitado: 33,3% afirmaram frequentar a praça diariamente, enquanto 30% a utilizam raramente, 20% apenas algumas vezes por semana e 16,7% disseram nunca frequentar. Essa variação indica que, embora o espaço ainda tenha relevância cotidiana para uma parte dos moradores, existe uma parcela significativa da população que não o reconhece como um lugar atrativo ou funcional.

Figura 9 - Gráfico "Com que frequência você frequenta a Praça Lourenço Gonçalves de Brito?".

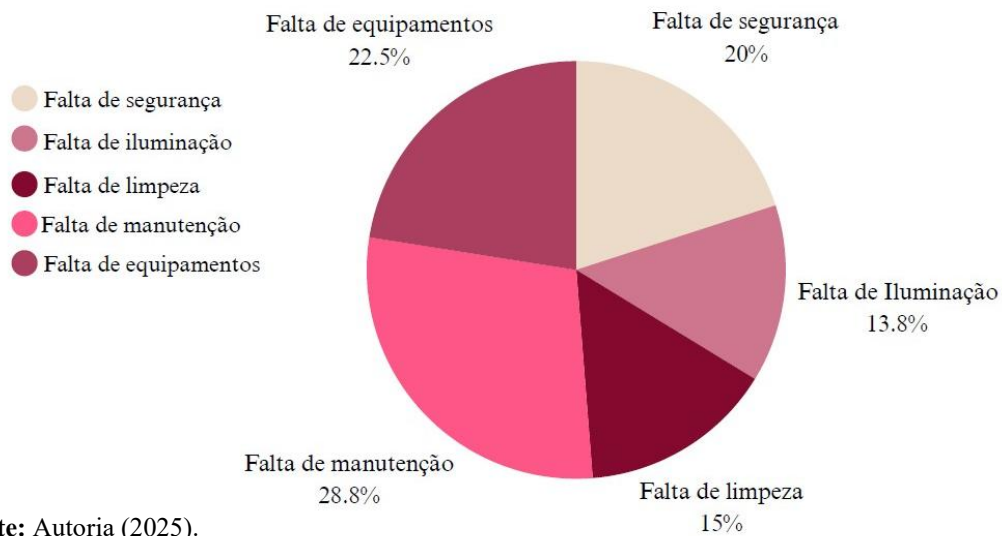


Fonte: Autoria (2025).

Essa leitura é reforçada pelos dados da pergunta 8 (Figura 10) “Na sua opinião, quais são os principais problemas da praça atualmente?”. As respostas sugerem como principais deficiências: falta de manutenção (28,8%), falta de equipamentos (22,5%), falta de segurança (20%), falta de limpeza (15%) e falta de iluminação (13,8%). O conjunto desses problemas revela um espaço desestruturado, pouco acolhedor e, muitas vezes, inóspito, o que limita seu uso pleno e exclui diferentes grupos da convivência urbana, especialmente crianças, idosos e mulheres, que tendem a ser mais sensíveis às condições de segurança e infraestrutura. A baixa

frequência está diretamente relacionada à condição física e à ausência de elementos que incentivem a permanência e o convívio.

Figura 10 - Gráfico "Na sua opinião, quais são os principais problemas da praça atualmente?".



Fonte: Autoria (2025).

Esses dados mostram que a requalificação da praça não é apenas desejável, mas necessária para restaurar seu papel como equipamento de uso coletivo. Mais do que reformar, é preciso resgatar o valor social, cultural e simbólico da praça, promovendo um ambiente que estimule o encontro, o lazer, o descanso e a cidadania. Como afirma Gehl (2013), o espaço público deve ser projetado para as pessoas, e isso só é possível quando se escuta quem vive e sente o território todos os dias.

Portanto, a requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito deve ser entendida como resposta direta às carências percebidas pelos moradores, e como ação concreta para garantir o direito à cidade. Ao tornar o espaço mais acessível, seguro, equipado e acolhedor, promove-se também a valorização da vida comunitária e da memória urbana, fortalecendo os vínculos entre pessoas e território.

5 DIAGNÓSTICO URBANO

5.1 Contextualizando o bairro São Geraldo

Inserido no município de Pau dos Ferros, São Geraldo ocupa uma posição singular no tecido urbano. Situado às margens do rio Apodi-Mossoró, a área emerge como um espaço liminar entre o habitat rural e o habitat urbano, carregando marcas históricas, culturais e sociais profundamente enraizadas nas vivências de seus moradores (Dantas, 2015).

O processo de urbanização da cidade foi impulsionado, dentre outros fatores, pelas rodovias BR-405 e BR-226, que conectam a região aos estados do Ceará e Paraíba, dinamizando os fluxos de pessoas, bens e serviços (Silva, 2024). No entanto, apesar dessa articulação macroterritorial, bairros como São Geraldo mantêm práticas culturais diversas, revelando a complexidade da cidade enquanto espaço múltiplo e heterogêneo.

A história oral e os relatos reunidos no documentário “Resgatando a cultura do Alto São Geraldo” (s.d.), produzido pela Escola Estadual Jesus Menino, oferecem um testemunho sensível das origens do bairro⁷. Antigamente conhecido como “Alto do Jacuí”, o bairro teve sua história registrada por meio das memórias de moradores como Zé Sátiro e Rita Gomes, que relacionam o cotidiano do bairro ao rio Apodi-Mossoró, elemento geográfico que funciona como uma fronteira que o separa da área central da cidade (Silva, 2024). Esse documentário, se converte em lugar de resistência, e ressignificação de territorialidades. Por meio desse instrumento, emergem narrativas que reforçam o sentimento de pertencimento, como as figuras das beatas, rezadeiras, artistas, parteiras e sanfoneiros, que compõem o mosaico humano e cultural do bairro, bem como expressam o modo de vida de uma comunidade ligada ao trabalho manual, à fé e à arte (Silva, 2024).

De acordo com o Plano Diretor Participativo de Pau dos Ferros (2021), o bairro São Geraldo é classificado como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Essa categoria urbanística toma-se idealmente prioritária nas ações promovidas pelo poder público no que se refere a políticas de urbanização, regularização fundiária e promoção habitacional. No entanto, observa-se que tais ações não são efetivadas de forma plena ou contínua no território, o que compromete os objetivos da classificação (Silva, 2024).

⁷ DOCUMENTÁRIO sobre o Alto São Geraldo: projeto resgatando a cultura do Alto São Geraldo, Pau dos Ferros [s. d.]. 1 DVD (91 min.).

A definição do bairro como ZEIS parte do reconhecimento de que se trata de uma área de uso predominantemente habitacional, formada por fragilidades socioeconômicas e pela carência de infraestrutura básica. Essa condição evidencia a presença de um quadro de vulnerabilidade urbana, que exige a implementação de políticas públicas integradas e sensíveis ao contexto local (Silva, 2024).

Além dos problemas estruturais, no bairro São Geraldo há um número reduzido de equipamentos públicos voltados à saúde, ao esporte e ao lazer. A baixa incidência desses espaços compromete a qualidade de vida dos moradores e limita as possibilidades de desenvolvimento comunitário e fortalecimento dos vínculos sociais. Dessa forma, o *status* de ZEIS, a um só tempo reconhece as fragilidades existentes e indica a urgência de políticas que promovam o direito à cidade, a moradia digna e ao acesso aos espaços públicos (Silva, 2024).

De acordo com a pesquisa de Francisco Álisson da Silva (2024), a paisagem humana do São Geraldo, forjada por migrantes vindos de diversas partes dos sertões da região Nordeste, revela-se como uma colcha de retalhos culturais, onde os saberes populares e o convívio social moldam o espaço urbano com uma singularidade que vai além da lógica técnica da cidade planejada. Essas camadas simbólicas são fundamentais para entender a importância da requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito como um espaço que deve refletir e respeitar essa complexidade (Silva, 2024).

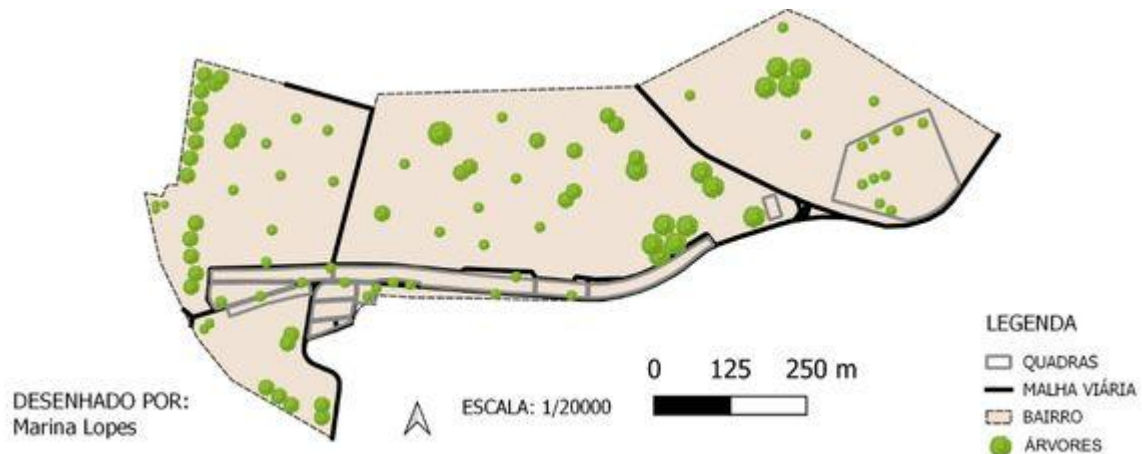
5.2 Conforto ambiental e integração com a natureza

O ambiente urbano, quando planejado de forma sensível e consciente, tem o potencial de promover não apenas a funcionalidade dos espaços, mas também o bem-estar físico, psicológico e social dos seus usuários. Nesse contexto, os elementos naturais, como a vegetação, a permeabilidade do solo e os sombreamentos, desempenham um papel fundamental na qualificação do ambiente construído, contribuindo diretamente para o conforto ambiental.

Ao observar o mapa (figura 11), percebe-se que o bairro apresenta uma baixa quantidade de árvores, com poucas áreas arborizadas distribuídas de forma pontual. A cobertura verde existente não é suficiente para responder de maneira efetiva às necessidades ambientais e urbanas da população local, afastando-se das proposições do urbanismo ecológico antes estudado. O número reduzido de árvores transparece um espaço urbano que, ao longo de sua

urbanização, não priorizou a inserção de áreas verdes, resultando em ambientes com menor conforto térmico, pouca sombra e uma qualidade paisagística limitada.

Figura 11 - Vegetação do bairro São Geraldo.



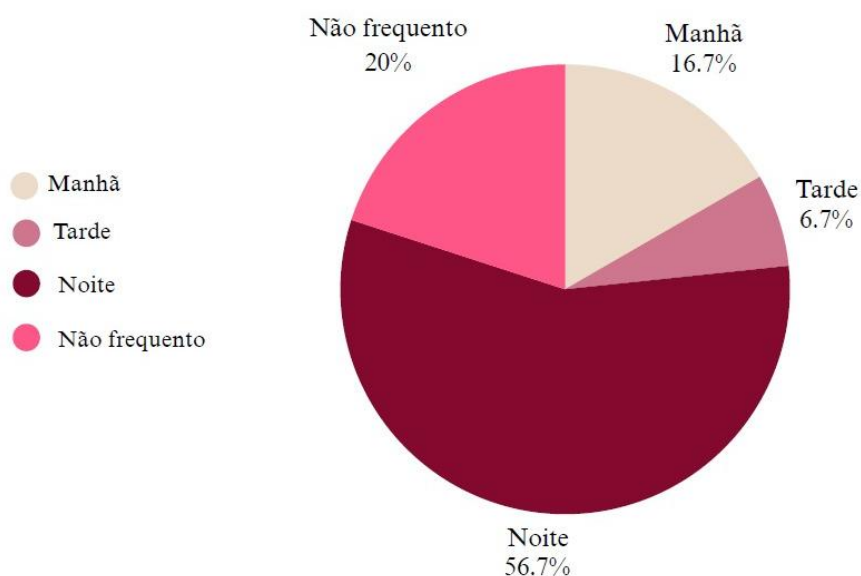
Fonte: Aatoria (2025).

Essa situação impacta diretamente a qualidade de vida local, uma vez que a presença de áreas verdes contribui significativamente para a melhoria do microclima, para o bem-estar social e para a promoção de espaços de convivência mais agradáveis e acolhedores. Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de propostas que incentivem a introdução de arborização urbana, sobretudo em espaços públicos, como praças e vias, promovendo não apenas benefícios ambientais, mas também sociais e culturais para o bairro.

No processo de diagnóstico participativo da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, a dimensão do conforto ambiental foi avaliada por meio de perguntas específicas no formulário aplicado aos 30 moradores antes mencionados, público diretamente envolvido com o espaço. As questões buscaram compreender tanto o período de uso predominante da praça quanto a percepção sobre sombreamento e ventilação natural, fatores essenciais para a permanência e apropriação do espaço urbano.

A pergunta 2 do formulário (figura 12), “Em que período do dia você costuma visitar a praça?”, revelou que o período noturno é mais frequentado pelos entrevistados (56,7%), seguido por 16,7% que preferem a manhã e 6,7% a tarde. Ainda, 20% afirmaram não frequentar o lugar de estudo. Os índices apontam para a importância da praça como ponto de encontro e lazer no período da noite, quando a temperatura costuma estar mais amena. Contudo, esse padrão de uso também evidencia a necessidade de uma boa iluminação pública e segurança, elementos intimamente ligados à sensação de conforto e proteção no espaço.

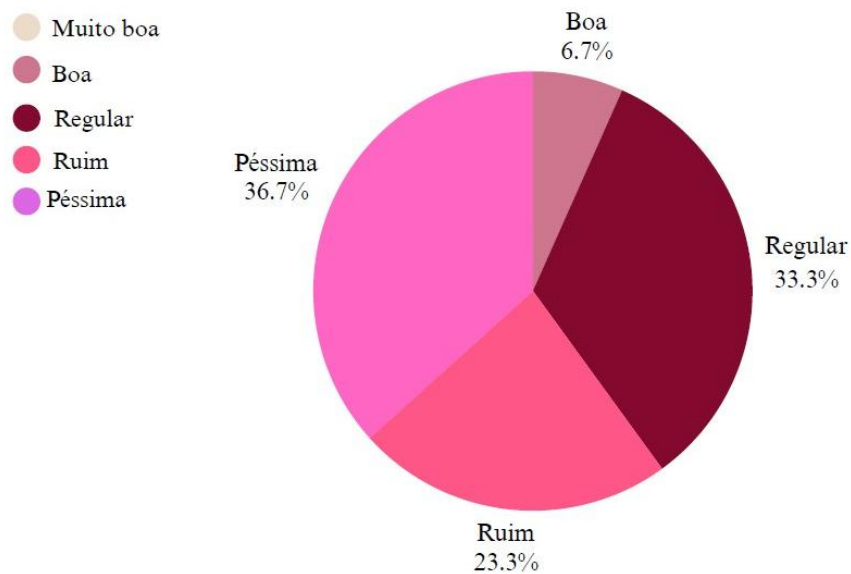
Figura 12 - Gráfico "Em que período do dia você costuma visitar a praça?".



Fonte: Aatoria (2025).

Esse diagnóstico é reforçado pelos resultados da pergunta 7 (figura 13), “Como você avalia a vegetação atual da praça?”. A maioria respondeu negativamente: 36,7% avaliaram a vegetação como ‘péssima’, 33,3% como ‘regular’, e 23,3% como ‘ruim’. Apenas 6,7% consideraram a vegetação ‘boa’. A vegetação urbana exerce papel fundamental no conforto térmico, pois além de fornecer sombra e umidade, também contribui para a qualidade estética, sensorial e ambiental do espaço. A ausência de arborização eficiente, portanto, agrava as condições de desconforto climático já percebidas pelos moradores.

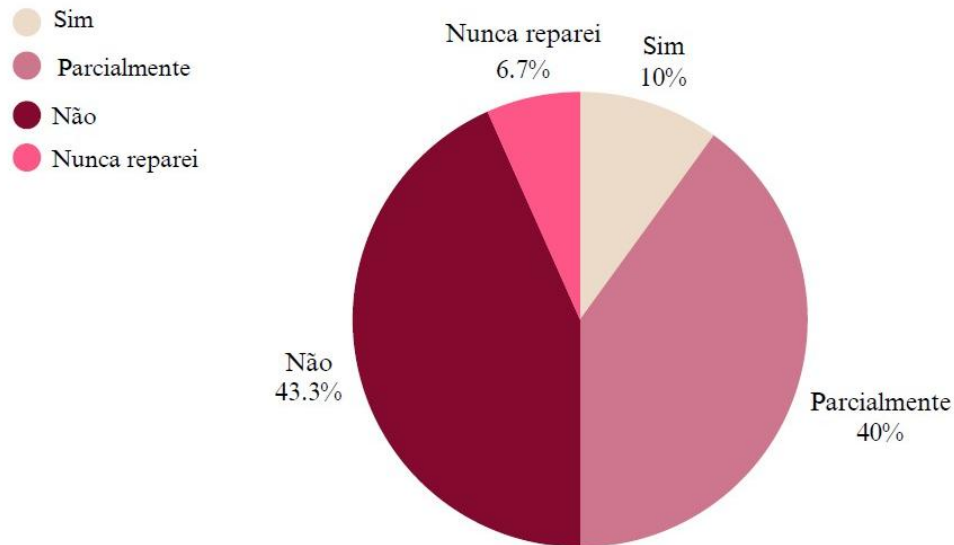
Figura 13 - Gráfico "como você avalia vegetação atual da praça?".



Fonte: Autoria (2025).

Complementarmente, a pergunta 10 (figura 14), “Na sua opinião, a praça é bem sombreada e bem ventilada?”, mostrou que 43,3% dos moradores consideram que a praça não é adequada em termos de sombreamento e ventilação, enquanto 40% responderam “parcialmente”, 10% disseram que sim, e 6,7% afirmaram nunca ter reparado. A baixa percepção de conforto térmico revela deficiências na arborização e na composição espacial da praça, indicando carência de áreas sombreadas e estratégias bioclimáticas capazes de mitigar os efeitos do calor excessivo.

Figura 14 - Gráfico "Na sua opinião, a praça é bem sombreada e bem ventilada?".



Fonte: Aatoria (2025).

A análise combinada dessas três perguntas sugere a utilidade de uma abordagem projetual que contemple a qualificação da vegetação, por meio do plantio de árvores nativas e sombreadas, da criação de jardins acessíveis e da instalação de mobiliários urbanos em áreas arborizadas. Além disso, recomenda-se o uso de soluções bioclimáticas integradas, como ventilação cruzada, pavimentos permeáveis e sombreamento artificial pontual, para promover um ambiente urbano mais confortável, inclusivo e sustentável.

5.3 Acessibilidade e inclusão no espaço público

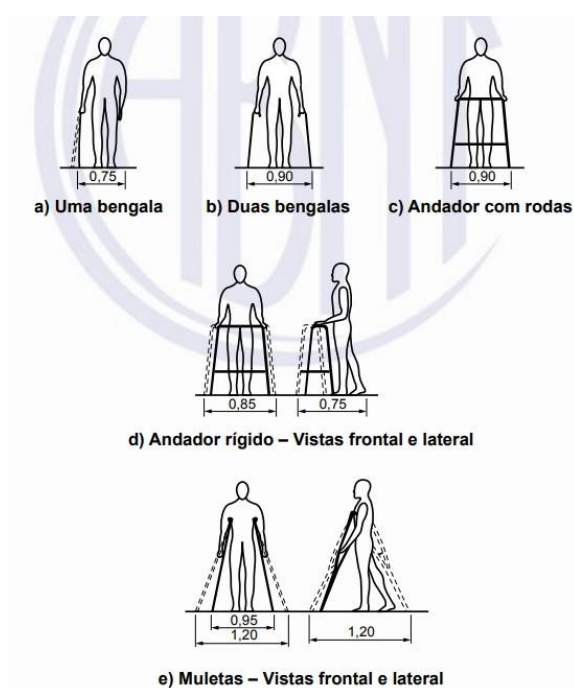
A acessibilidade configura-se como elemento fundamental no planejamento e requalificação de espaços públicos, assegurando a inclusão e o direito de todos à cidade. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2020), a acessibilidade é definida como a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços urbanos e edificados, do mobiliário, dos equipamentos urbanos e dos elementos de comunicação e sinalização por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A NBR 9050:2020 estabelece parâmetros técnicos que devem ser considerados desde o projeto até a execução das obras, visando eliminar barreiras arquitetônicas e promover

ambientes democráticos. Entre os principais aspectos abordados pela Norma estão: as dimensões mínimas para circulação de cadeiras de rodas, a instalação de rampas com inclinação adequada, a inclusão de sinalização tátil e visual, a oferta de mobiliários urbanos adaptados, e a garantia de rotas acessíveis contínuas e seguras.

Um dos parâmetros fundamentais é o antropométrico, relativo às medidas mínimas e médias necessárias para o dimensionamento de elementos e espaços destinados ao uso das pessoas. Esse parâmetro diferencia as dimensões necessárias para indivíduos em pé e para usuários de cadeiras de rodas, assegurando que ambos sejam contemplados de maneira adequada no projeto (figura 15).

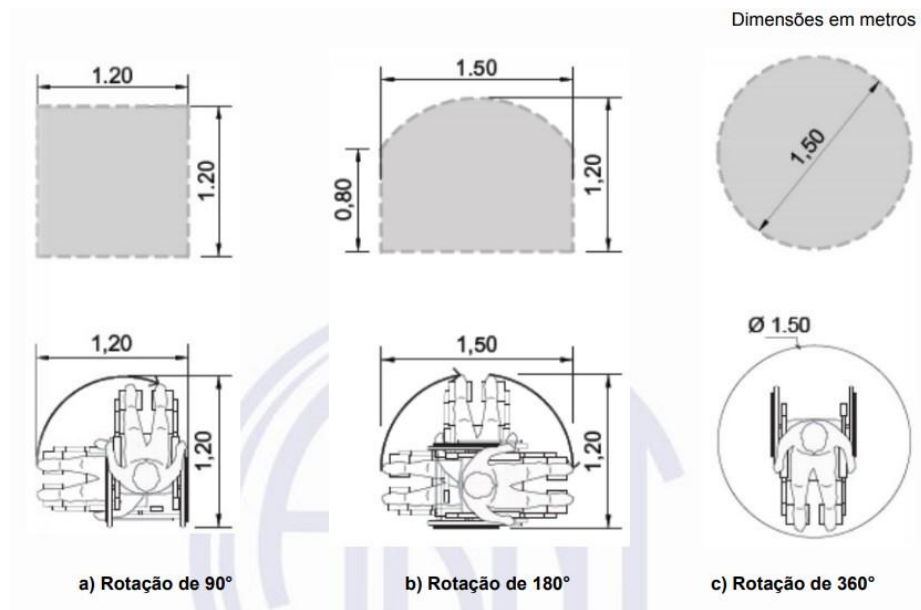
Figura 15 - Dimensões, em metros, referenciais para deslocamento de pessoas em pé.



Fonte: NBR 9050 (2020).

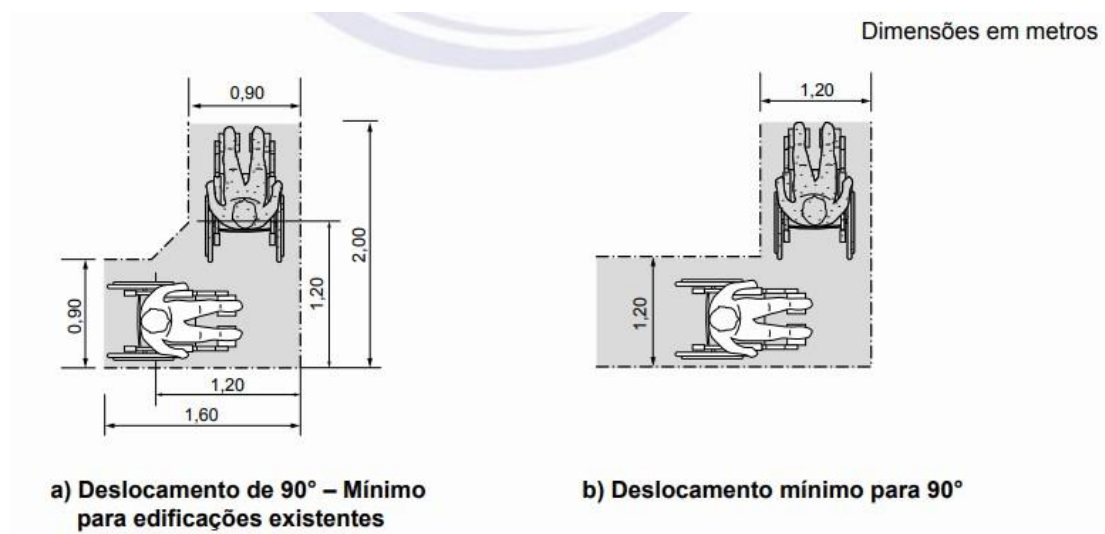
No que se refere às circulações, a norma determina que os espaços devem permitir a circulação, manobra e deslocamento seguro de pessoas com mobilidade reduzida, especialmente usuários de cadeiras de rodas. Para isso, corredores e passagens de uso público devem possuir, no mínimo, 1,50 metro de largura, garantindo fluidez no deslocamento e acessibilidade aos ambientes (figuras 16 e 17).

Figura 16 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.



Fonte: NBR 9050 (2020).

Figura 17 - Área para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento (continua).



Fonte: NBR 9050 (2020).

Além disso, a NBR 9050:2020 trata das condições de acessibilidade frente aos desníveis no piso. Desníveis de até 5 mm são considerados irrelevantes e dispensam tratamento. Já desníveis superiores, até 20 mm, exigem solução com inclinação máxima de 50% (1:2). No contexto de intervenções em espaços existentes, como é o caso da praça em estudo, a norma permite uma inclinação de até 12,5%, considerando as limitações da adequação. Quando se

trata de rampas, o limite de inclinação é de 8,33%, enquanto desníveis de até 5% não demandam tratamento específico.

Esses parâmetros são essenciais para orientar o processo de projeto, assegurando que os espaços promovam a inclusão e o acesso universal, tanto nas circulações, quanto nas áreas destinadas ao convívio, interação e uso coletivo.

No caso da requalificação proposta neste trabalho de conclusão de curso, a observância aos critérios da NBR 9050:2020 é imprescindível para assegurar que o espaço atenda de maneira equitativa a todas as faixas etárias e condições físicas, promovendo uma experiência urbana inclusiva e reforçando a efetivação do direito à cidade.

A acessibilidade urbana deixou de ser um diferencial e passou a constituir uma demanda inadiável nas cidades contemporâneas. Como afirma Blucher (2015), a inclusão de pessoas com diferentes formas de corpos e existências no cotidiano urbano impacta diretamente o trabalho dos arquitetos e urbanistas, exigindo uma transformação nas práticas projetuais e no próprio modo como o espaço é compreendido. Nesse sentido, o projeto de requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, incorpora a acessibilidade como princípio estruturante do desenho urbano, e não como um adendo técnico posterior.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, a acessibilidade se refere à capacidade de um espaço permitir o deslocamento, a orientação e o uso por todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais (Blucher, 2015). Para isso, não basta garantir o acesso físico por meio de rampas ou sinalizações. É necessário ir além: é preciso considerar a vivência espacial plena, promovendo o conforto, a autonomia e a experiência sensível dos usuários. Como alerta Ryhl (*apud* Blucher, 2015), se o processo de projeto ignora a diversidade humana, apenas uma pequena parcela da população poderá usufruir o espaço com conforto.

Dessa forma, o projeto da praça se esforça em garantir legibilidade espacial clara, com caminhos bem definidos, zonas de permanência acessíveis e mobiliário urbano posicionado com lógica e previsibilidade. Cada ambiente deve ter função evidente e seus elementos precisam estar dispostos de forma intuitiva, contribuindo para que o espaço seja facilmente compreendido e utilizado, inclusive por pessoas com deficiências visuais ou cognitivas (Blucher, 2015). Além disso, elementos de contraste visual e tátil serão utilizados para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão, reforçando a percepção dos diferentes usos e limites do espaço.

Os conceitos de pontos nodais, bordas e zonas propostos por Lynch (2011) e retomados por Blucher (2015) também guiam a proposta, de forma que os caminhos principais da praça

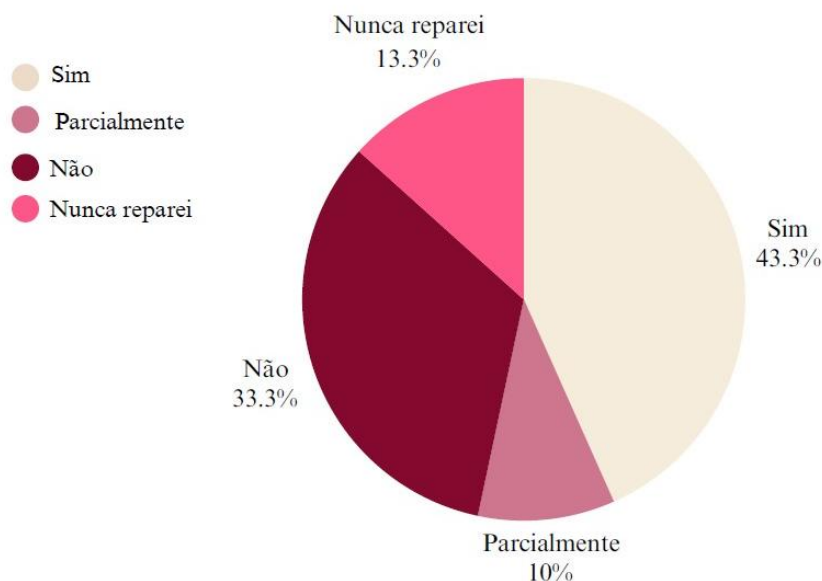
(pontos nodais) se conectem com suas áreas periféricas (bordas) e com os diferentes setores de uso (zonas), criando um sistema de leitura urbana que respeite a lógica da mobilidade e da orientação espacial.

Aspectos como iluminação adequada, conforto acústico e proporções espaciais também foram considerados no processo de projeto. Conforme Ryhl (Blucher, 2015), pessoas com deficiência visual tendem a se orientar melhor em espaços menores e bem proporcionados, com pontos de referência próximos, enquanto pessoas com deficiência auditiva sentem-se mais confortáveis em ambientes mais amplos e abertos. A proposta da praça respeita essa diversidade, oferecendo tanto áreas mais íntimas de convivência quanto zonas de circulação mais generosas, promovendo a inclusão e o conforto para diferentes perfis de usuários.

Por fim, compreender como cada indivíduo se orienta no espaço físico é essencial para construir cidades mais justas, acessíveis e humanizadas. Incorporar a acessibilidade desde a etapa inicial do projeto não apenas amplia o uso do espaço público, mas também reforça o direito à cidade como direito à presença plena, reconhecendo a diversidade como potência e não como limitação (Blucher, 2015).

Com base nessa premissa, a pesquisa realizada incluiu a pergunta 11 do formulário (figura 18), que questionou: “Na sua opinião, a praça facilita o acesso para todas as pessoas?” Os resultados demonstraram um quadro dividido: 43,3% dos respondentes afirmaram que a praça não facilita o acesso universal, enquanto 40% responderam que sim, e 16,7% se dividiram entre “nunca reparei” e “parcialmente”. Esse panorama demonstra a ausência de uma acessibilidade plena, além de sugerir desinformação ou falta de percepção crítica por parte de alguns usuários sobre o tema — o que também é um dado relevante no diagnóstico social.

Figura 18 - Gráfico "Na sua opinião, a praça facilita o acesso para todas as pessoas?".



Fonte: Autoria (2025).

A divisão de opiniões revela um cenário ambíguo: por um lado, parte dos usuários talvez não se depare diretamente com barreiras físicas; por outro, as limitações enfrentadas por pessoas com deficiência, idosos, gestantes ou crianças parecem não ser atendidas pelo desenho atual da praça. A ausência de rampas de boa inclinação, pisos táteis, sinalização acessível, corrimãos de material adequado e banheiros adaptados compromete o direito à cidade e exclui da vida urbana ativa uma parcela significativa da população.

Dessa forma, os dados obtidos reforçam a necessidade de que o projeto de requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito incorpore o desenho universal como princípio norteador, promovendo um ambiente que seja não apenas acessível, mas acolhedor e inclusivo para todos. Isso envolve o cuidado com níveis de piso, texturas, iluminação, contrastes visuais e mobiliário acessível, além de considerar o percurso entre a praça e seus entornos. A acessibilidade deve deixar de ser apenas um item técnico para se tornar parte da experiência cotidiana de todos os cidadãos.

5.4 Mobiliário urbano como instrumento de convivência e interação

O mobiliário urbano é elemento essencial para garantir a funcionalidade e o conforto dos espaços públicos, devendo ser projetado e instalado de acordo com critérios de

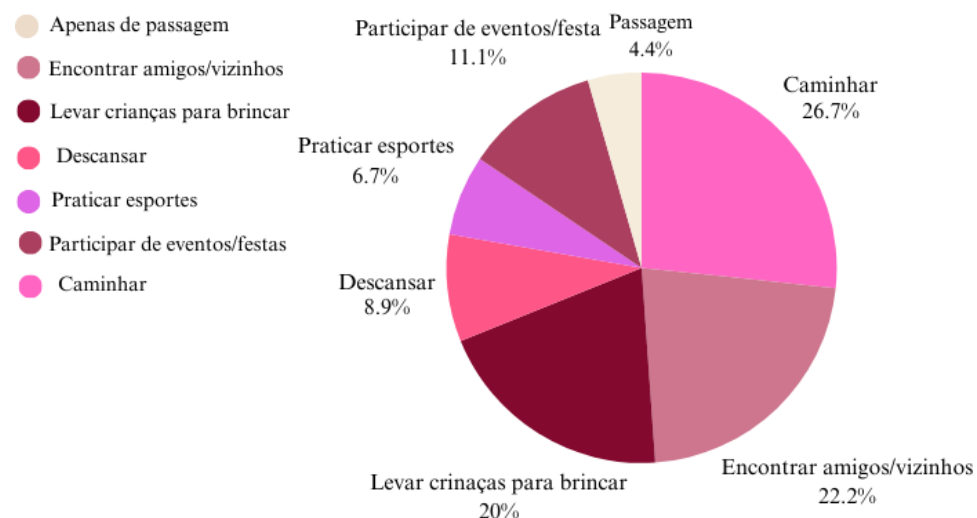
acessibilidade e desenho universal (DU). Conforme a NBR 9050:2020, todos os equipamentos urbanos, como bancos, lixeiras, bebedouros, paradas de ônibus e sinalizações — devem permitir o uso autônomo e seguro por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020).

Segundo a Norma, o mobiliário não pode obstruir rotas acessíveis e deve ser instalado de forma a garantir a continuidade da circulação, respeitando faixas livres de no mínimo 1,20 m de largura. Além disso, o mobiliário deve apresentar dimensões adequadas para o uso confortável: por exemplo, bancos com altura de assento entre 0,45 m e 0,50 m e espaço reservado próximo a bancos e mesas para a acomodação de cadeira de rodas.

O mobiliário urbano desempenha papel fundamental na qualificação dos espaços públicos, sendo responsável por tornar o ambiente mais acolhedor, funcional e propício à convivência. Bancos, brinquedos, equipamentos de lazer, iluminação e infraestrutura de permanência estão diretamente ligados à forma como as pessoas se relacionam entre si e com o espaço. Para compreender o papel desses elementos na Praça Lourenço Gonçalves de Brito, foram analisadas as respostas dos moradores do bairro São Geraldo às perguntas 3, 4, 5, 6 e 9 do formulário, respondido por 30 pessoas.

A pergunta 3 (Figura 19), “Para qual finalidade você usa ou usaria a praça?”, lança luz na diversidade de usos esperados pelos moradores. As respostas frequentes se circunscrevem em caminhar (26,7%), encontrar amigos/vizinhos (22,2%) e levar crianças para brincar (20%), seguidas de participar de eventos (11,1%), descansar (8,9%) e praticar esportes (6,7%). Esses dados indicam que os moradores não veem a praça apenas como espaço de passagem, mas como lugar de encontro, lazer e interação comunitária, reforçando a importância de um mobiliário que estimule essas práticas sociais diversas.

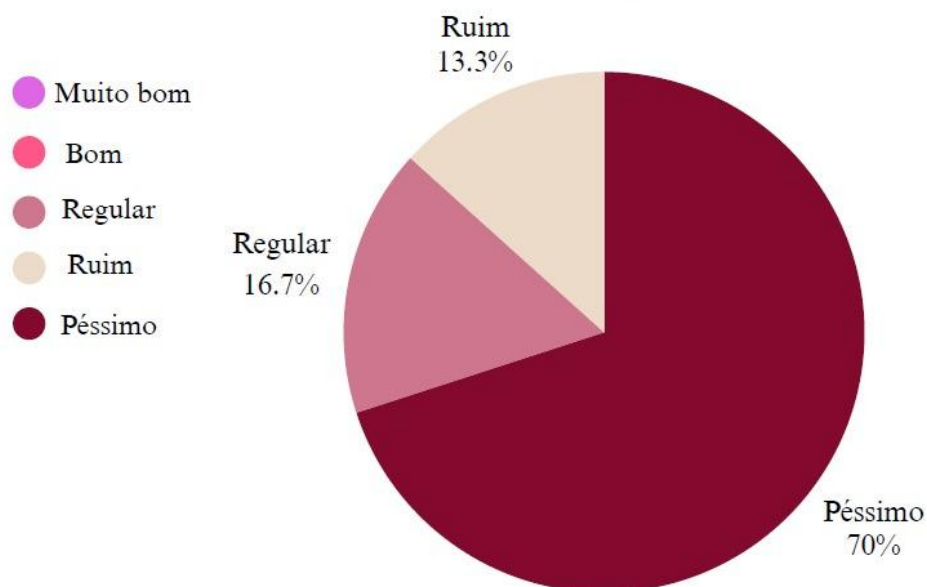
Figura 19 - Gráfico "Para qual finalidade você usa ou usaria a praça?".



Fonte: Autoria (2025).

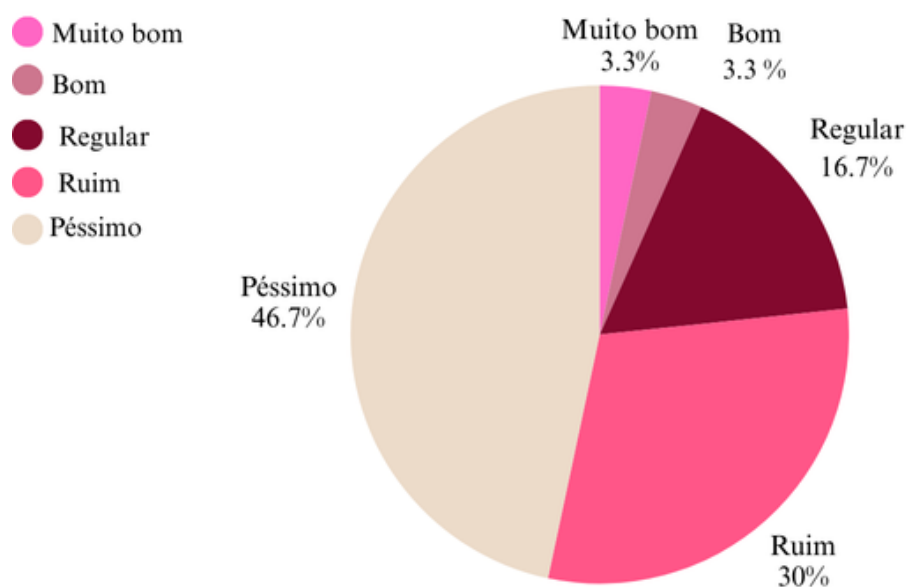
Entretanto, a infraestrutura atual da praça foi avaliada amplamente de maneira negativa. A pergunta 4 (Figura 20), “Como você avalia os brinquedos atuais da praça?”, obteve 70% de respostas classificando-os como “péssimos”, 13,3% como “ruins” e apenas 16,7% como “regulares” — sem nenhum registro de avaliação positiva. Da mesma forma, a pergunta 5 (Figura 21), “Como você avalia os bancos atuais da praça?”, evidenciou forte insatisfação: 46,7% consideraram os bancos “péssimos”, 30% os classificaram como “ruins”, e apenas 3,3% os julgaram “muito bons”. A carência de mobiliário de qualidade compromete o uso pleno da praça, desestimula a permanência e dificulta a apropriação coletiva do espaço.

Figura 20 - Gráfico "Como você avalia os brinquedos atuais da praça?".



Fonte: Autoria (2025).

Figura 21 - Gráfico "Como você avalia os bancos atuais da praça?".

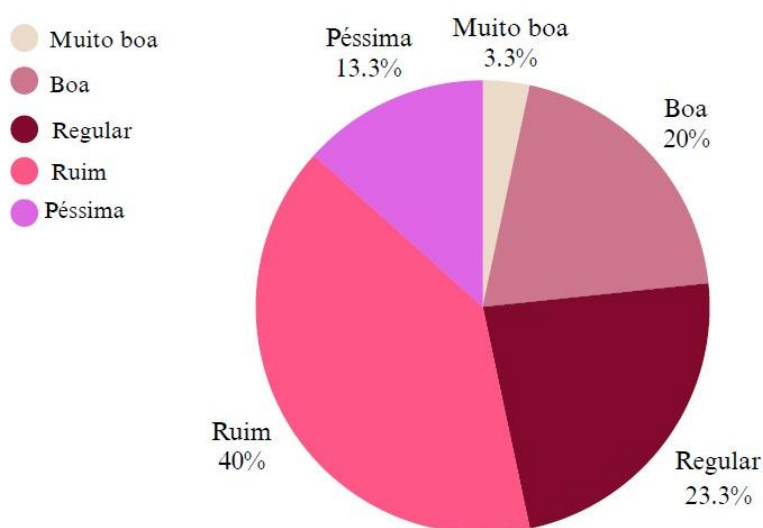


Fonte: Autora, 2025.

A situação se agrava com os resultados da pergunta 6 (figura 22), “Como você avalia a iluminação atual da praça?”. Neste quesito, 40% dos moradores avaliaram a iluminação como “ruim”, 23,3% como “regular” e 13,3% como “péssima”, sendo que apenas 3,3% consideraram

a iluminação “muito boa”. A ausência de iluminação adequada afeta diretamente a segurança e o conforto lumínico, limitando o uso noturno da praça e restringindo as possibilidades de convivência em horários de maior movimento popular.

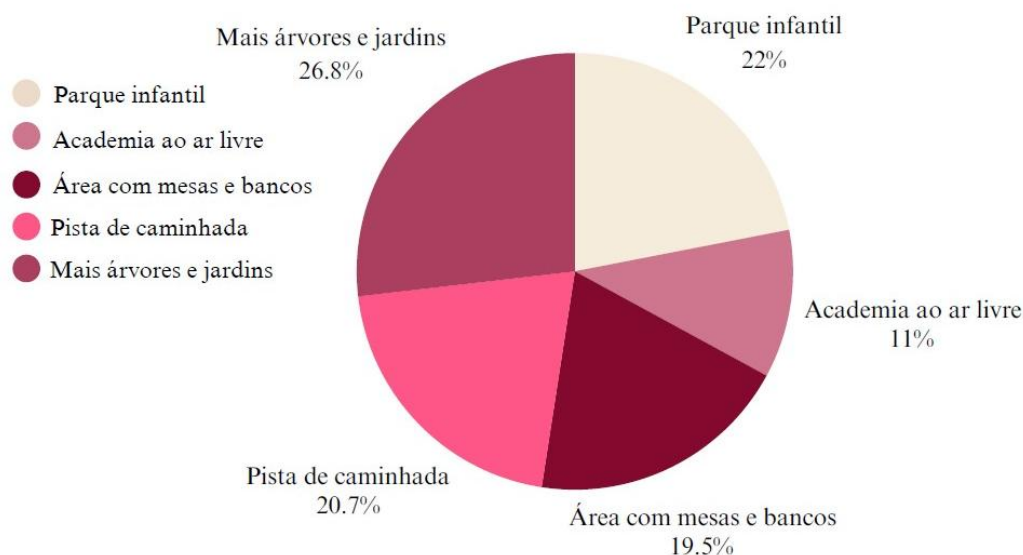
Figura 22 - Gráfico "como você avalia a iluminação atual da praça?".



Fonte: Autoria (2025).

Ao serem questionados, “O que você gostaria que tivesse na praça?” (Figura 23), os entrevistados apresentaram reivindicações claras e coerentes com os dados anteriores: mais árvores e jardins (26,8%), parquinho infantil (22%), pista de caminhada (20,7%), área com mesas e bancos (19,5%) e academia ao ar livre (11%). Esse requerimento aponta para o anseio de requalificação ampla e inclusiva, com equipamentos que favoreçam o lazer individual, a convivência coletiva, o encontro intergeracional e a apropriação do espaço integralmente pela sociedade.

Figura 23 - Gráfico " O que você gostaria que tivesse na praça? ".



Fonte: Autoria (2025).

Dessa forma, o mobiliário urbano deve ser compreendido não apenas como item funcional, mas como instrumento de sociabilidade e cidadania. Quando bem planejado, ele potencializa o uso do espaço público, favorece a permanência, promove o descanso, a contemplação, o diálogo, o brincar, a prática de atividades físicas e culturais. No caso da praça em análise, o projeto de requalificação deve priorizar bancos confortáveis e acessíveis, brinquedos seguros, iluminação eficiente e equipamentos de uso coletivo, como mesas, academias ao ar livre e pistas de caminhada. Esses elementos fortalecem os laços comunitários e transformam a praça em um verdadeiro espaço de encontro e memória social.

O quadro abaixo (figura 24) sintetiza os principais elementos definidos para a requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito. Este programa foi criado a partir da análise das demandas e anseios observados na pesquisa de campo, na consulta feita junto aos moradores e nas diretrizes projetuais que visam tornar o espaço mais inclusivo, acolhedor e funcional.

Figura 24 - Programa de necessidades.



Fonte: Autoria (2025).

O programa de necessidades do projeto foi elaborado por meio de um diagnóstico que incluiu a análise dos dados coletados, estudos de correlatos, observações comportamentais e aplicação de questionários. Esses instrumentos permitiram compreender algumas demandas da população em relação à atual Praça Lourenço Gonçalves de Brito, identificando as principais carências, padrões de uso e expectativas para o espaço. Assim, cada item do programa foi pensado com base nesses parâmetros, no intuito de que a proposta atenda às necessidades sociais, ambientais e funcionais do local, promovendo uma requalificação sensível ao contexto e às vivências da comunidade.

O programa contempla elementos que favorecem a convivência social, como bancos de madeira, que incentivam encontros, conversas e interações intergeracionais. O *playground* é direcionado às crianças, promovendo o lazer e o desenvolvimento lúdico. A quadra poliesportiva busca atender às práticas esportivas, tão relevantes para a promoção da saúde, bem-estar e socialização da comunidade.

Além disso, a presença de quiosques propicia atividades comerciais locais, estimulando a economia de pequenos empreendedores e oferecendo suporte aos usuários da praça. A iluminação pública adequada surge como elemento fundamental para garantir segurança, conforto e uso noturno do espaço.

Por fim, os caminhos acessíveis estão diretamente relacionados ao princípio da acessibilidade universal, garantindo que todas as pessoas, incluindo idosos, crianças e pessoas

com mobilidade reduzida, possam circular e usufruir dos espaços de maneira segura e autônoma.

Dessa forma, o programa de necessidades reflete os anseios da comunidade local e se alinha aos princípios do urbanismo social, do direito à cidade e da construção de espaços públicos que promovem o encontro, a memória e a coletividade.

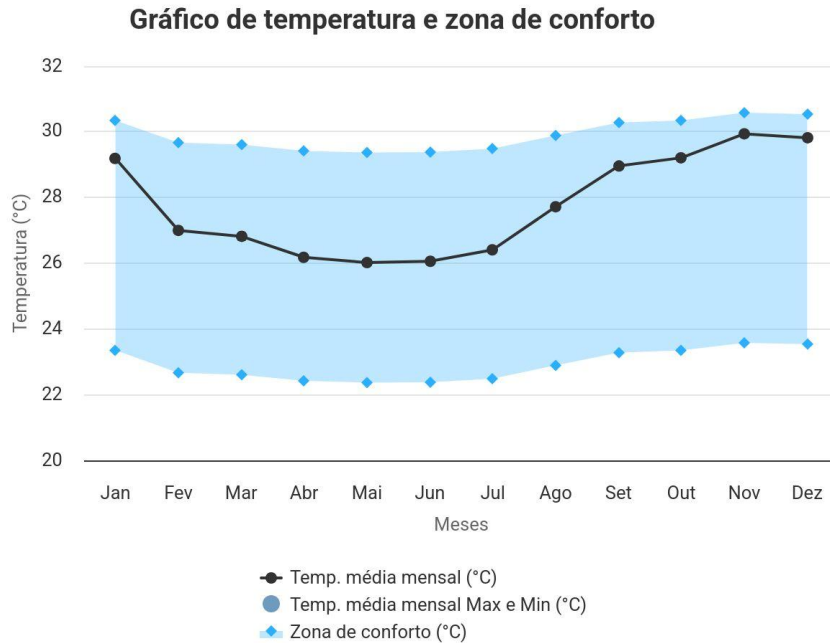
5.5 Condicionantes projetuais

A análise dos condicionantes projetuais do terreno é fundamental para orientar o desenvolvimento do projeto, garantindo sua viabilidade e conformidade com as normas vigentes.

5.5.1 Condicionantes bioclimáticas

O gráfico 1 apresentado abaixo mostra a temperatura média mensal, a variação entre temperaturas máxima e mínima e a zona de conforto térmico. Considerando que a percepção de conforto térmico varia conforme a adaptação das pessoas ao clima local (Projeteee).

Gráfico 1: Temperatura média mensal em Pau dos Ferros.



Fonte: Projeteec (2025).

No caso de Pau dos Ferros, observa-se que a temperatura média mensal se mantém acima da zona de conforto térmico durante quase todo o ano, especialmente nos meses de setembro a janeiro, onde os valores ultrapassam os limites superiores da faixa considerada confortável. Nos meses mais amenos, como maio e junho, a temperatura média se aproxima da zona de conforto, mas ainda assim tende a se manter no limite superior.

Essa condição evidencia um clima quente e com baixa variação térmica ao longo do ano, o que implica na necessidade de estratégias de projeto que favoreçam o conforto térmico passivo.

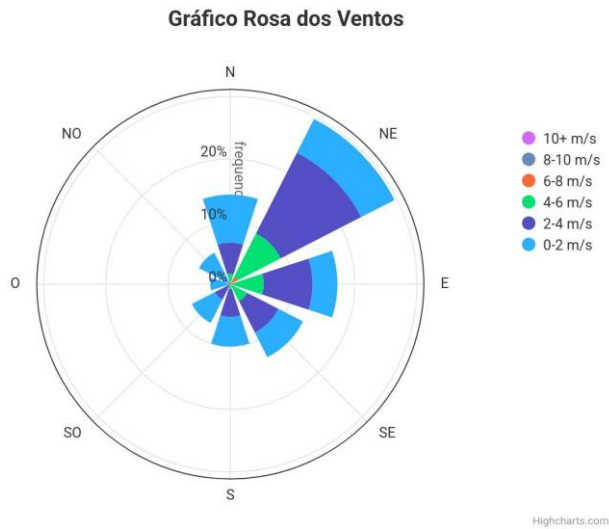
Portanto, o gráfico reforça que a realidade climática de Pau dos Ferros exige uma atenção especial ao conforto ambiental nos espaços públicos e edificações, sobretudo por meio de soluções adaptativas, sustentáveis e de baixo custo energético.

A análise da ventilação predominante foi realizada a partir dos gráficos da rosa dos ventos, considerando três recortes temporais: geral, diurno e noturno. Estes gráficos apresentam a direção, velocidade e frequência dos ventos, sendo informações essenciais para embasar decisões projetuais relacionadas ao conforto térmico, ventilação natural e proteção contra intempéries.

No gráfico geral (Gráfico 2), observa-se a predominância de ventos provenientes do Nordeste (NE), com velocidades mais frequentes entre 2-4 m/s e 4-6 m/s. Também há

contribuição significativa de ventos oriundos do Leste (E) e Norte (N), ainda que em menor intensidade.

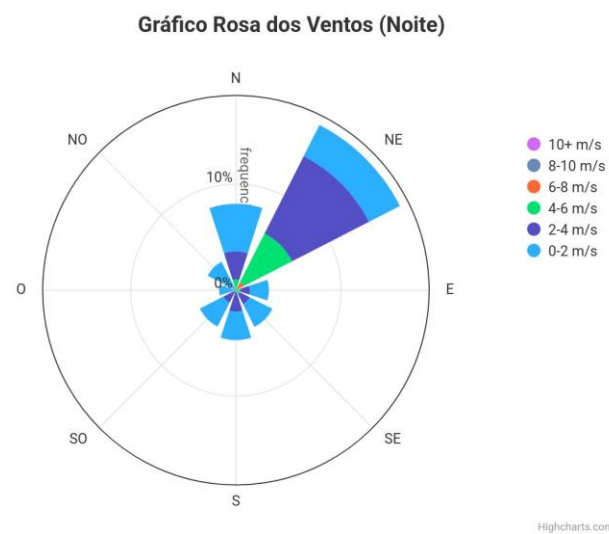
Gráfico 2 - Rosa dos ventos - geral.



Fonte: Projeteee (2025).

Durante o período noturno (Gráfico 3), a frequência e intensidade dos ventos reduzem-se consideravelmente, mantendo-se, contudo, a predominância da direção Nordeste (NE). As velocidades mais comuns situam-se entre 0-2 m/s e 2-4 m/s. Essa suavização do fluxo de ar reforça a importância de prever aberturas voltadas para o NE, a fim de favorecer a renovação do ar e o resfriamento passivo dos ambientes internos durante a noite, contribuindo para o conforto térmico.

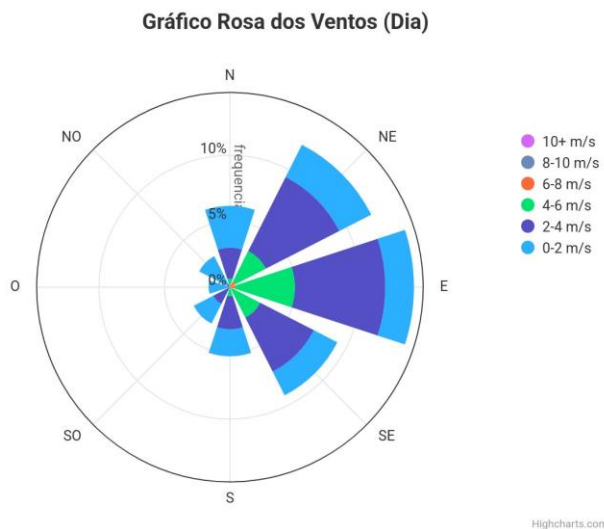
Gráfico 3 - Rosa dos ventos - noite.



Fonte: Projeteee, 2025.

No período diurno (Gráfico 4), constata-se um aumento expressivo na intensidade e frequência dos ventos, especialmente nas direções Nordeste (NE) e Leste (E), além de uma leve incidência de ventos vindos do Sul (S). As velocidades predominantes são de 2-4 m/s e 4-6 m/s, o que reforça a necessidade de elementos arquitetônicos que atuem como barreiras à insolação e à ação da chuva nessas fachadas.

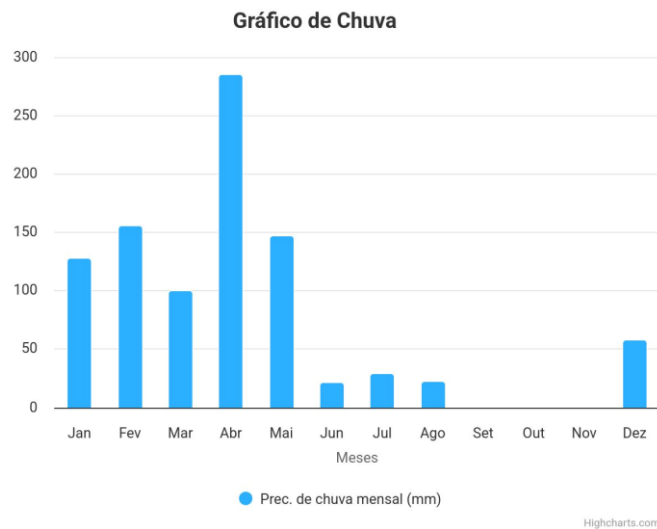
Gráfico 4 - Rosa dos ventos - dia.



Fonte: Projeteec (2025).

O gráfico de precipitação mensal (Gráfico 5) evidencia o regime pluviométrico típico do clima semiárido, com concentração das chuvas nos primeiros meses do ano. O pico ocorre em abril, com valores próximos a 290 mm, seguido por uma redução gradual até o mês de agosto. De setembro a novembro, observa-se um período de estiagem, com volumes praticamente nulos, e um leve aumento das precipitações em dezembro.

Gráfico 5 - Gráfico de precipitação.



Fonte: Projeteee (2025).

Este padrão sazonal reforça a necessidade de soluções arquitetônicas que considerem tanto o controle da insolação excessiva quanto a captação e aproveitamento da água das chuvas. Em períodos secos prolongados, é fundamental adotar estratégias de conforto térmico passivo, como sombreamento adequado e ventilação natural, para garantir o conforto dos usuários.

Além disso, a variabilidade da precipitação ao longo do ano indica a importância de sistemas de drenagem eficientes e da utilização de paisagismo como recurso para mitigar os efeitos da insolação e melhorar o microclima urbano.

A partir disso, o projeto buscou integrar estratégias passivas de conforto ambiental que tornem a praça um lugar agradável, acolhedor e funcional para a vizinhança. A baixa variação térmica e os níveis elevados de calor justificam a adoção de sombreamentos diversos, vegetação densa nas áreas de permanência e a escolha de materiais de revestimento com baixa absorção de calor.

5.5.2 Condicionantes legais

No processo de requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, é fundamental considerar as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do município, que prevê a elaboração de planos de urbanização específicos para cada Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme orientações da Política Municipal de Habitação.

Nessa perspectiva, os proprietários de terrenos situados nessas áreas também podem apresentar propostas desde que estejam em consonância com as normativas vigentes. No caso do projeto da praça, deve-se observar, por exemplo, a exigência de vagas de estacionamento em áreas de uso comercial, com o mínimo de 5% da área construída destinada a esse fim, incluindo ao menos uma vaga para pessoas com prioridade de atendimento, conforme disposto na Lei nº 016/2021. A mesma legislação orienta a ampliação dos espaços públicos voltados ao pedestre e conectados a áreas verdes (Plano Diretor, 2021).

Além disso, o projeto de requalificação e ampliação deve atender integralmente às exigências da ABNT NBR 9050:2020, assegurando acessibilidade universal nos percursos, mobiliários e equipamentos urbanos, com o objetivo de tornar o espaço verdadeiramente inclusivo para toda a comunidade.

5.6 Análise urbana

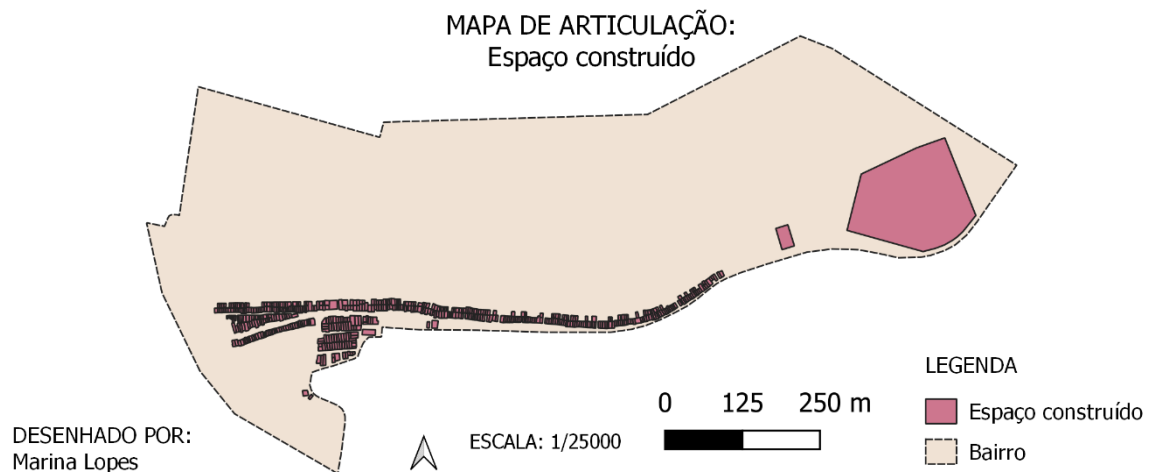
Para compreender melhor as características do terreno e sua inserção no contexto urbano, apresentam-se a seguir os mapas elaborados a partir da análise da área. Esses mapas evidenciam aspectos relevantes como a localização, o entorno imediato, as áreas verdes, as vias de acesso e demais elementos que influenciam o desenvolvimento do projeto.

5.6.1 Análise morfológica

O mapa de articulação do espaço construído (Figura 25 – Apêndice 2) revela a distribuição das quadras e a configuração espacial do bairro. Observa-se um traçado com quadras de desenhos irregulares, sugerindo um crescimento urbano sem projeto dirigido pelo Estado ou realizado pela iniciativa privada. A ocupação é predominantemente de baixa densidade, o que se reflete na presença majoritária de edificações térreas e pequenos conjuntos. Isso deixa claro a necessidade de ressignificar o espaço público como lugar de sociedade e inclusão social, reforçando a importância de requalificar a praça como estrutura catalisadora de convivência. Percebe-se que as quadras são relativamente compactas, mas há descontinuidade no tecido urbano, ou seja, existem lotes vazios, terrenos ociosos ou áreas pouco densas. Isso é importante porque: A praça pode funcionar como um ponto de centralidade para articular

melhor os vazios urbanos. A organização dos espaços construídos evidencia a necessidade de qualificar as bordas da praça (com mobiliário urbano, acessibilidade, iluminação) para integrá-la mais ao bairro.

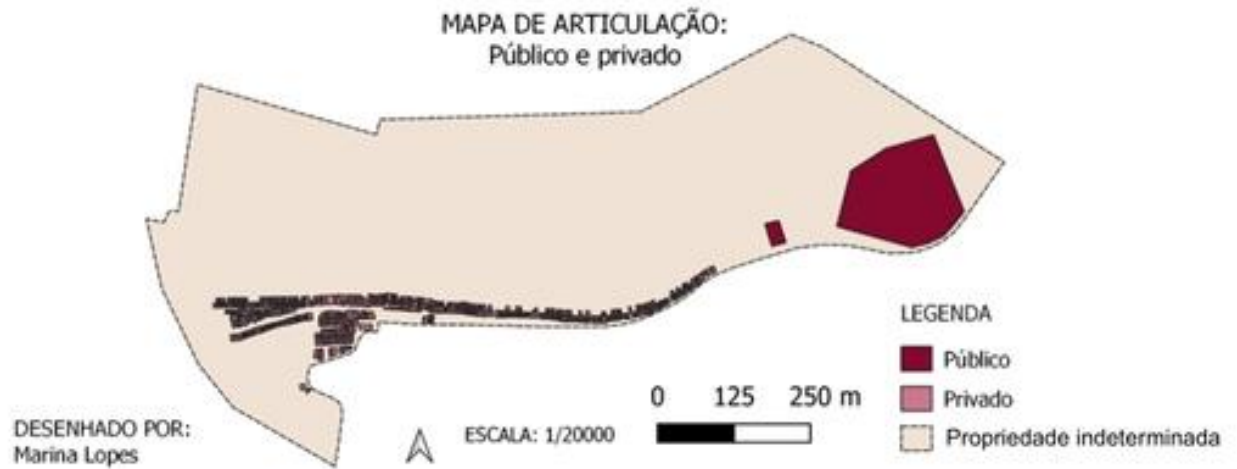
Figura 25 - Mapa de articulação: espaço construído.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

O mapa de articulação entre espaços públicos e privados (figura 26 - Apêndice 3) mostra a nítida separação dos usos. O espaço público, composto por ruas e a própria praça, é pouco expressivo se comparado do percentual com os limites oficiais do bairro e o loteamento. Essa baixa oferta de espaços livres públicos reforça o papel estratégico da praça para a qualidade urbana e o direito à cidade. A requalificação e ampliação deve potencializar a apropriação desse espaço público, ampliando suas funções e a sua atratividade. Este mapa deixa evidente que o domínio privado predomina, enquanto o domínio público é fragmentado. Isso indica que os poucos espaços públicos, como a praça, precisam ser bem planejados e valorizados. O entorno da praça sendo dominado por imóveis privados também significa que ações de fachada ativa (como lojas, cafés, feiras) podem ser muito benéficas para trazer movimento ao espaço. A requalificação e ampliação servirá para reforçar o uso coletivo do espaço, criando áreas de convivência, cultura e lazer, para equilibrar a forte presença privada no bairro.

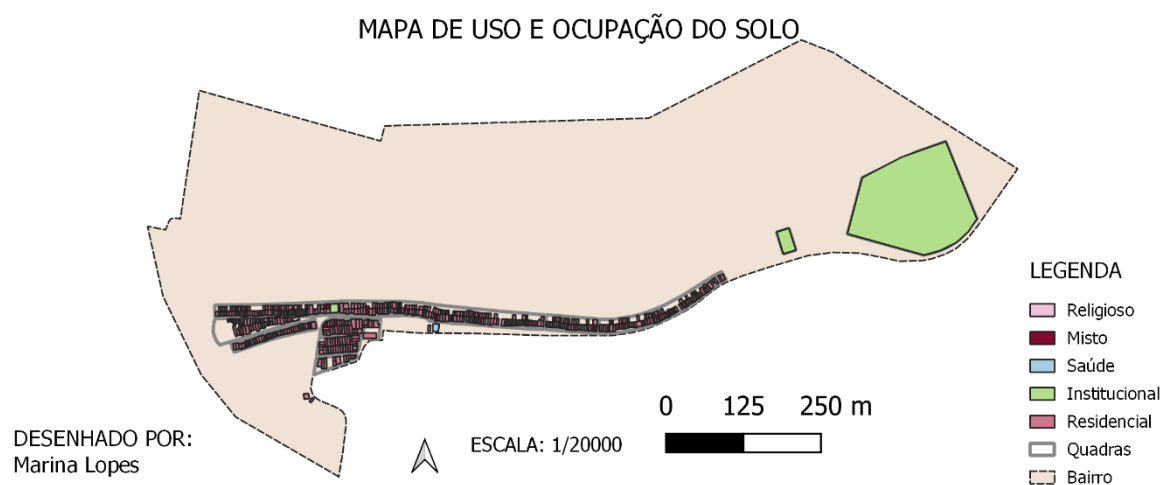
Figura 26 - Mapa de articulação: público e privado.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

O mapa de uso e ocupação do solo (figura 27 - Apêndice 7) identifica diferentes funções urbanas: misto, saúde, religioso, institucional, residencial e comercial. A presença de usos religiosos, de saúde e institucionais no entorno próximo da praça é extremamente favorável para potencializar a dinâmica urbana local. A praça, portanto, deve ser pensada como um espaço multifuncional, capaz de atender a um público diverso, desde fiéis até usuários de serviços públicos e moradores locais, servindo como extensão e complemento às funções urbanas existentes.

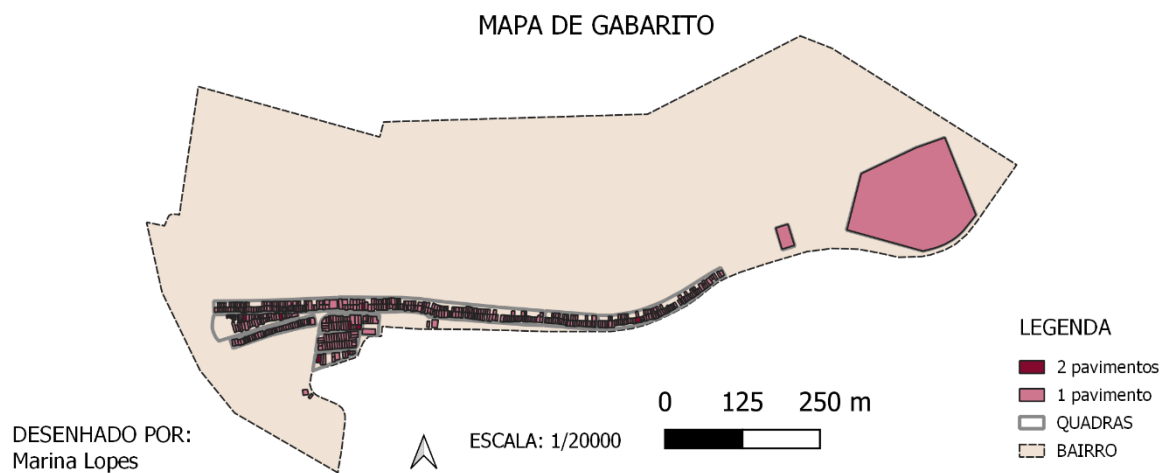
Figura 27 - Mapa de uso e ocupação do solo.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

O mapa de gabarito (figura 28 - Apêndice 1) figura a predominância de edificações de um pavimento no entorno da praça, com poucos registros de construções de dois pavimentos. Essa fisionomia horizontal da paisagem contribui para uma escala urbana humana e acolhedora, reforçando a necessidade de um desenho de praça que mantenha essa relação de escala amigável, privilegiando mobiliários, vegetação e elementos arquitetônicos proporcionais ao contexto. O bairro apresenta majoritariamente edificações de um pavimento, com poucos prédios de dois andares ou mais. Essa *skyline* proporciona boa ventilação e amplo céu aberto no ambiente da praça.

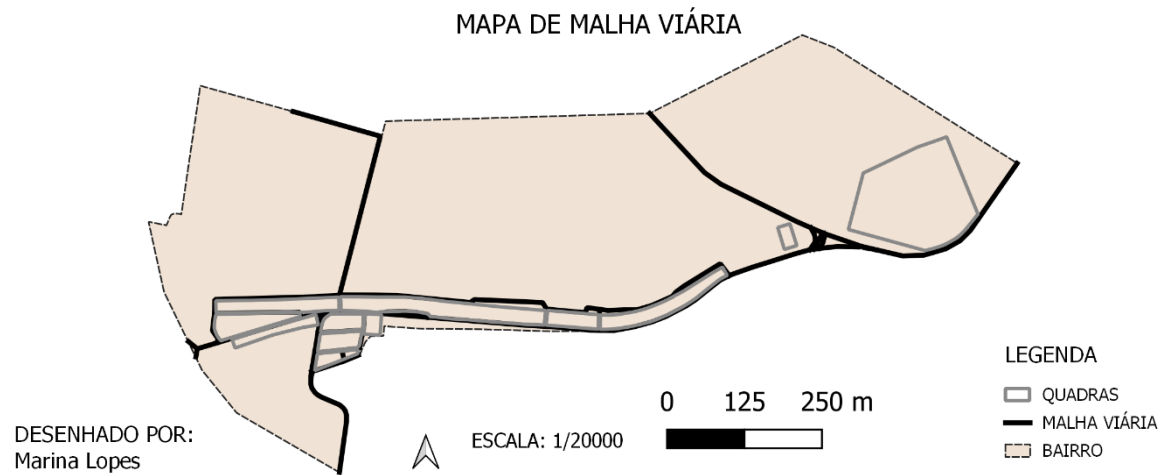
Figura 28 - Mapa de gabarito.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

O mapa de malha viária (figura 29 - Apêndice 5) apresenta um retrato simplificado das conexões viárias do bairro. Nota-se uma geometria mista com vias sinuosas e retilíneas. Há algumas descontinuidades no traçado viário, o que pode dificultar o acesso de pedestres em alguns trechos. A requalificação da praça deve considerar estratégias de melhoria de acessibilidade a partir de diferentes pontos do bairro, garantindo trajetos seguros e agradáveis. As ruas não formam uma malha perfeita: existem rupturas e descontinuidades. Algumas ruas terminam abruptamente ou mudam de direção, o que pode causar isolamento de certos lotes. A requalificação deve planejar a praça como um nó de conexões suaves, permitindo que ela seja ponto de passagem e de parada.

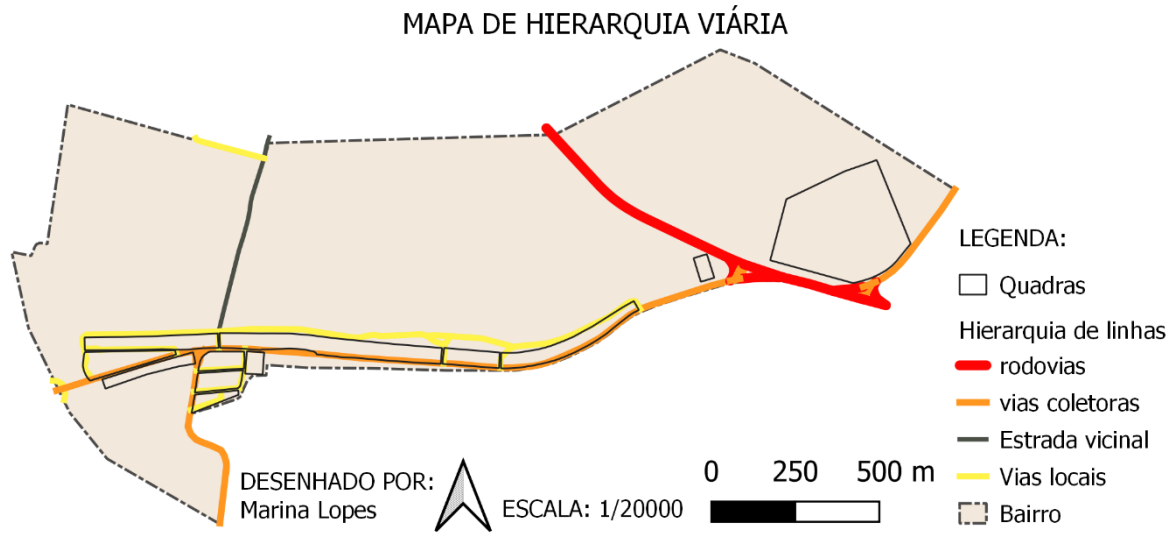
Figura 29 - Mapa de malha viária.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

De acordo com o Art. 60 do Código Nacional de Trânsito (2009), as vias urbanas são classificadas em (i) via de trânsito rápido (80 km/h e acima); (ii) via arterial (60 km/h); (iii) via coletora (40 km/h) e (iv) via local (30 km/h). O mapa de hierarquia viária (figura 30 - Apêndice 6) especifica algumas modalidades de vias determinadas pelo código: rodovias (trânsito rápido), vias coletoras, locais e estrada vicinal. A praça está inserida em uma malha dominada por vias locais, ou seja, ruas de baixa velocidade e circulação, ideais para promover espaços públicos seguros e acolhedores. A ausência de vias de grande fluxo próximo favorece a permanência, lazer e atividades culturais ao ar livre. Rodovias (de passagem) são afastadas. Vias locais dominam ao redor da praça, isso é excelente porque favorece um ambiente mais calmo e seguro para pedestres.

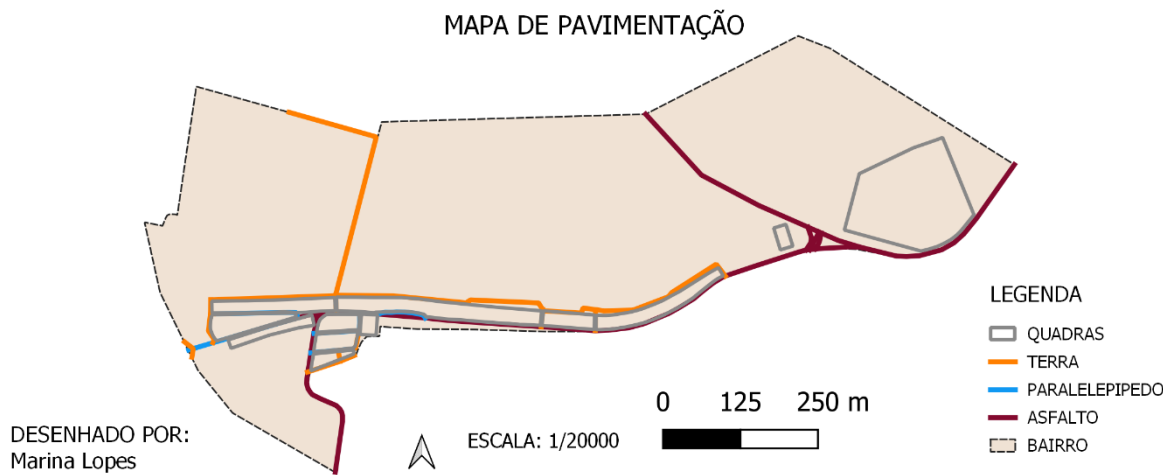
Figura 30 - Mapa de Hierarquia viária.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

O mapa de pavimentação (figura 31 - Apêndice 4) distingue as áreas conforme o tipo de revestimento: terra, paralelepípedo e asfalto. A praça se encontra próxima a ruas pavimentadas com paralelepípedo, as quais, embora em bom estado de conservação, podem apresentar desconforto de percurso dos pedestres e na mobilidade. A existência de ruas em terra ainda indica uma infraestrutura viária precária em algumas áreas.

Figura 31 - Mapa de pavimentação.



Fonte: Adaptado de Qgis (2025).

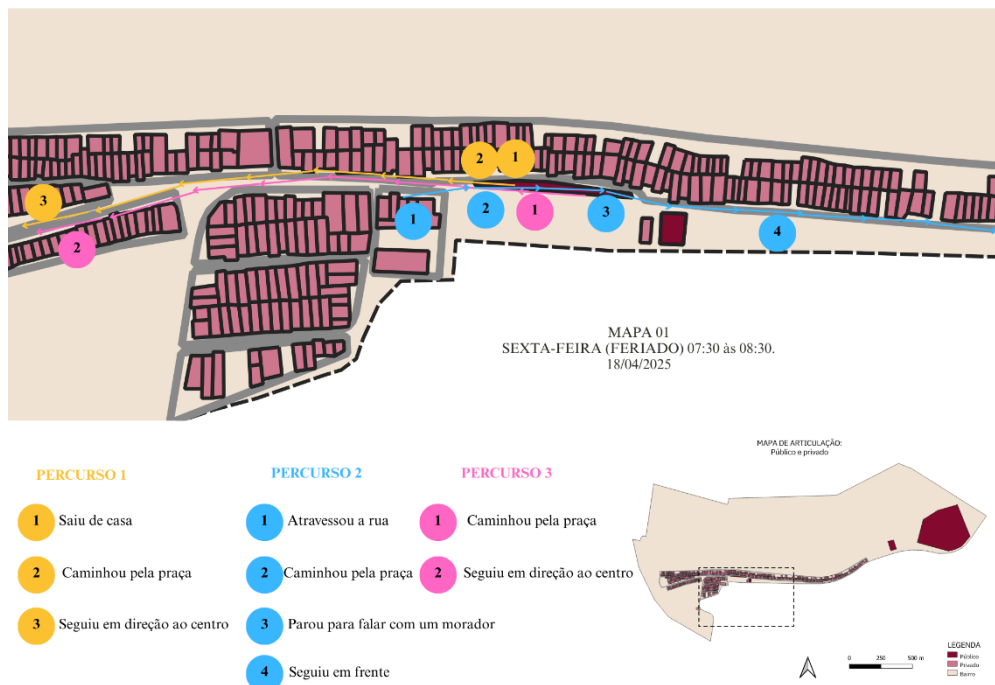
A proposta de requalificação pode considerar o ajuste dos acessos e a conexão com essas vias, inclusive com soluções de pavimentação que garantam melhor conforto ambiental e mobilidade para todos os usuários.

5.6.2 Análise comportamental

A análise comportamental realizada na Praça Lourenço Gonçalves de Brito foi executada a partir da metodologia divulgada por Vicente del Rio. Ela revela, por meio dos percursos mapeados, operações humanas de uso do espaço público em diferentes dias (feriado, fim de semana e dia da semana) e horários. Esse levantamento é fundamental para compreender como as práticas cotidianas dos moradores se articulam ao espaço urbano e como esse espaço é (ou não) apropriado pela comunidade, dialogando diretamente com o conceito de lugar de memória (Nora, 2008), que embasam este trabalho.

O levantamento realizado na manhã de sexta-feira (figuras 32 e 33), feriado, no horário entre 07h30 e 08h30, revelou uma movimentação predominantemente funcional. Foram registrados três percursos distintos, todos com o mesmo padrão comportamental: os moradores saem de suas residências, atravessam ou contornam a praça, e seguem em direção ao centro da cidade.

Figura 32 - Mapa comportamental, sexta-feira (feriado), manhã.



Fonte: Autoria (2025).

Neste horário específico, a praça se comporta muito mais como um espaço de transição do que de permanência. Não foram observadas interações sociais prolongadas, práticas de lazer ou qualquer outro tipo de apropriação que indicasse a praça como um destino em si. Este

comportamento pode estar associado ao contexto matutino, onde os moradores priorizam atividades externas, como ida ao trabalho, mercado ou outros compromissos, mesmo sendo um feriado.

Figura 33 - Fotos dos percursos relacionadas a sexta-feira (feriado), manhã.

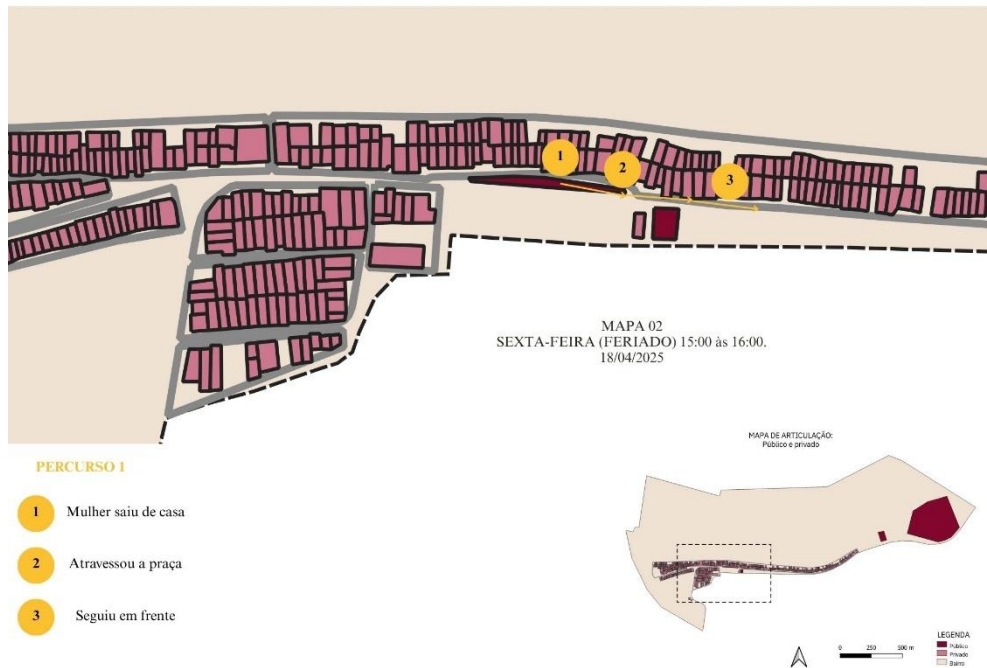


Fonte: Acervo pessoal (2025).

A ausência de ocupação prolongada revela que, para além de sua função de circulação, a praça carece de mobiliários, sombra, elementos de conforto e estímulo à permanência, especialmente nas primeiras horas do dia, quando o clima também é mais agradável.

No período da tarde, entre 15h00 e 16h00, ainda na sexta-feira de feriado (figuras 34 e 35), a dinâmica observada manteve-se semelhante ao período da manhã. Foi identificado o deslocamento de uma mulher que atravessa a praça, utilizando-a como atalho para seguir seu caminho.

Figura 34 - Mapa comportamental, sexta-feira (feriado), tarde.



Fonte: Autoria (2025).

A escolha desse horário é significativa, pois se trata de um período em que, teoricamente, a praça poderia se tornar um espaço de descanso, encontro ou lazer. No entanto, a ausência de usuários que permaneçam no espaço demonstra uma carência de infraestrutura qualificada e de atrativos que convidem os moradores a ocupar a praça no turno da tarde. Isso pode estar relacionado tanto à falta de elementos de conforto, como sombra e assentos, quanto à percepção de que o espaço não oferece segurança ou atividades atrativas.

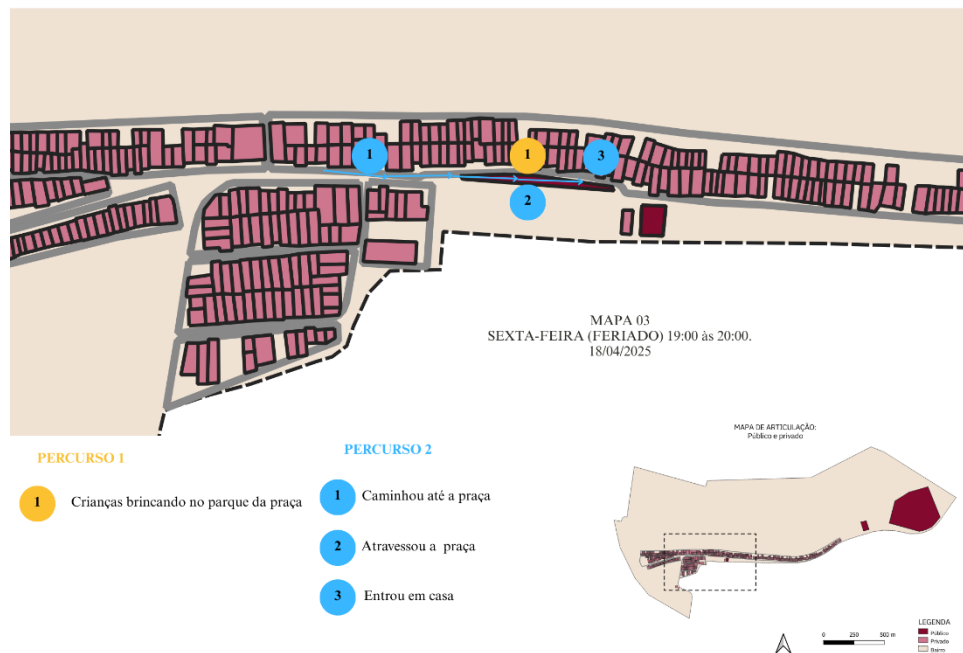
Figura 35 - Fotos do percurso relacionadas a sexta-feira (feriado), tarde.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

O levantamento realizado no início da noite, entre 19h00 e 20h00 da mesma sexta-feira (figuras 36 e 37), revela uma mudança na dinâmica de uso da praça. Neste horário, foi possível observar crianças brincando no parque existente no local, além de moradores utilizando o espaço como trajeto para acessar suas residências ou retornar do centro.

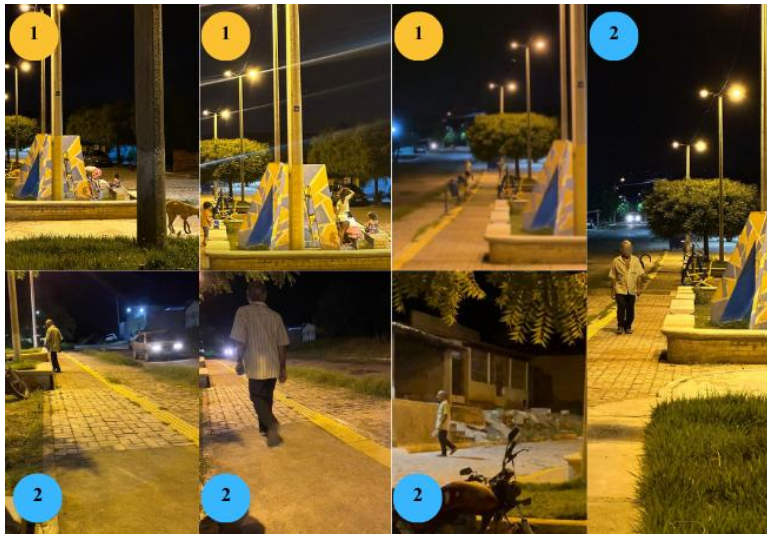
Figura 36 - Mapa comportamental, sexta-feira (feriado), noite.



Fonte: Aatoria (2025).

Este mapa evidencia uma maior ativação da praça no período noturno, especialmente quando se trata de lazer infantil. A presença das crianças demonstra que, quando existem estruturas mínimas, como um parque, há uma apropriação do espaço, mesmo que ela seja restrita a determinados públicos e horários. Por outro lado, a circulação de outros moradores reflete a função da praça como um elemento de conexão dentro do bairro.

Figura 37 - Fotos do percurso relacionadas a sexta-feira (feriado), noite.

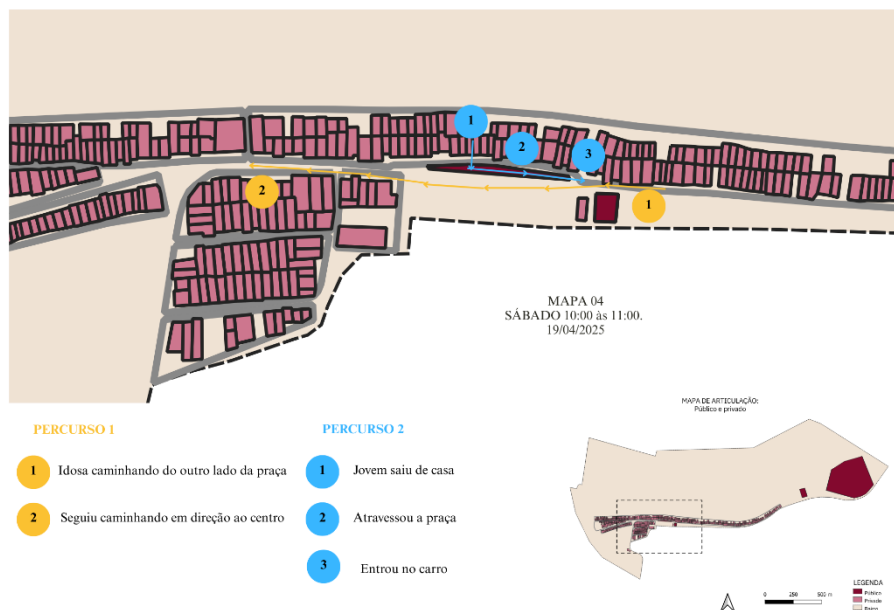


Fonte: Acervo pessoal (2025).

A ativação neste período sugere que intervenções voltadas para conforto, segurança noturna e valorização dos espaços de lazer podem potencializar ainda mais o uso da praça à noite, transformando-a em um verdadeiro espaço de convivência.

Na manhã de sábado (figuras 38 e 39), entre 10h00 e 11h00, os comportamentos observados foram variados. Registrou-se uma idosa caminhando no entorno da praça e um jovem que atravessa o espaço para acessar um carro.

Figura 38 - Mapa comportamental, Sábado, manhã.



Fonte: Autoria (2025).

A presença da idosa caminhando sugere que a praça é percebida como um espaço de deslocamento seguro ou, minimamente, funcional para caminhadas. Entretanto, essa prática poderia ser muito mais fortalecida se o espaço contasse com percursos de caminhada mais bem definidos, áreas sombreadas, bancos para descanso e paisagismo adequado.

Figura 39 - Fotos do percurso relacionadas a sábado, manhã.

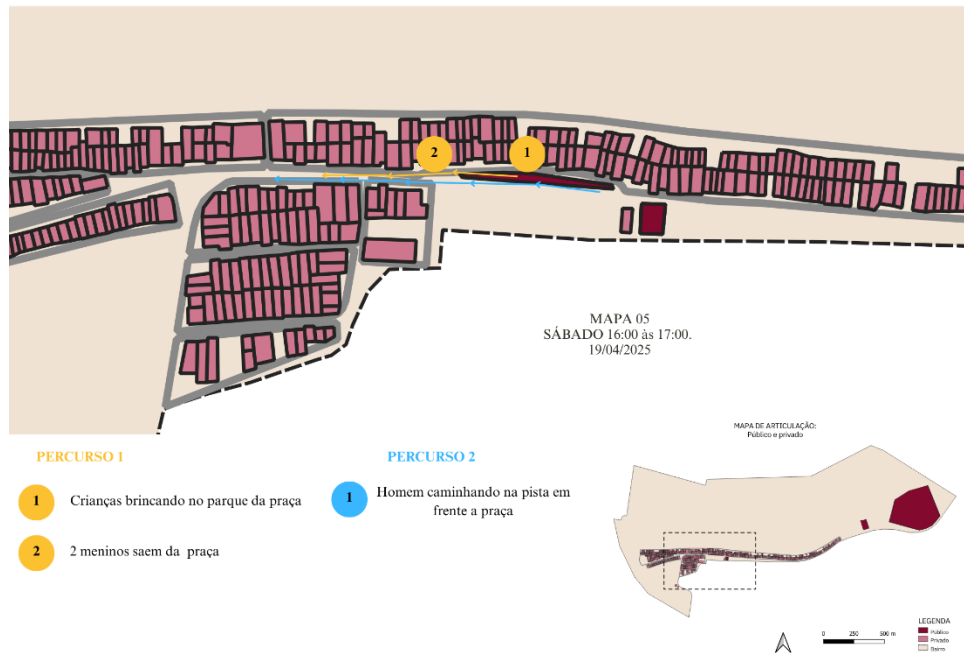


Fonte: Acervo pessoal (2025).

Este horário, que coincide com um momento de maior vitalidade no bairro (manhã de sábado), poderia ser mais bem aproveitado pelos moradores se o espaço fosse qualificado para receber diferentes faixas etárias e atividades.

O levantamento realizado no sábado à tarde (figuras 40 e 41), entre 16h00 e 17h00, foi um dos que apresentou maior vitalidade e diversidade de usos. Foi possível observar crianças brincando no parque e, posteriormente, deslocando-se para outros pontos do bairro. Também foi registrado um homem caminhando na pista que margeia a praça.

Figura 40 - Mapa comportamental, Sábado, tarde.



Fonte: Autoria (2025).

Esse horário demonstra claramente que, quando há elementos mínimos de lazer, como o parque infantil, a praça se torna um ponto de encontro e socialização, especialmente para crianças. A presença de pedestres utilizando o entorno da praça para caminhadas também indica que há uma demanda reprimida por espaços públicos qualificados para atividades físicas e de bem-estar.

Figura 41 - Fotos do percurso relacionadas a sábado, tarde.

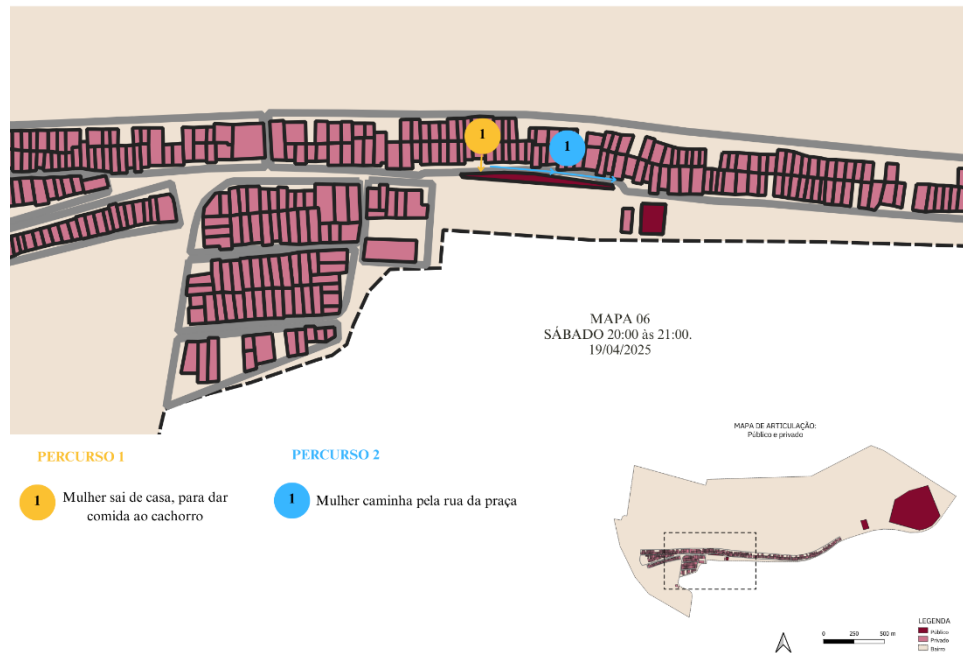


Fonte: Acervo pessoal (2025).

Este cenário reforça a importância de investir em infraestrutura urbana que favoreça não apenas o lazer, mas também a prática de caminhadas, encontros e atividades diversas para todas as idades.

Durante o sábado à noite, entre 20h00 e 21h00 (figuras 42 e 43), a praça apresentou um uso mais pontual e relacionado às atividades do cotidiano. Foi observado o percurso de uma mulher que sai de casa para alimentar um cachorro, além de outra mulher que caminha pela rua lateral da praça.

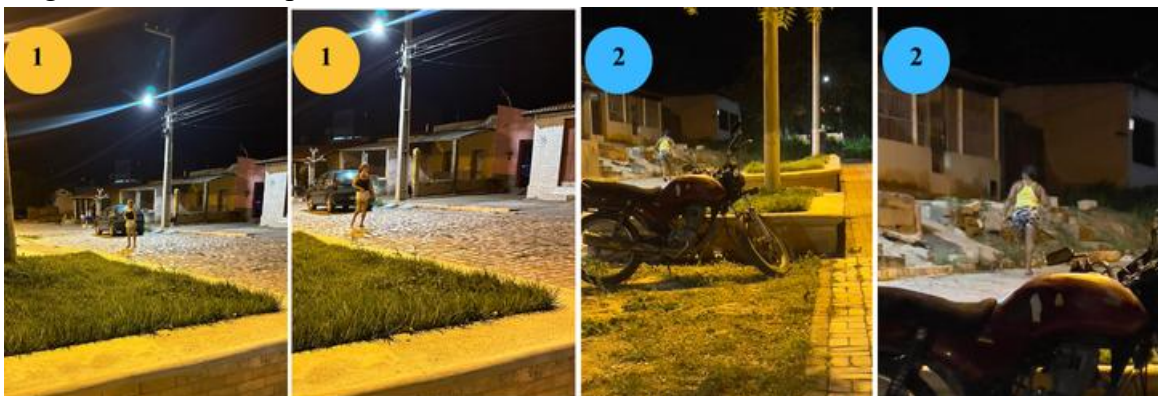
Figura 42 - Mapa comportamental, sábado, noite.



Fonte: Autoria (2025).

Ainda que essas ações não representem um uso direto do espaço da praça como área de lazer ou encontro, revelam que ela está inserida nos percursos diários dos moradores. Essa dinâmica demonstra o quanto o espaço faz parte da paisagem afetiva e funcional do bairro, mesmo que de forma indireta.

Figura 43 - Fotos do percurso relacionadas a sábado, noite.

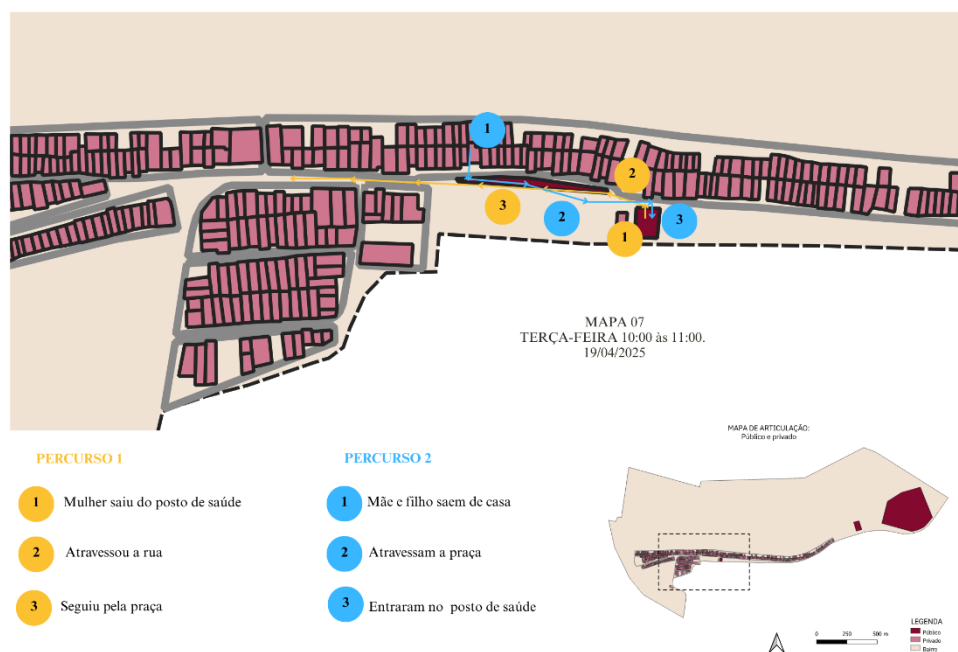


Fonte: Acervo pessoal (2025).

Contudo, fica evidente que o período noturno carece de elementos que incentivem a permanência, como iluminação adequada, segurança, mobiliário urbano e espaços de convivência bem projetados.

No levantamento realizado na manhã de terça-feira, entre 10h00 e 11h00 (figuras 44 e 45), foi observado o deslocamento de uma mulher e seu filho, que saem de casa, atravessam a praça e se dirigem ao posto de saúde localizado nas imediações. Também foi registrado um outro percurso de uma pessoa que segue caminhando pela praça.

Figura 44 - Mapa comportamental, terça-feira, manhã.



Fonte: Autoria (2025).

Este uso evidencia o papel funcional da praça como elo de ligação entre as residências e os equipamentos públicos do entorno, como o posto de saúde. Embora a praça cumpra essa função de circulação, novamente não foi observado o uso para permanência ou atividades de lazer.

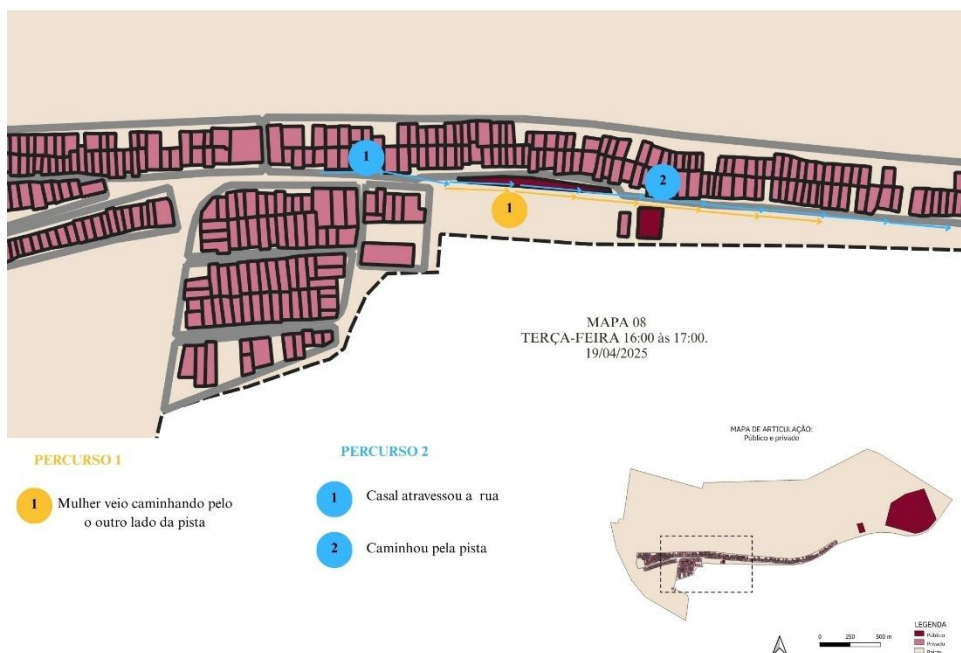
Figura 45 - Fotos do percurso relacionadas a terça-feira, manhã.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Durante o período vespertino (figuras 46 e 47), entre 16h e 17h, o uso da praça se mostrou predominantemente funcional e de passagem. Foram identificados poucos movimentos: uma mulher caminhava pelo lado oposto da pista e um casal atravessou a rua, seguindo pela via. Esses registros apontam que, nesse horário, o espaço público atua mais como uma área de transição entre os espaços privados (residências) e a rua, sem uma apropriação efetiva da praça como local de permanência ou convivência.

Figura 46 - Mapa comportamental, terça-feira, tarde.



Fonte: Autoria (2025).

A ausência de pessoas utilizando o espaço para sentar-se, descansar ou interagir sugere que a praça não oferece atrativos suficientes para estimular a permanência nesse período do dia. As condições climáticas (sol intenso), associadas à possível falta de sombreamento, mobiliário urbano adequado e elementos de conforto ambiental, podem ser fatores que contribuem para a baixa ocupação no horário.

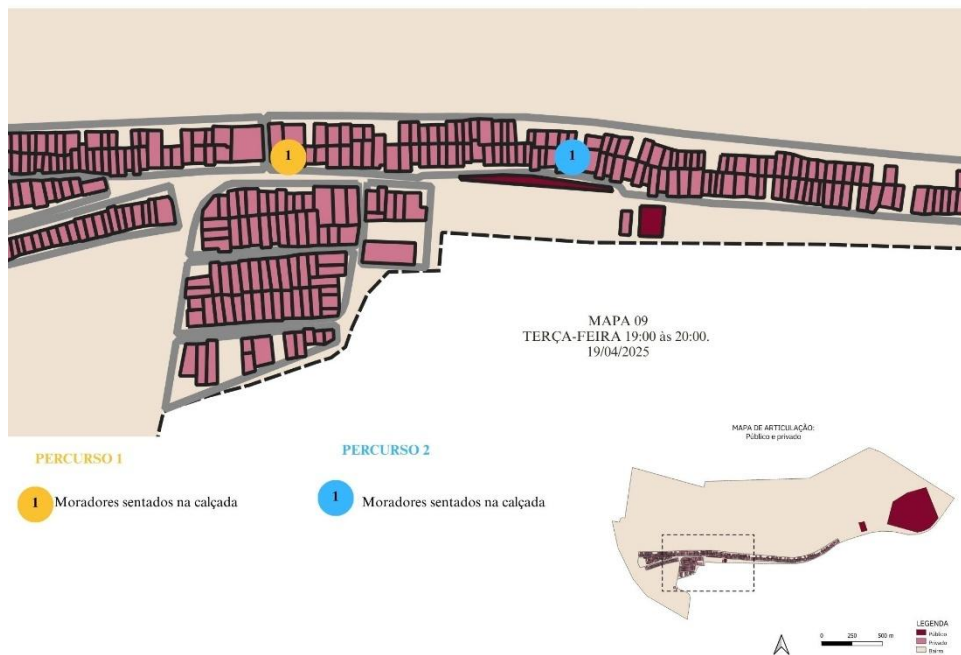
Figura 47 - Fotos do percurso relacionadas a terça-feira, tarde.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

No período noturno (figuras 48 e 49), entre 19h e 20h, o cenário observado apresenta mudanças significativas. Foram registradas pessoas sentadas nas calçadas próximas à praça, evidenciando o uso social do espaço urbano, mesmo que ainda vinculado aos limites das residências. Essa prática é comum em contextos de bairros interioranos, funcionando como uma extensão do espaço privado para o público e permitindo encontros informais, conversas entre vizinhos e a contemplação da rua.

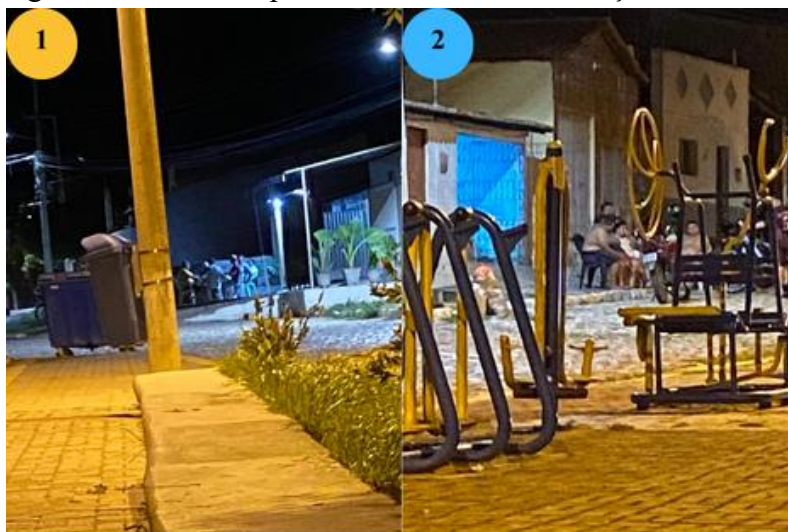
Figura 48 - Mapa comportamental, terça-feira, noite.



Fonte: Autoria (2025).

Apesar disso, nota-se que o uso do espaço continua restrito ao entorno imediato das moradias, e não à praça propriamente dita. Isso indica que, embora haja disposição para o uso coletivo do espaço urbano, a praça ainda carece de elementos atrativos e infraestrutura que incentivem os moradores a ocuparem diretamente o seu interior. A iluminação, o conforto e a sensação de segurança são elementos que influenciam diretamente essa dinâmica.

Figura 49 - Fotos do percurso relacionadas a terça-feira, tarde.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Esse comportamento reforça a importância de projetar o espaço público de forma que, além de servir como trajeto, também seja um lugar de encontros, de socialização, de pausa e de

construção de pertencimento, como defendem os conceitos de memória coletiva e direito à cidade.

A partir dessa análise dos mapas de percurso do bairro São Geraldo, é perceptível que há uma pequena sinomorfia entre a configuração espacial e os usos sociais do território. Nota-se que, embora os deslocamentos aconteçam majoritariamente nas ruas e nas imediações da praça, muitos moradores utilizam as calçadas como espaços de permanência e socialização, o que sugere que, apesar de a morfologia urbana oferecer algum suporte para as interações sociais, ela não é totalmente qualificada para esse fim. A falta de mobiliário urbano, áreas de sombra e espaços confortáveis faz com que as práticas de convivência sejam transferidas para as frentes das residências, indicando uma apropriação compensatória do espaço. Portanto, a sinomorfia é observada nos fluxos cotidianos e na busca por interação, porém limitada pela carência de infraestrutura urbana adequada que reforce e potencialize esses usos.

6 ESTUDO PRELIMINAR DA REQUALIFICAÇÃO

6.1 Estudo de projetos e intervenções de correlatos

Compreender como outras propostas de requalificação e intervenção urbana foram desenvolvidas orienta as decisões do projeto aqui proposto. Este capítulo apresenta uma seleção de referências projetuais que contribuem para o embasamento da proposta de requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro São Geraldo, em Pau dos Ferros/RN.

Os projetos escolhidos trazem temáticas relacionadas à recuperação de espaços livres públicos em áreas periféricas ou de interesse social, à promoção da convivência comunitária, à integração de equipamentos como quadras, quiosques, mobiliário urbano e áreas de lazer, bem como à aplicação de princípios de sustentabilidade e acessibilidade. Chama a atenção, ainda, para o significado estético das abstrações e linhas curvas que caracterizaram os desenhos de praças e parques de Burle Marx.

A análise desses exemplos permite identificar soluções técnicas, espaciais, estéticas e sociais aplicáveis ao projeto da praça, além de oferecer subsídios que orientam a criação de um espaço público mais inclusivo, democrático e conectado à memória coletiva local.

O projeto do Parque Urbano e Terminal da Fonte do Bispo (figuras 50 e 51), desenvolvido pelo escritório Natureza Urbana, está localizado em uma área central de São Luís (MA) anteriormente degradada e marcada por precariedade urbana e desarticulação entre diferentes modais de transporte (Natureza urbana, 2021). A intervenção propôs a requalificação do espaço com foco na integração urbana, sustentabilidade e inclusão social.

Figura 50 - Parque Urbano e Terminal da Fonte do Bispo, São Luís (MA).



Fonte: Natureza urbana, 2021.

A proposta contempla canteiros verdes com espaços esportivos, áreas de convivência, quiosques para o comércio informal, sistema de drenagem sustentável, ciclovias e um terminal de integração intermodal. O projeto utiliza o solo de maneira multifuncional, promovendo o convívio social e o uso democrático do espaço, especialmente por populações que historicamente ocupam áreas de exclusão urbana.

Sua relevância como referência projetual está na capacidade de ressignificar um território anteriormente marginalizado, transformando-o em um polo de articulação urbana, lazer e mobilidade. A abordagem empregada apresenta preocupações semelhantes às que envolvem a requalificação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro São Geraldo — também classificado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e carente de infraestrutura urbana, equipamentos de lazer e espaços qualificados de encontro. Entre os elementos projetuais, destaca-se a quadra de arremesso, que promove a socialização e o lazer. Esses elementos servem como referência direta para o projeto de requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito.

Figura 51 - Vista do Parque Urbano e Terminal da Fonte do Bispo, São Luís (MA).



Fonte: Natureza urbana, 2021.

Este projeto apresenta soluções relevantes no que tange à requalificação de espaços públicos, sobretudo no desenho do mobiliário, acessibilidade e integração com o entorno. Contudo, observa-se uma limitação quanto à densidade de vegetação implantada, o que repercute diretamente na qualidade ambiental do espaço.

Apesar de existirem áreas ajardinadas e arborização pontuais, a quantidade e a distribuição das espécies vegetais não são suficientes para proporcionar sombreamento efetivo e conforto térmico adequado em todo o espaço. Vale ressaltar, que esse parque se situa em São Luís, capital maranhense de clima quente e úmido. Essa escolha pode ser justificada pela proposta original, voltada para a fluidez de circulação e visibilidade, mas acaba por não contemplar plenamente as estratégias bioclimáticas necessárias em regiões de clima quente e seco, como é o caso da Praça Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro Alto São Geraldo.

A utilização de formas curvas na paginação do piso tem como referência o projeto *Modernist Garden* (figura 52), de Raymond Jungles, concebido para a exposição *Brazilian Modern: The Living Art of Roberto Burle Marx*, no New York Botanical Garden. Inspirado na linguagem paisagística de Burle Marx, o projeto emprega um desenho de piso em ondas que orienta o olhar e o corpo por caminhos sinuosos, criando diferentes experiências sensoriais.

Figura 52 - vista do projeto *Modernist Garden*, de Raymond Jungles.



Fonte: Raymond Jungles, 20XX.

No contexto da Praça Irmã Geralda, ao valer-se de paginação aproximada pretende-se ir além do pragmatismo de circulação, assumindo expressividade no desenho da proposta. As curvas no piso contribuem para ambientação fluida, estabelecendo conexões suaves entre os diferentes setores da praça, como áreas de estar, canteiros, quiosques e equipamentos recreativos. Ao mesmo tempo em que evocam movimento, ritmo e leveza. Essa escolha também simboliza os fluxos sociais e afetivos que se entrelaçam no cotidiano da comunidade, reafirmando o espaço como lugar de encontro e transmissão de memória.

Entre as referências projetuais adotadas para a concepção da cobertura da Praça Irmã Geralda, destaca-se o projeto da Praça da Saudade (Figura 53 e 54), desenvolvido pelo escritório Natureza Urbana. Inserido no programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís/MA e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto apresenta soluções arquitetônicas que conciliam funcionalidade, identidade local e sustentabilidade.

Figura 53 - Praça da Saudade, São Luís-MA.



Fonte: Natureza urbana, 2018.

A cobertura em madeira lamelada colada (Figura 53), proveniente de reflorestamento, confere leveza e fluidez ao espaço. Essa proposta serviu como referência por sua capacidade de sombreamento, integração com a paisagem e acolhimento aos usuários, aspectos que também busquei incorporar no desenho da cobertura da praça em estudo.

Figura 54 - Vista de cima da praça da Saudade, São Luís – MA.



Fonte: Natureza urbana, 2018.

Os projetos correlatos analisados serviram como importantes referências projetuais, contribuindo para a definição de estratégias de uso do espaço, conforto ambiental, acessibilidade e linguagem estética adotadas no desenvolvimento da proposta da praça.

6.2 Partido do projeto

O partido arquitetônico do projeto de requalificação e ampliação da Praça Lourenço Gonçalves de Brito é a síntese das diretrizes conceituais, funcionais e formais que nortearam a proposta, buscando transformar o espaço em um lugar de encontros, memórias e práticas sociais cotidianas. Ele foi desenvolvido a partir da escuta da comunidade, da análise das dinâmicas de uso e das características físicas do terreno, integrando aspectos afetivos, históricos e ambientais.

O conceito central está ancorado na valorização das memórias coletivas e na praça como espaço de convivência e pertencimento. A topografia do terreno, com seus desníveis, foi tratada como potencial de projeto, através de rampas acessíveis que garantem fluxos livres e inclusão. Além disso, o partido buscou fortalecer a identidade visual do espaço, com percursos bem definidos e áreas de permanência estratégicas.

A setorização funcional distribuiu a praça em áreas de lazer, esportes, convivência e serviços, organizadas de forma a garantir flexibilidade de uso. Elementos arquitetônicos como quiosques e sanitários receberam coberturas leves de madeira, inspiradas em projetos de integração com a natureza. Materiais como porcelanato, madeira Guararapes, piso intertravado e alvenaria com pintura cinza perfeito foram escolhidos para valorizar a estética local e garantir resistência.

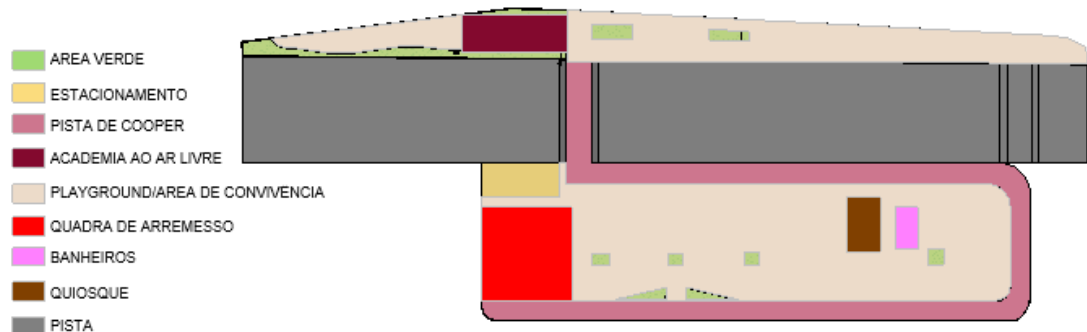
As rampas em “U” venceram desníveis de 1 metro entre platôs, seguindo as normas de acessibilidade (NBR 9050), assegurando percursos contínuos e confortáveis. A proposta também incluiu pinturas artísticas nas paredes altas resultantes da topografia, agregando valor visual e cultural ao espaço.

O partido foi, portanto, o elemento central que norteou todas as decisões, refletindo a identidade do bairro e promovendo um espaço público vivo, inclusivo e afetivo.

6.3 Zoneamento

O zoneamento da proposta de requalificação da praça foi elaborado com o objetivo de organizar e distribuir de forma estratégica os diferentes usos e atividades no espaço, promovendo acessibilidade, conforto ambiental, convivência e diversidade de usos. A definição das zonas considera tanto os fluxos de circulação quanto as dinâmicas sociais e os desejos dos moradores, identificados através de diagnóstico e escuta comunitária.

Figura 55 - Zoneamento da requalificação e ampliação da praça.



Fonte: Autoria (2025).

O zoneamento da praça Irmã Geralda foi pensado para atender diferentes usos e promover a urbanidade. As áreas verdes oferecem conforto e permeiam os ambientes criados. O estacionamento, próximo à entrada, organiza o fluxo de chegada. A pista de cooper contorna o perímetro do espaço público, incentivando a prática de atividades físicas, em conjunto com a academia ao ar livre. A área de convivência e o playground consolidam o encontro entre pessoas de diferentes idades, enquanto a quadra de arremesso se destina, sobretudo, ao público jovem. Os banheiros garantem apoio ao uso prolongado e o quiosque estimula a permanência e a vivência cotidiana. As pistas pavimentadas conectam todas as zonas com acessibilidade e fluidez.

6.4 Soluções projetuais

Pensar soluções de acessibilidade para a nova praça Irmã Geralda foi um dos principais desafios do projeto, sobretudo considerando as cotas topográficas do bairro São Geraldo. O terreno em declive dificultava a livre circulação de pessoas, principalmente aquelas com mobilidade reduzida. No entanto, a criação do estudo preliminar idealizou um espaço acessível com a implantação de rampas (figura 56) a unir diferentes níveis da praça de forma integrada e segura, garantindo a acessibilidade universal e o direito de todos ao uso do espaço público.

Figura 56 - Rampa de acesso.



Fonte: Aatoria (2025).

Para vencer o desnível de 1 metro existente entre os platôs, foram projetadas rampas com dois lances de 6 metros cada, intercalados por patamar de descanso com 1,50 metro de comprimento (cf. NBR 9050/2020). A adoção dessa configuração (rampas com extensão total de 12 metros e inclinação de 8,33%) garante a acessibilidade universal com segurança e conforto, atendendo às exigências normativas e respeitando os limites de inclinação permitidos. Essas rampas se situam em pontos estratégicos da praça, ligando os diferentes níveis do terreno de forma integrada ao conjunto do projeto.

Como estratégia de valorização da memória coletiva e da identidade local, o projeto de requalificação e ampliação da nova praça Irmã Geralda propõe a inserção de um objeto simbólico no espaço. Tótems explicativos (figura 57), distribuídos estrategicamente, que tem como finalidade homenagear a trajetória de Irmã Geralda, figura fundamental na história do bairro São Geraldo e reconhecida por sua atuação na formação da comunidade local. Este elemento físico, de caráter simbólico, além de cumprir uma função estética e informativa, assume o papel de um marcador de memória, conforme discutido por Pierre Nora (1984) em seu conceito de lugares de memória, permitindo que a história e os vínculos afetivos sejam perpetuados no espaço urbano, fortalecendo o sentimento de pertencimento entre os moradores.

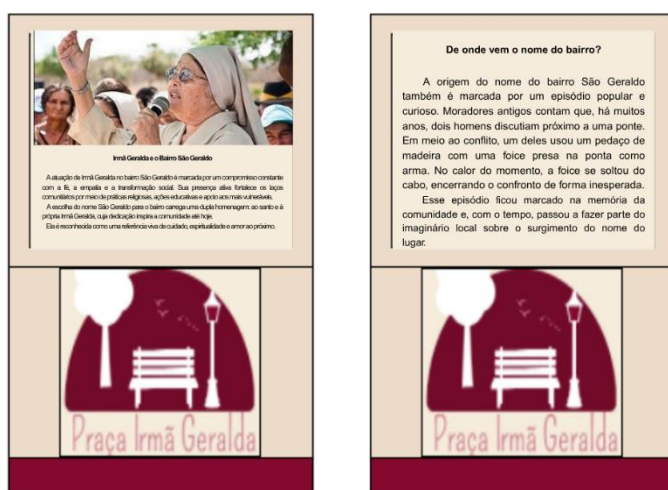
Figura 57 -Totem explicativo de quem foi Irmã Geralda.



Fonte: Autoria (2025).

Foram inseridos quatro totens explicativos, sendo dois em cada praça, com conteúdos que compartilham narrativas das memórias coletiva e individual do bairro São Geraldo. Um dos totens apresenta a trajetória de Irmã Geralda, enquanto o outro relata a origem do nome do bairro (figura 58). Esses elementos foram distribuídos de forma a despertar a curiosidade dos visitantes e solidificar o senso de pertencimento.

Figura 58 - Totem de explicação da origem do nome do bairro.



Fonte: Autoria (2025).

Dessa forma, o projeto da Praça Irmã Geralda não se limita à reorganização espacial, mas se consolida como um instrumento de transformação social e cultural. Ao integrar soluções de acessibilidade com a divulgação da memória, a proposta reafirma o espaço público como lugar de urbanidade e pertencimento. A inserção dos totens e das rampas responde a

especificidades técnicas, bem como o compromisso, o anseio de que Pau dos Ferros se torne município inclusivo, democrático e sensível às histórias de quem construiu seus territórios.

6.5 Projeto de requalificação e ampliação em estudo preliminar

A área de playground (figura 59) e convivência foi pensada para se localizar na área central da praça, garantindo ampla visibilidade a partir de diferentes pontos do espaço, o que favorece a segurança das crianças e tranquiliza os responsáveis durante o uso. A localização central também facilita a integração com as demais zonas, permitindo o convívio social de diferentes faixas etárias. Para estimular o uso infantil e familiar, foram inseridos mobiliários lúdicos como gangorras, escorregadores, balanços e bancos coloridos, pensados para promover o desenvolvimento psicomotor das crianças, e tornar o ambiente atrativo.

Figura 59 - Mobiliário infantil.



Fonte: Aatoria (2025).

A quadra de arremesso (figura 60) foi projetada como um espaço de uso esportivo informal, atendendo especialmente ao público jovem e adolescente do bairro. Sua forma foi inspirada no projeto do Parque Urbano e Terminal da Fonte do Bispo (figuras 50 e 51), elaborado pelo escritório Natureza Urbana. Ao possibilitar a prática de esportes como basquete ou arremessos livres, o espaço contribui para a dinamicidade da praça e incentiva o uso ativo do território urbano. Mais do que apenas um equipamento esportivo, a quadra cumpre também

uma função social, ao criar oportunidades de interação, lazer e pertencimento para a juventude local.

Figura 60 - Quadra de arremesso.



Fonte: Aatoria (2025).

Os banheiros públicos (figura 61), por sua vez, foram implantados em locais estratégicos, próximos às áreas de maior permanência, como a academia, o quiosque e a área de convivência, garantindo suporte à utilização prolongada da praça. Sua presença diversifica a funcionalidade do espaço, estimulando que os usuários permaneçam por mais tempo no lugar.

Figura 61 - Banheiros.



Fonte: Aatoria (2025).

Já o quiosque (figura 62) foi idealizado como ponto de apoio comercial, oferecendo suporte para pequenas vendas de alimentos e bebidas. Esse objeto contribui com a economia urbana local. Sua inserção favorece a realização de pequenos eventos e encontros comunitários.

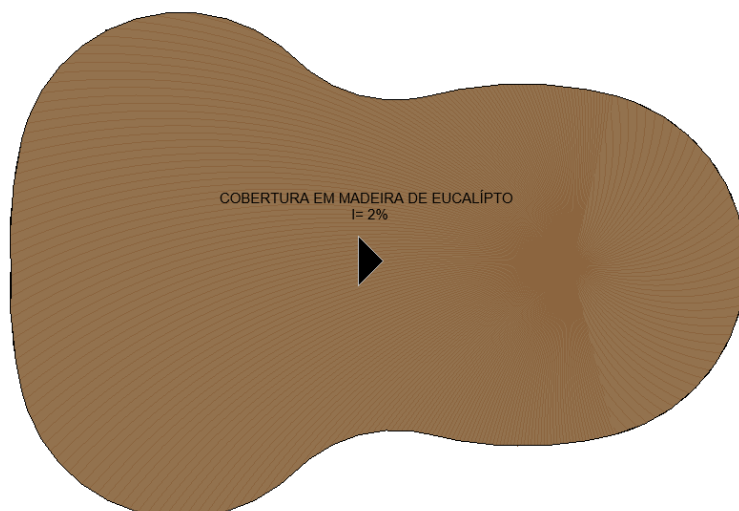
Figura 62 - Quiosque.



Fonte: Aatoria (2025).

A cobertura (figura 63) que abriga o quiosque e o banheiro foi inspirada em referências projetuais do projeto da Praça da Saudade (Figura 53 e 54), do escritório Natureza Urbana, que utiliza formas sinuosas, leves e integradas ao ambiente em suas intervenções urbanas. Assim como nos projetos do escritório, optou-se por uma estrutura de madeira com geometria irregular, que conecta os dois volumes e confere unidade ao conjunto. A escolha da cobertura única visa não apenas proteger, mas também criar uma linguagem arquitetônica contínua e harmoniosa com o espaço da praça.

Figura 63 - Cobertura em madeira.



Fonte: Aatoria (2025).

A academia ao ar livre (figura 64) foi projetada como um espaço de promoção da saúde, bem-estar e convivência. Localizada em uma área acessível e com boa ventilação, ela foi pensada para atender pessoas de diferentes faixas etárias, incentivando o uso coletivo do espaço público por meio da prática de atividades físicas.

Figura 64 - Academia ao ar livre.



Fonte: Aatoria (2025).

Como parte das soluções adotadas para lidar com os efeitos dos desníveis topográficos, algumas paredes de contenção foram inevitavelmente expostas e se tornaram elementos visuais de grande destaque no espaço. Para evitar que essas superfícies se tornassem barreiras visuais ou transmitissem uma sensação de dureza e isolamento, optou-se pela aplicação de pinturas artísticas (figura 65).

Figura 65 - Pinturas artísticas.



Fonte: Aatoria (2025).

As intervenções visuais foram pensadas para trazer uma leitura dinâmica da plástica do espaço mediante cores contrastantes, formas e símbolos. Além de contribuírem para a valorização estética da praça, essas pinturas funcionam como meios de expressão cultural, tornando o ambiente mais acolhedor, lúdico e visualmente interessante para todos os usuários.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso propôs a requalificação e ampliação da praça localizada no bairro São Geraldo, em Pau dos Ferros/RN, com base na escuta da comunidade e na valorização das vivências e memórias coletivas constitutivas da construção do lugar. O projeto urbanístico partiu do entendimento de que a cidade é feita não apenas de edificações e vias, mas sobretudo de contatos humanos, afetos e histórias que se entrelaçam nos lugares que habitamos.

A Praça Lourenço Gonçalves de Brito, ressignificada espacialmente, territorialmente e renomeada como Praça Irmã Geralda, reconhece a ação de Irmã Geralda como instrumento de coesão social. A escolha de homenageá-la não é apenas uma mudança formal, mas um gesto simbólico que reforça a memória viva do bairro e valoriza aqueles que contribuíram de forma significativa para o bem-estar social e espiritual da população. Essa mudança dialoga diretamente com os princípios que nortearam este trabalho: o direito à cidade, a urbanidade, a importância dos lugares de memória e a construção coletiva dos espaços públicos.

Por meio do diagnóstico participativo, da análise do comportamento dos usuários e do desenvolvimento de diretrizes projetuais, foi possível elaborar estudo preliminar de intervenção que busca respeitar o que já existe, ao mesmo tempo em que propõe melhorias que tornem a praça mais acessível, acolhedora, segura e funcional. A intenção não foi apenas projetar um novo espaço, mas sim fortalecer os laços entre território, identidade e pertencimento.

Conclui-se, portanto, que pequenos espaços, quando tratados com sensibilidade, podem gerar grandes transformações. Que a nova Praça Irmã Geralda seja não apenas um espaço requalificado, mas um verdadeiro reflexo da memória, da fé, da luta e da esperança de seu povo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050:2020.

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

_____. **NBR 16401-2:** Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários – Parte 2: Parâmetros de conforto térmico. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

_____. **NBR 16636-2:2017:** Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos – Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

_____. **NBR 16636-3:2019:** Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos – Parte 3: Projeto urbanístico. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

_____. **NBR 16636-4:2023:** Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos – Parte 4: Projeto de arquitetura paisagística. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BRASIL. Estatuto da cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. **Código Nacional de Trânsito.** 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **ProjetEEE – Projetando Edificações Energeticamente Eficientes.** Disponível em: <http://www.mme.gov.br/projeteee> . Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Relação de todas as Igrejas paroquiais de que compreende presentemente o Bispado de Pernambuco. [S.l.], [s.d.]. Manuscrito. Fundação Biblioteca Nacional, Localizador: II – 32, 33, 036.

BLUCHER, François. Desenho universal em processo de projeto. In: _____. O processo de projeto em arquitetura. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. p. 222-244.

CARTA de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995). Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/37%20Carta%20de%20Lisboa%20reabilitação%20urbana%201995.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** Lisboa: Edições 70, 2018.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FRANÇA, Rosana Silva de. A cidade média interiorizada: pau dos ferros no desenvolvimento regional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, [s. l.], v. 11, n. 23, p. 129- 148, 2015. Universidade Tecnológica Federal do Parana (UTFPR). Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/285640054_A_cidade_media_interiorizada_Pau_dos_Ferros_no_desenvolvimento_regional. Acesso em: 13 jul. 2025.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para todos: (re)aprendendo a conciver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013, p.73-103.

HOLANDA, Frederico de. Urbanidade: arquitetônica e social. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 163 -188.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: 02 dez. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades** americanas. Tradução de Ana Maria Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. in: DEL RIO, Vicente et al. Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. P. 31-45

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LIMA, Livia Danielle Prudêncio. **Parque (Re)Alto: estudo preliminar de requalificação urbana no bairro Alto São Geraldo, em Pau dos Ferros/RN**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/10348>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luís. **Utopias urbanas e o urbano-natural**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 26, n. 1, e189578, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/189578>. Acesso em: 5 maio 2025.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

MARX, Murillo. Vazios. Cidade brasileira. São Paulo: Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p.43-72.

MARX, Murillo. **Cidades no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp; Studio Nobel, 1991.

MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (Org.). **Urbanismo Ecológico**. São Paulo: Gustavo Gili, 2011.

NATUREZA URBANA. Praças em São Luís – Praça da Saudade, 2018. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/projetos/pracas-em-sao-luis>. Acesso em: 01 jul. 2025.

NATUREZA URBANA. Terminal e Parque Urbano em São Luís. Natureza Urbana, 2021. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/projetos/terminal-e-parque-urbano-em-sao-luis/> . Acesso em: 6 de maio de 2025.

NORA, Pierre. **Os lugares de memória**. Edição tríplice. Paris: Gallimard, 2008. 7 v. Obra original publicada entre 1984 e 1992.

PAU DOS FERROS. **Lei Complementar nº 016, de 30 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Pau dos Ferros e dá outras providências**. Pau dos Ferros, 2021. Disponível em: https://pau dos ferros.rn.gov.br/arquivos/2162/LC%20%20LEI%20COMPLEMENTAR_016_2021_0000001.pdf . Acesso em: 11 fev. 2025.

ONU Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel> . Acesso em: 8 mai. 2025.

RAYMOND JUNGLES. *NYBG - Brazilian Modern: The Living Art of Roberto Burle Marx*. Disponível em: <https://www.raymondjungles.com/project/nybg-burle-marx-exhibition>. Acesso em: 13 jul. 2025.

RIO, Vicente Del. **Introdução ao desenho urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

ROBBA, F.; Macedo, S. S. **Praças Brasileiras / Public Squares in Brazil** (3ª ed.). São Paulo: Edusp, 2010.

SANTOS, Julia Gonçalves dos; SILVA, João Carlos da. **Pequenas cidades e o encaixe forçado dos instrumentos tradicionais de planejamento urbano**. In: ENANPUR 2023 – Encontro Nacional da ANPUR. Anais [...]. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st03-17.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SANTOS, Leandro da Silva. **Perspectivas do Planejamento Urbano em Pequenas Cidades: Rio de Contas (BA), um contexto para reflexão**. Revista GeoUECE, v. 12, n. 31, p. 213-232, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6886/5806>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SILVA, Francisco Álisson da. **Entre os entornos e as bordas de uma rua-paisagem: direito à cidade no bairro São Geraldo em Pau dos Ferros/RN**. 2024. 186 f. Monografia

(Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Campus Multidisciplinar de Pau dos Ferros, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/10348>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SOMOS CIDADE. **Urbanismo de pequena escala: 12 maneiras de qualificar as cidades e construir mais moradias**. 2022. Disponível em: <https://somoscidade.com.br/2022/11/urbanismo-de-pequena-escala-12-maneiras-de-qualificar-as-cidades-e-construir-mais-moradias/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VASCONCELLOS, Lélia; MELLO, Maria. **Praça: espaço público na cidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

APÊNCIDES

Apêndice 8

QUESTIONÁRIO PARA MORADORES

1. Com que frequência você frequenta a Praça Lourenço Gonçalves de Brito?
 - ☐ Diariamente
 - ☐ Algumas vezes por semana
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
2. Em que período do dia você costuma visitar a praça?
 - ☐ Manhã
 - ☐ Tarde
 - ☐ Noite
 - ☐ Não frequento
3. Para qual finalidade você usa ou usaria a praça? (Pode marcar mais de uma)
 - ☐ Caminhar
 - ☐ Encontrar amigos/vizinhos
 - ☐ Levar crianças para brincar
 - ☐ Praticar esportes
 - ☐ Descansar
 - ☐ Participar de eventos/festas
 - ☐ Outra: _____
4. Como você avalia os brinquedos atuais da praça?
 - ☐ Muito bom
 - ☐ Bom
 - ☐ Regular
 - ☐ Ruim
 - ☐ Péssimo
5. Como você avalia os bancos atuais da praça?
 - ☐ Muito bom
 - ☐ Bom
 - ☐ Regular
 - ☐ Ruim
 - ☐ Péssimo
6. Como você avalia a iluminação atual da praça?
 - ☐ Muito boa
 - ☐ Boa
 - ☐ Regular
 - ☐ Ruim

- ☐ Péssima
7. Como você avalia a vegetação atual da praça?
- ☐ Muito boa
 - ☐ Boa
 - ☐ Regular
 - ☐ Ruim
 - ☐ Péssima
8. Na sua opinião, quais são os principais problemas da praça atualmente? (Pode marcar mais de uma)
- ☐ Falta de segurança
 - ☐ Falta de iluminação
 - ☐ Falta de limpeza
 - ☐ Falta de manutenção
 - ☐ Falta de equipamentos (bancos, brinquedos, etc.)
 - ☐ Outro: _____
9. O que você gostaria que tivesse na praça? (Pode marcar mais de uma)
- ☐ Parquinho infantil
 - ☐ Academia ao ar livre
 - ☐ Área com mesas e bancos
 - ☐ Pista de caminhada
 - ☐ Mais árvores e jardins
 - ☐ Outro: _____
10. Na sua opinião, a praça é bem sombreada e bem ventilada?
- ☐ Sim
 - ☐ Parcialmente
 - ☐ Não
 - ☐ Nunca reparei
11. Na sua opinião, a praça facilita o acesso para todas as pessoas?
- ☐ Sim
 - ☐ Parcialmente
 - ☐ Não
 - ☐ Nunca reparei
12. Você sabe quem é Lourenço Gonçalves de Brito?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
13. Você sabe quem é Irmã Geralda?
- ☐ Sim
 - ☐ Não

Apêndice 9

Fontes primárias

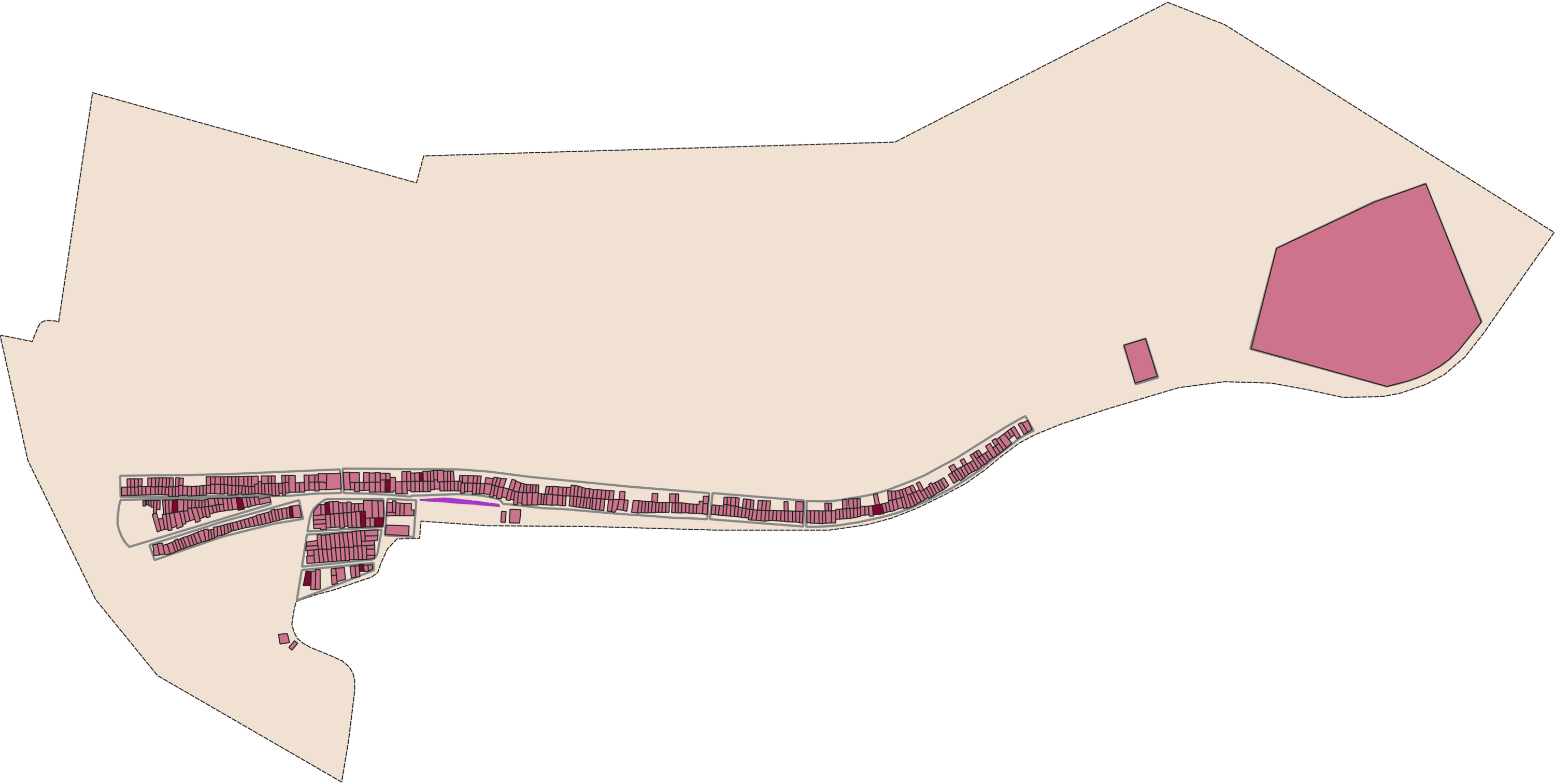
RELAÇÃO de todas as Igrejas paroquiais de q' compreende presentemente o Bispado de Pernambuco". Manuscrito da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN), Localizador: II – 32, 33, 036.

DESCRIÇÃO do município de N. S. da Conceição de Pau dos Ferros. Manuscrito da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN), Localizador: II – 32, 28, 18.

Fontes primárias impressas

IDEIA da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e Povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, e rendimentos reais, augmento que este tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse o governador das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XL. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923.

MAPA DE GABARITO





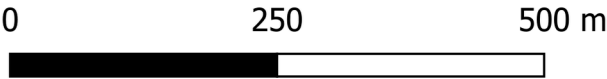
ENCONTROS E MEMÓRIAS

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

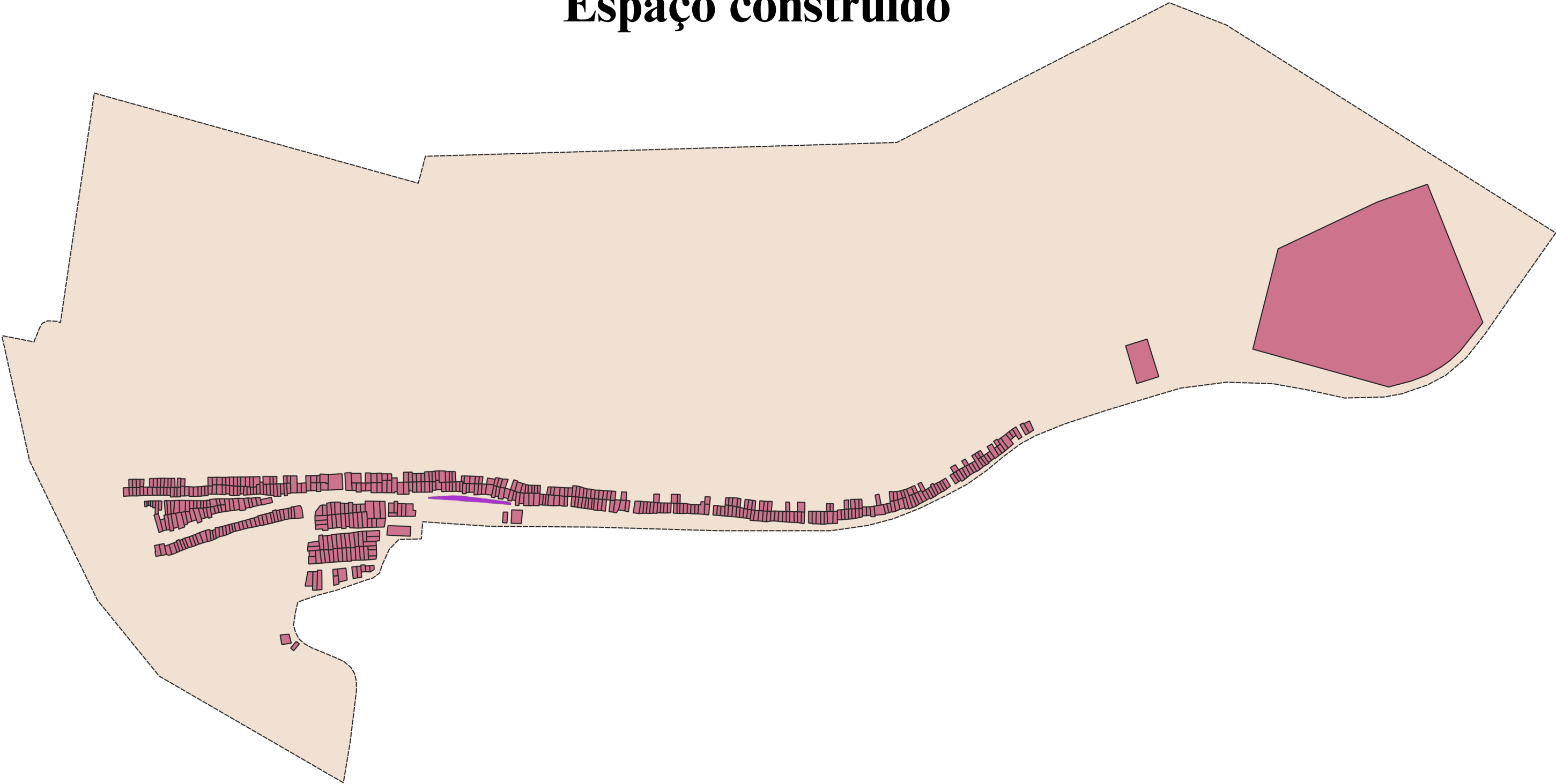
PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

ASSUNTO:
Mapa de Gabarito



- LEGENDA
- Praça
 - 2 Pavimentos
 - 1 Pavimento
 - Quadras
 - Bairro

MAPA DE ARTICULAÇÃO: Espaço construído





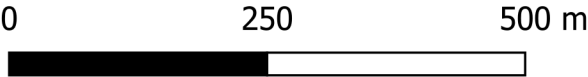
ENCONTROS E MEMÓRIAS

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

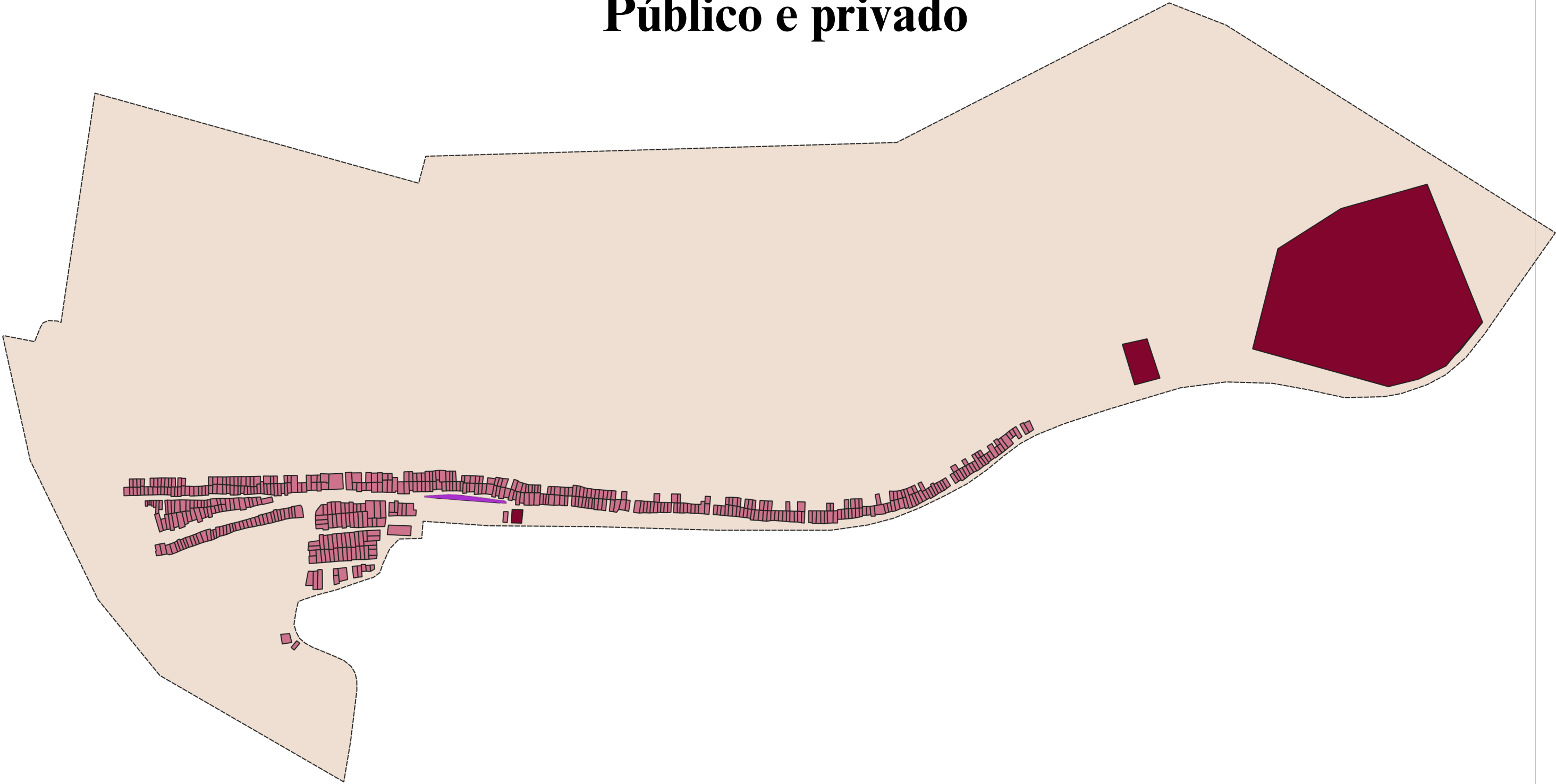
ASSUNTO:
Mapa de Articulação:
espaço construído



LEGENDA

- PRAÇA
- ESPAÇO CONSTRUÍDO
- BAIRRO

MAPA DE ARTICULAÇÃO: Público e privado





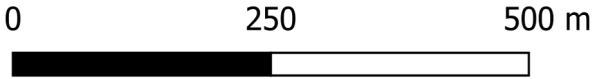
ENCONTROS E MEMÓRIAS

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

ASSUNTO:
Mapa de Articulação:
público e privado



LEGENDA

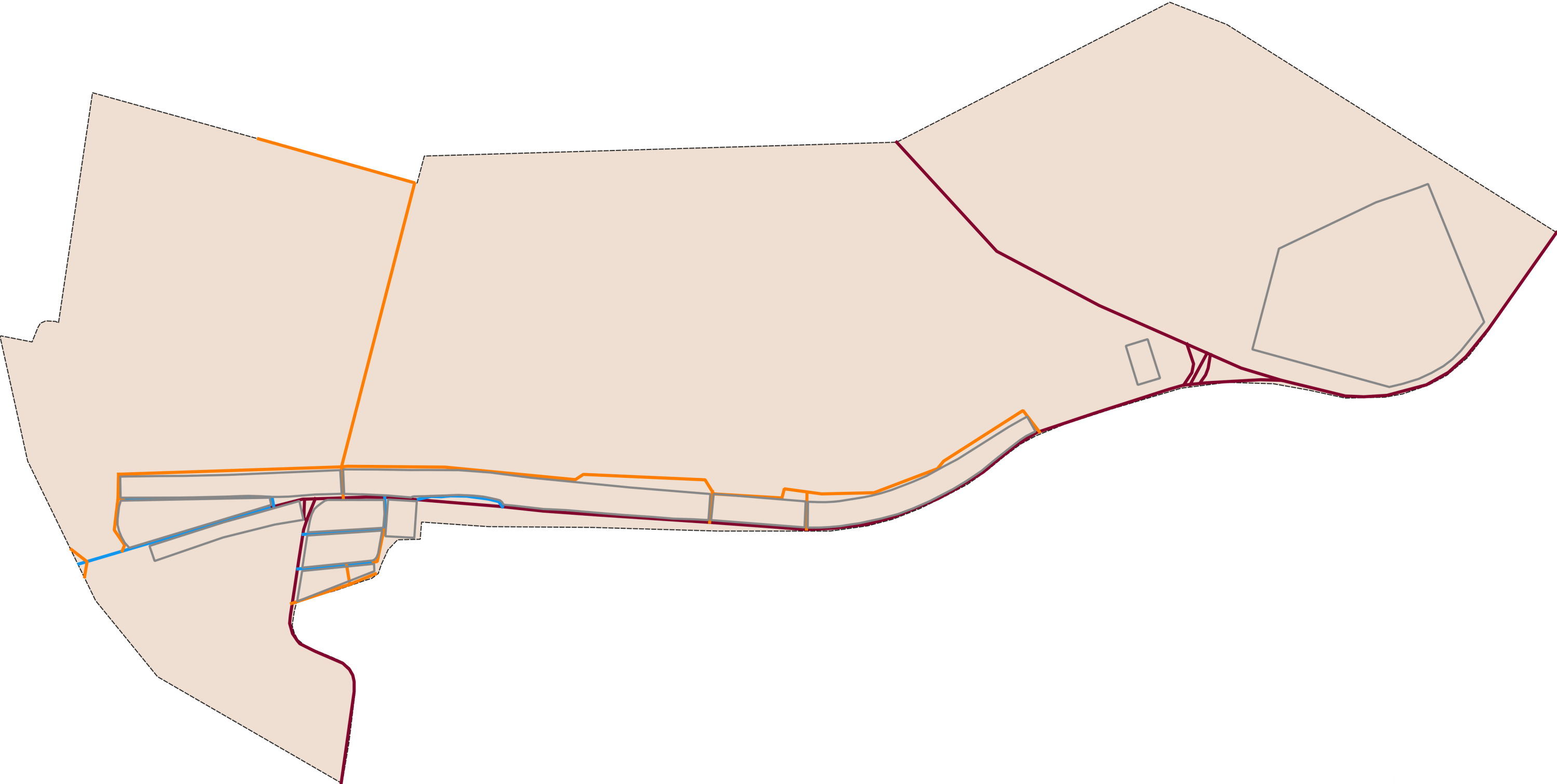
Praça

Público

Privado

Propriedade indeterminada

MAPA DE PAVIMENTAÇÃO





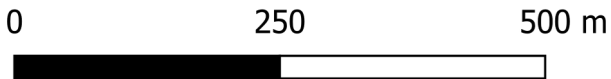
ENCONTROS E MEMÓRIAS

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

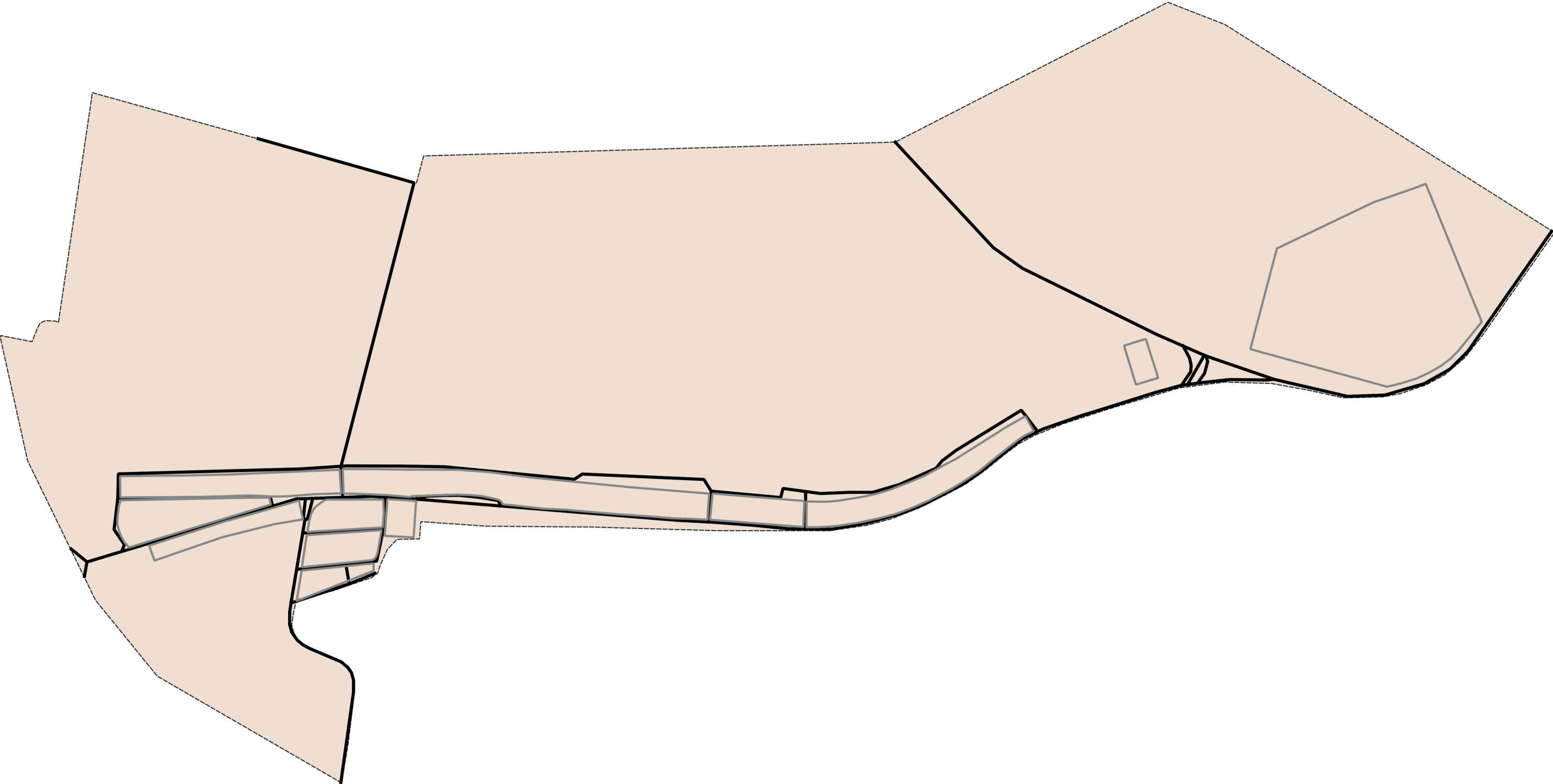
ASSUNTO:
Mapa de Pavimentação



LEGENDA

- QUADRAS
- T E RRA
- PARALELEPIPEDO
- ASFALTO
- BAIRRO

MALHA VIÁRIA

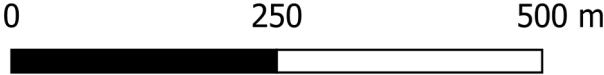


DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

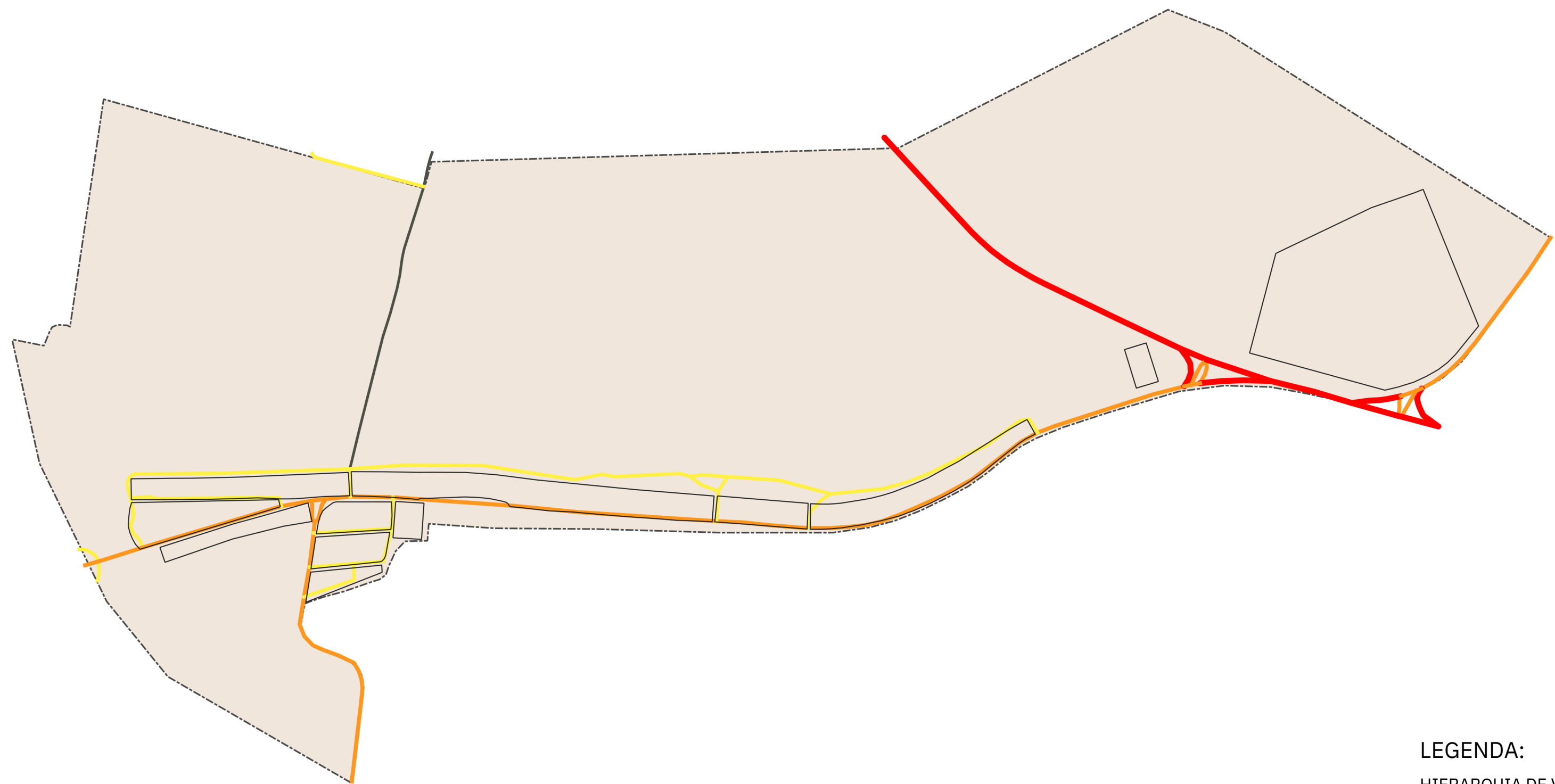
ASSUNTO:
Malha viária



LEGENDA

- Quadras
- Malha viária
- Bairro

MAPA DE HIERARQUIA VIÁRIA



LEGENDA:

HIERARQUIA DE VIAS

- RODOVIAS
- VIAS COLETORAS
- ESTRADA VICINAL
- VIAS LOCAIS
- BAIRRO
- QUADRAS



ENCONTROS E MEMÓRIAS

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

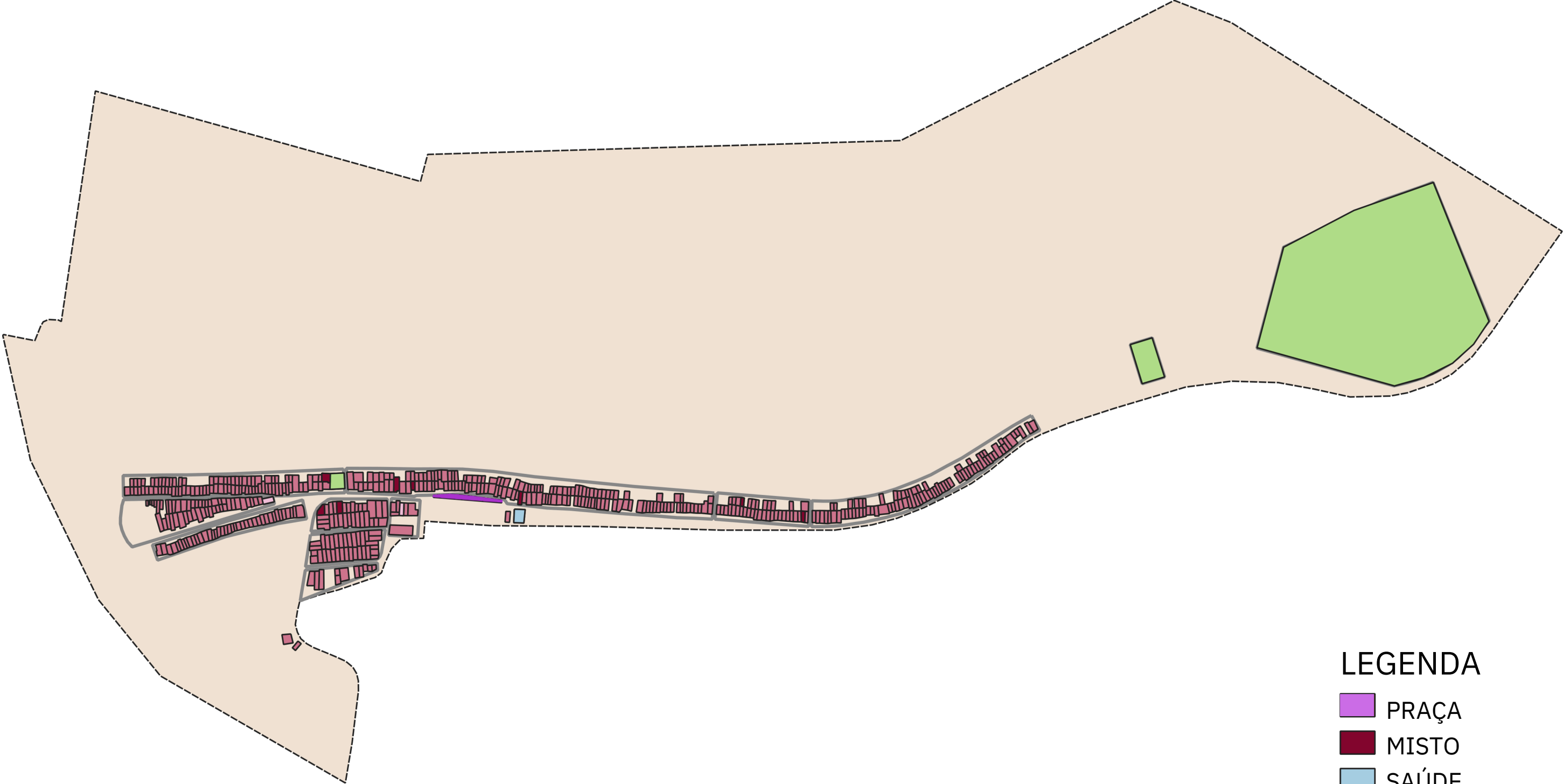
ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

ASSUNTO:
Mapa de Hierarquia viária



MAPA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



LEGENDA

- PRAÇA
- MISTO
- SAÚDE
- RELIGIOSO
- INSTITUCIONAL
- PÚBLICO
- PRIVADO
- QUADRAS
- BAIRRO



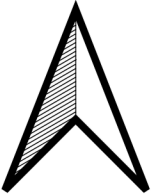
ENCONTROS E MEMÓRIAS

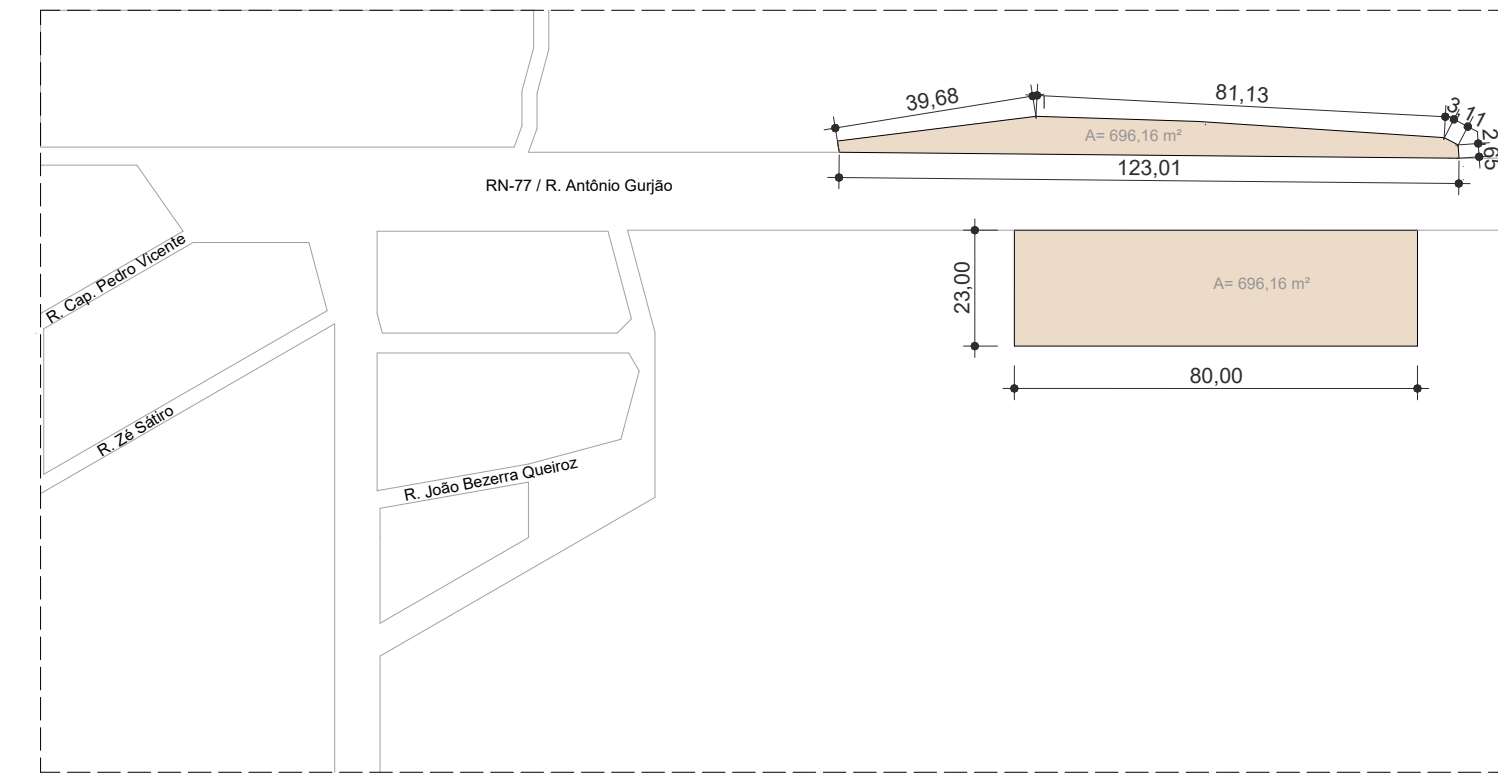
DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araujo Arraes

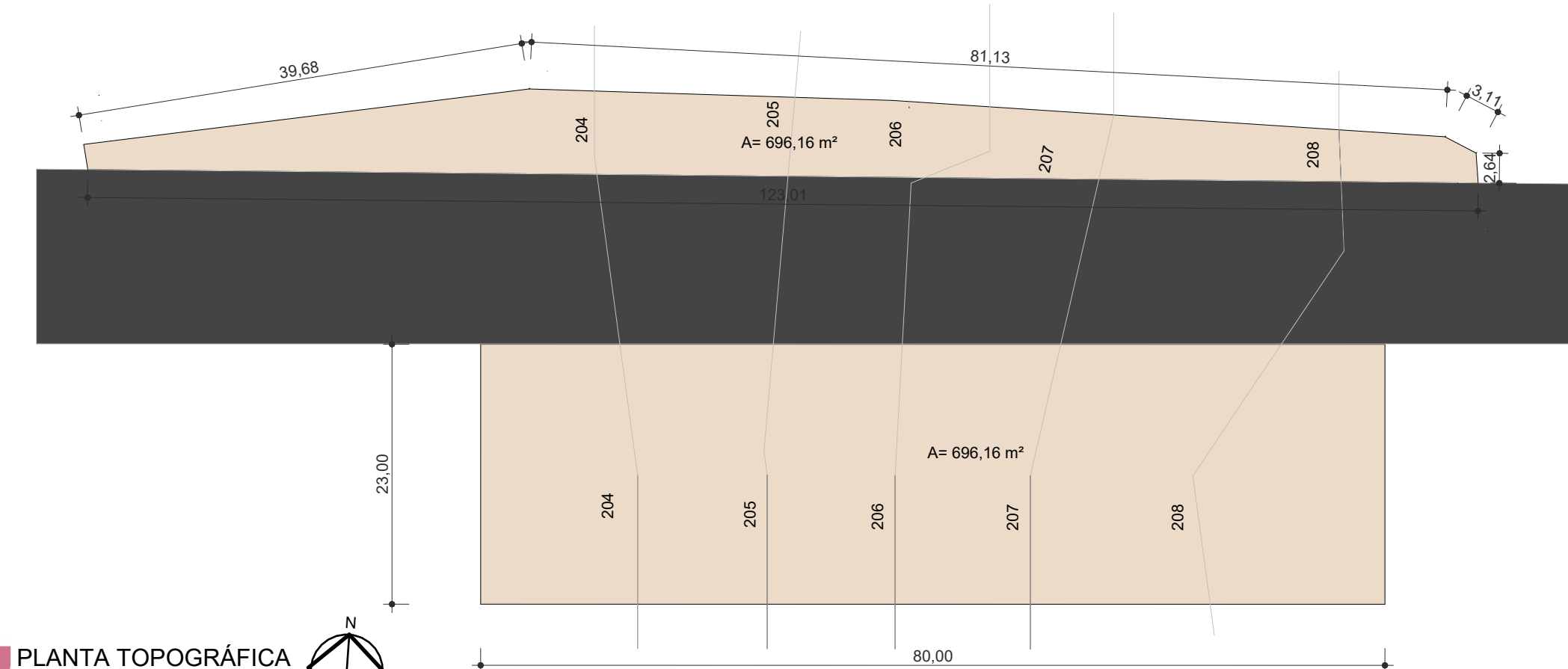
PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

ASSUNTO:
Mapa Uso e ocupação do solo

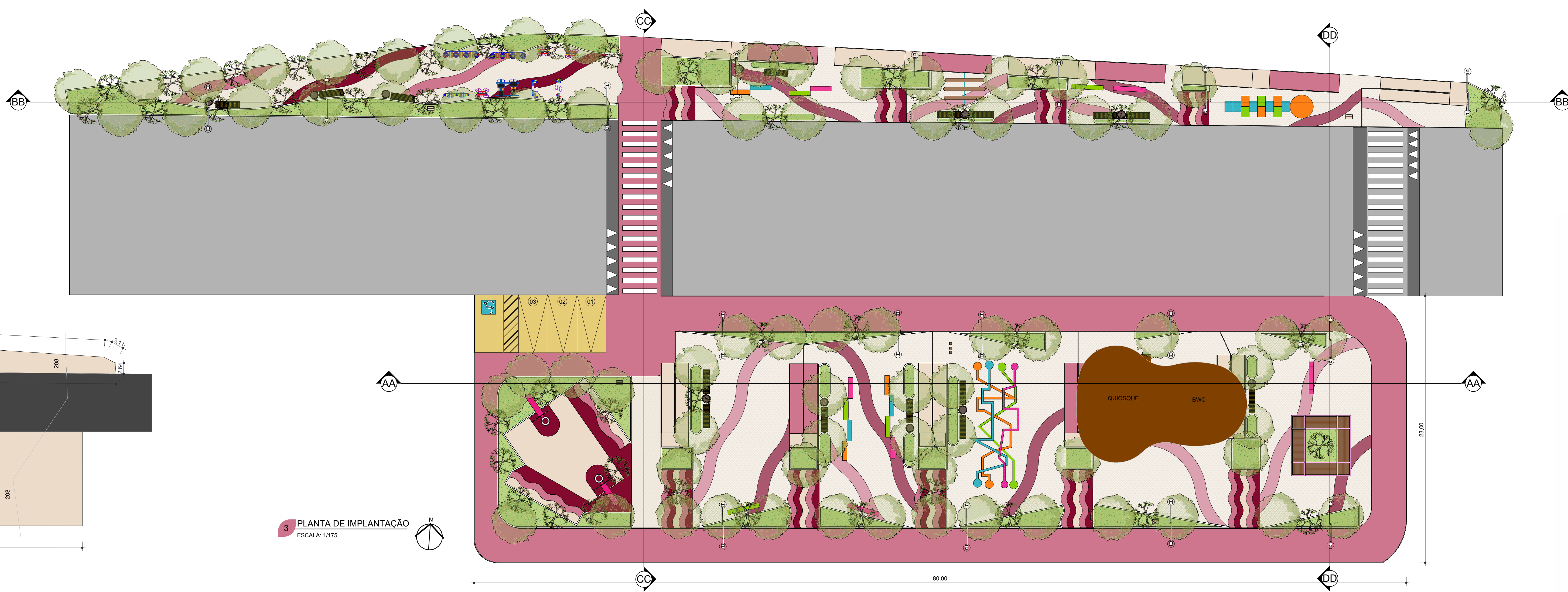




1 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA: 1/1500



2 PLANTA TOPOGRÁFICA
ESCALA: 1/400



3 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA: 1/175



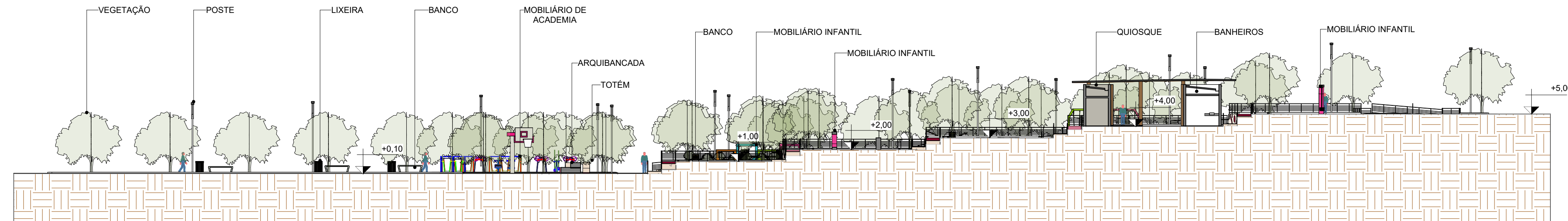
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

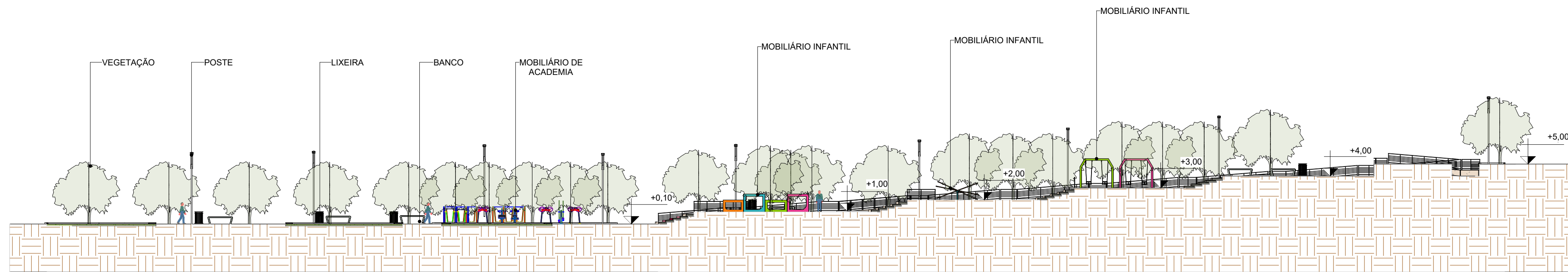
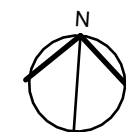
DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damiano Esdras Araújo Araes

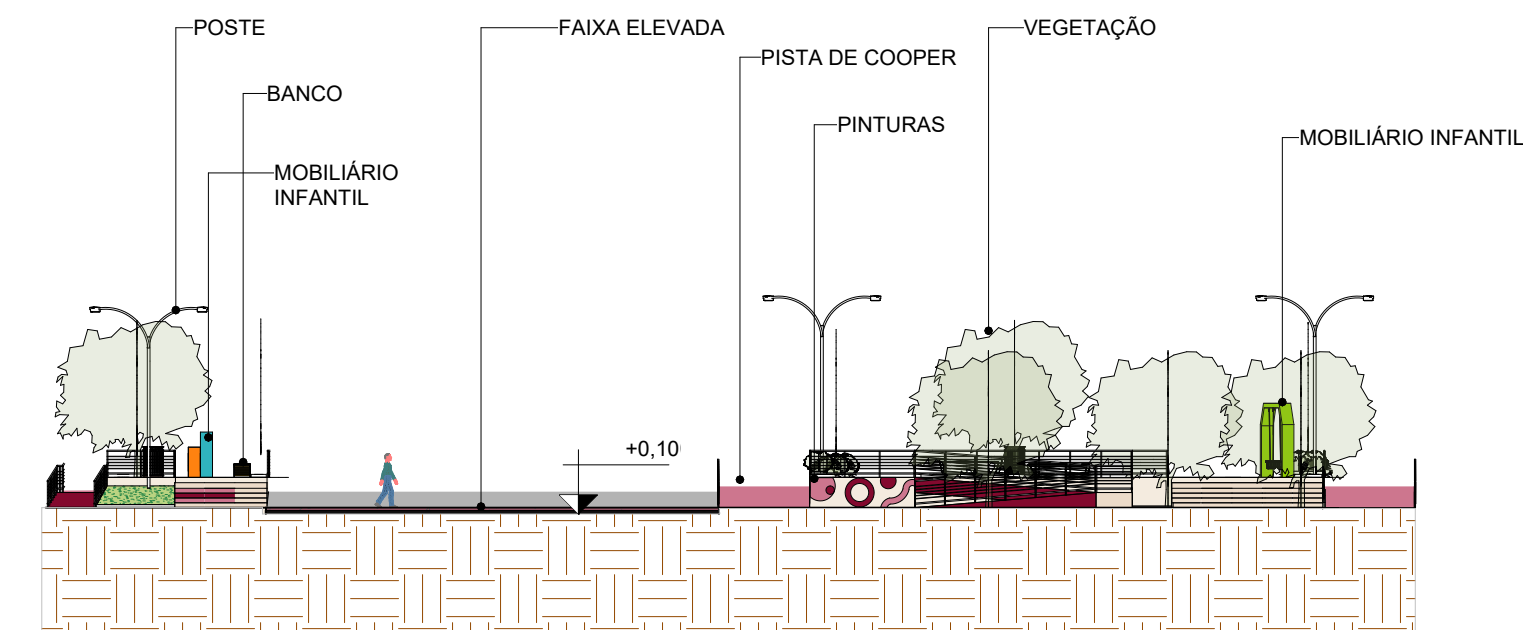
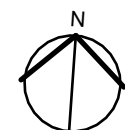
01



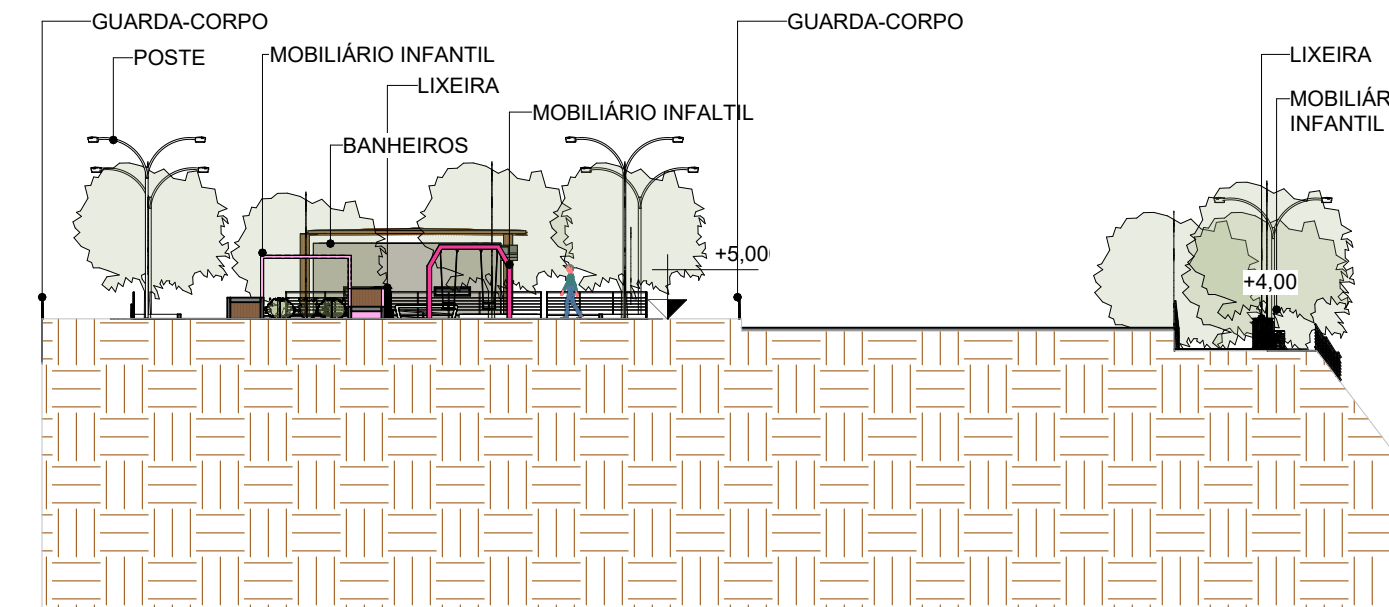
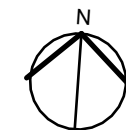
1 PERFIL AA
ESCALA: 1/250



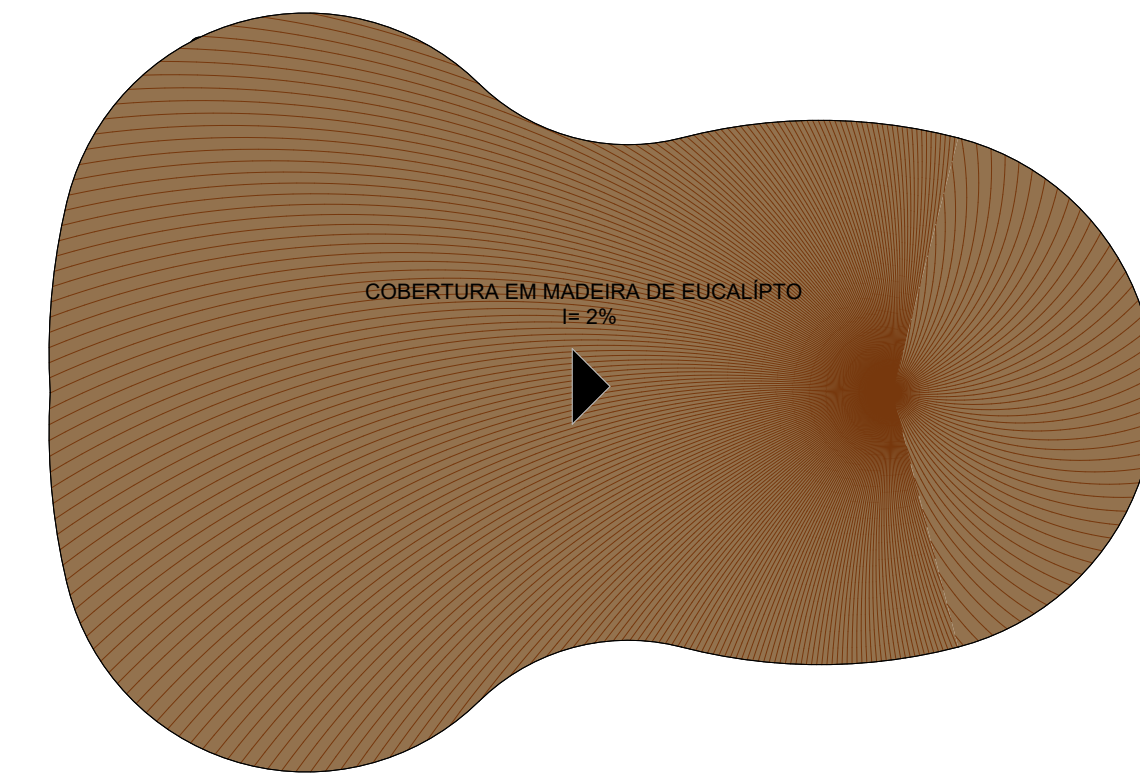
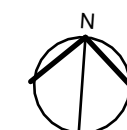
2 PERFIL BB
ESCALA: 1/250



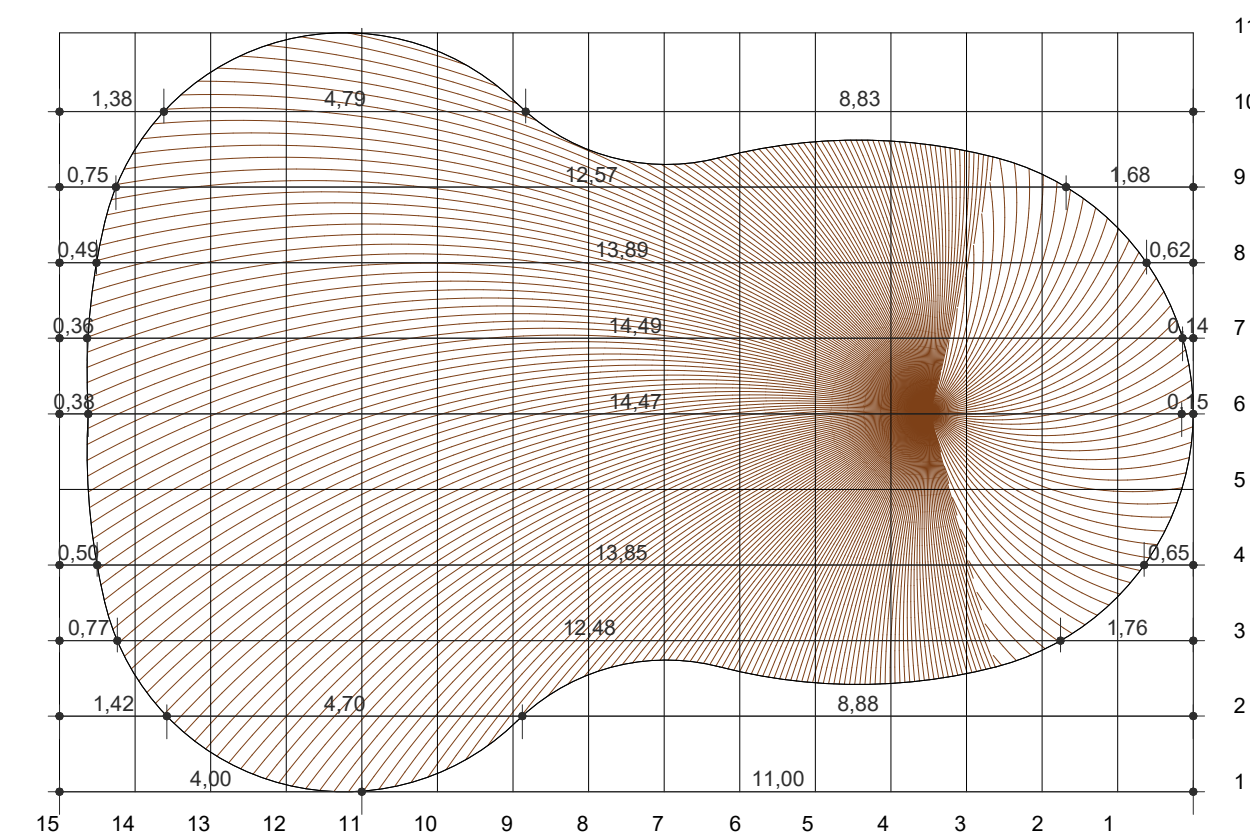
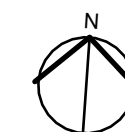
3 PERFIL CC
ESCALA: 1/250



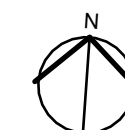
4 PERFIL DD
ESCALA: 1/200



5 PLANTA DE COBERTURA
ESCALA: 1/100



6 DET. DE COBERTURA
ESCALA: 1/100



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

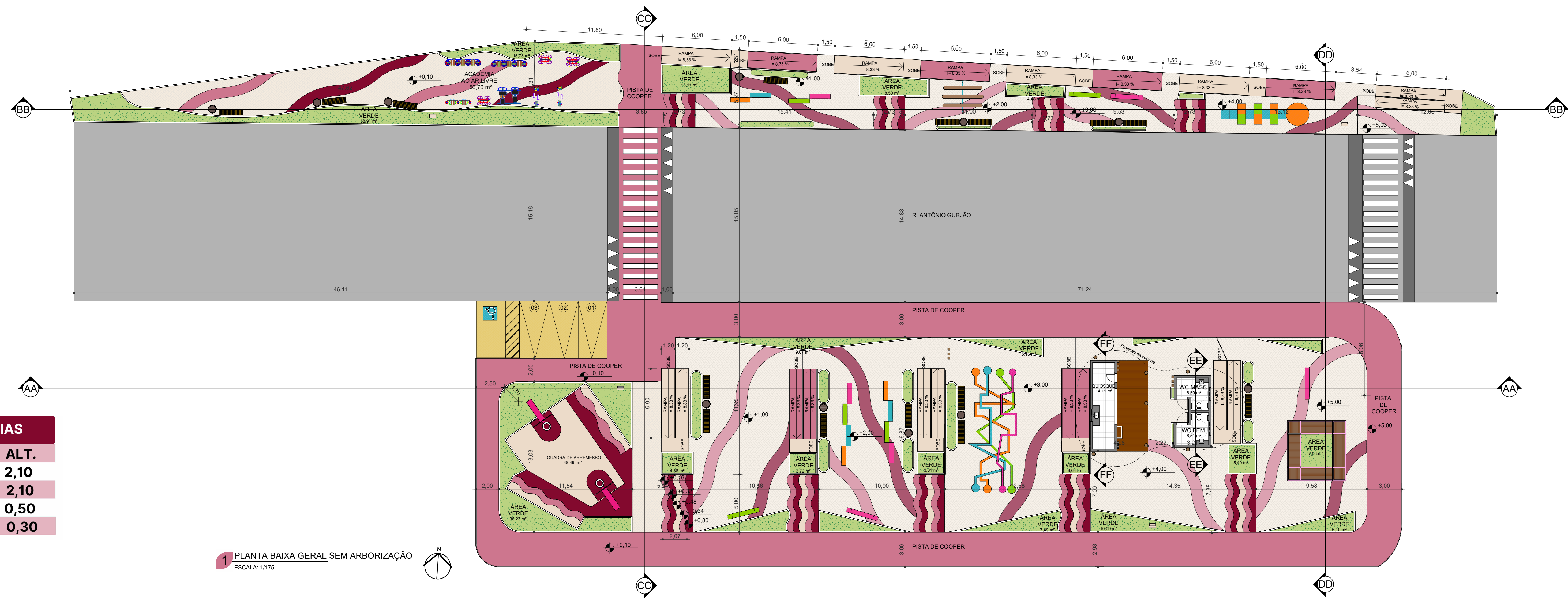
PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damiano Esdras Araújo Arraes

02

QUADRO DE ESQUADRIAS			
COD	QNT.	COMP.	ALT.
P01	1	0,80	2,10
P02	2	0,90	2,10
J01	1	1,10	0,50
J02	2	1,10	0,30



1 PLANTA BAIXA GERAL SEM ARBORIZAÇÃO
ESCALA: 1/175

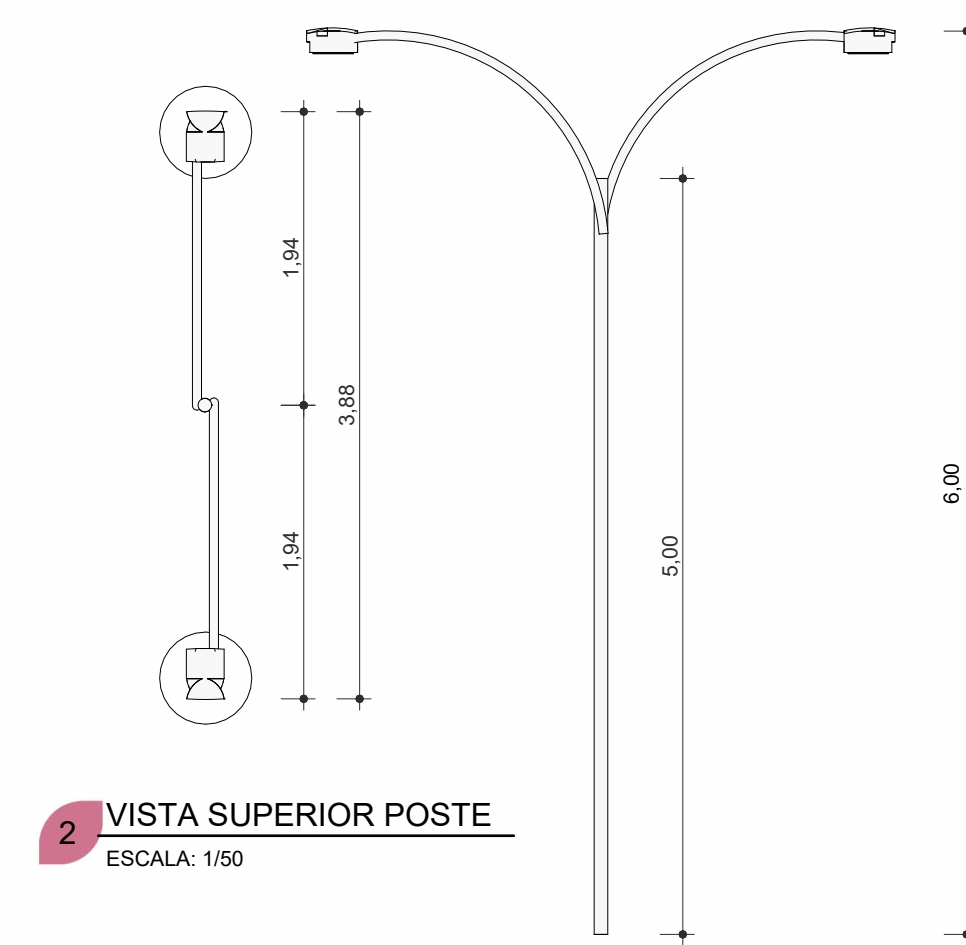
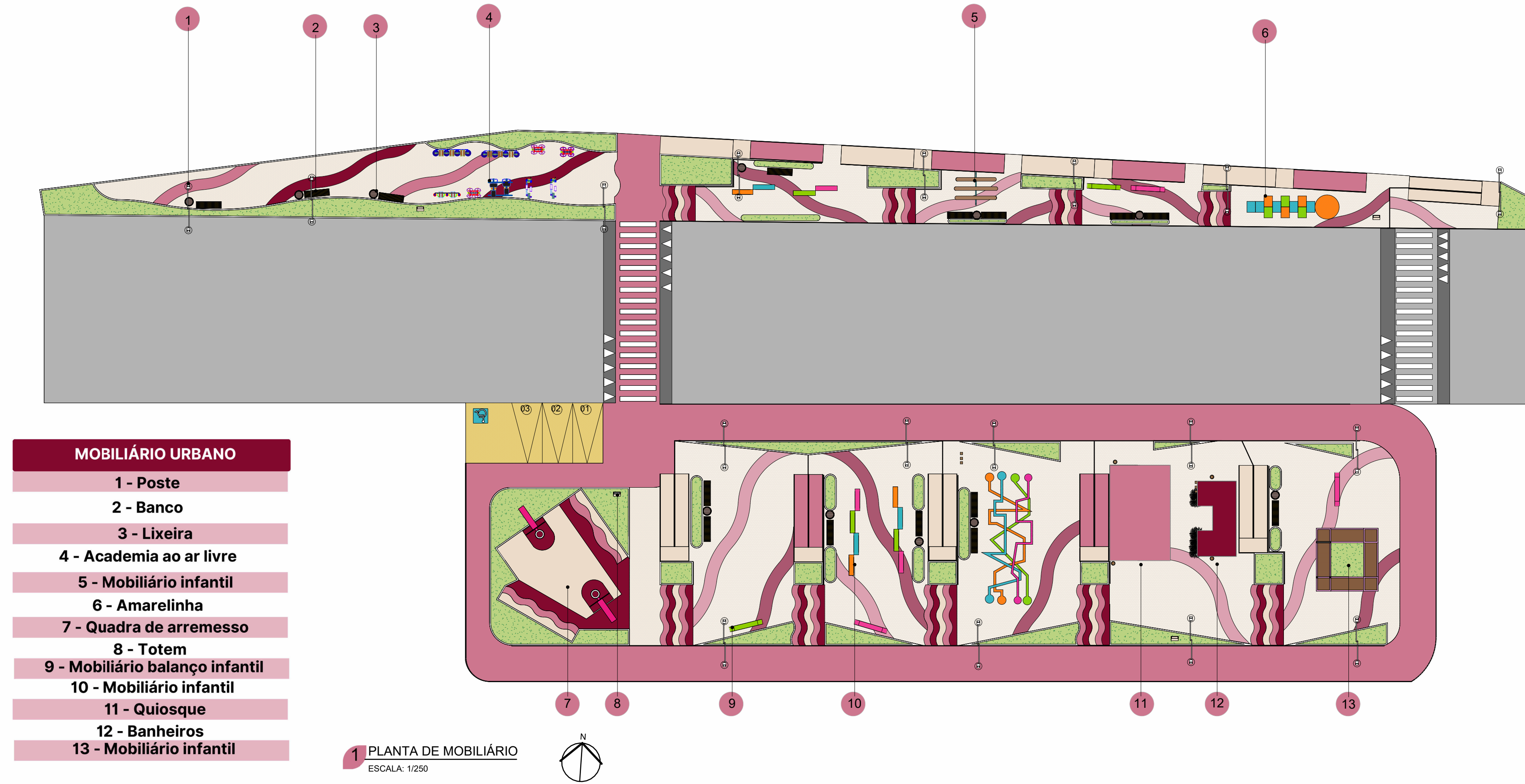


TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

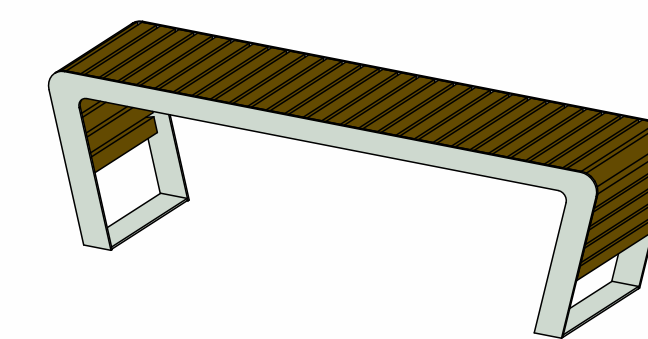
PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

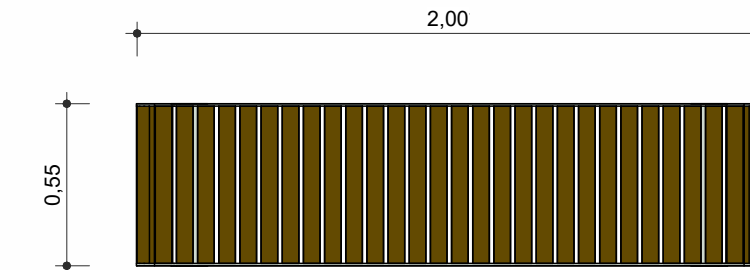
ORIENTADOR:
Damião Esdras Araújo Arraes



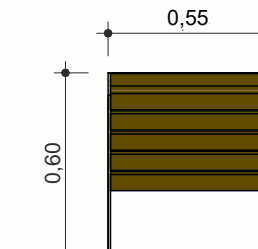
2 VISTA SUPERIOR POSTE
ESCALA: 1/50



4 PERSPECTIVA BANCO
ESCALA: 1/25



5 VISTA SUPERIOR BANCO
ESCALA: 1/25



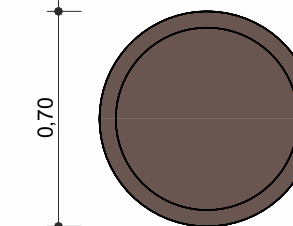
6 VISTA LATEAL BANCO
ESCALA: 1/25



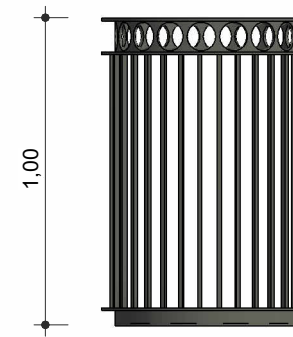
7 VISTA FRONTAL BANCO
ESCALA: 1/25



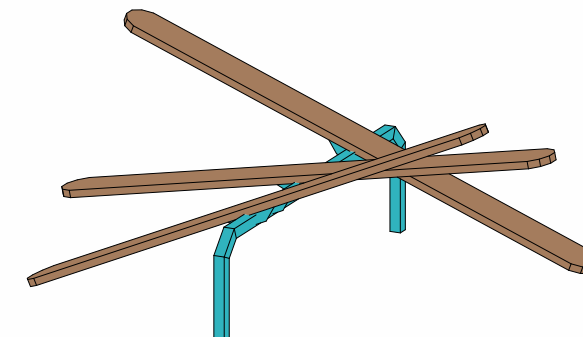
8 PERSPECTIVA LIXEIRA
ESCALA: 1/25



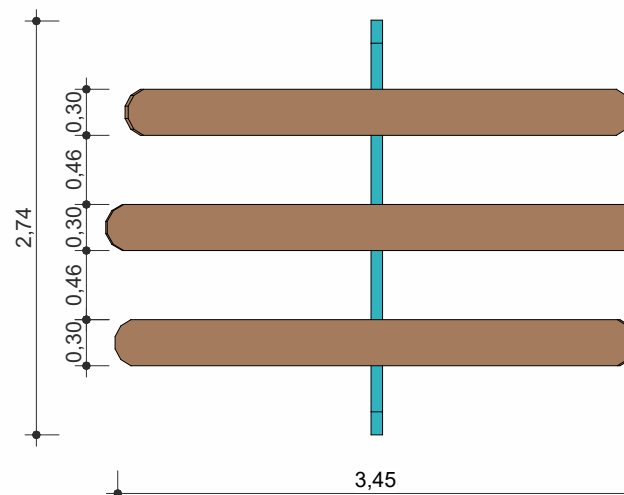
9 VISTA SUPERIOR LIXEIRA
ESCALA: 1/25



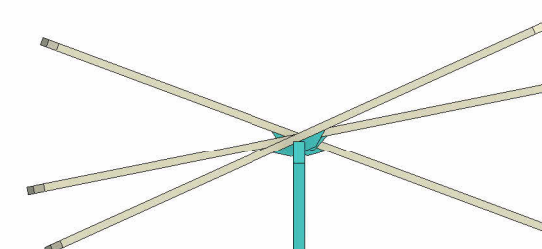
10 VISTA FRONTAL LIXEIRA
ESCALA: 1/25



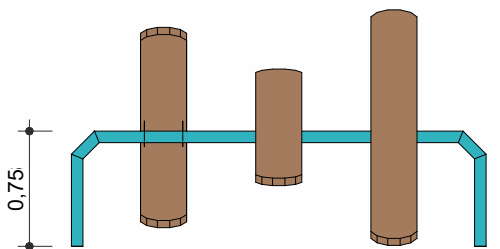
11 PERSPECTIVA MOB. INFANTIL / GANGORRA
ESCALA: 1/50



12 VISTA SUPERIOR MOB. INFANTIL / GANGORRA
ESCALA: 1/50



13 VISTA LATERAL MOB. INFANTIL / GANGORRA
ESCALA: 1/50



14 VISTA FRONTAL MOB. INFANTIL / GANGORRA
ESCALA: 1/50

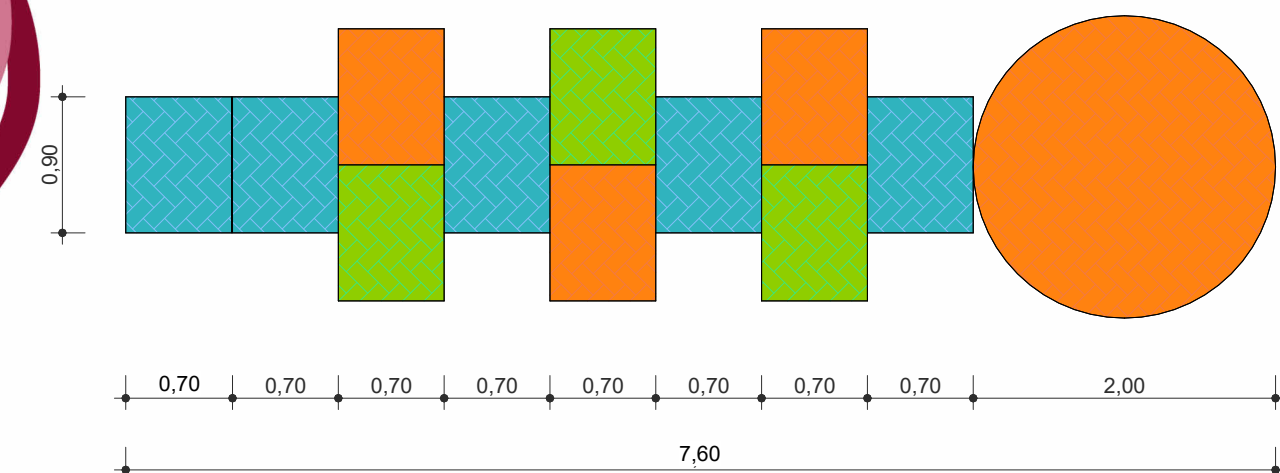


TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

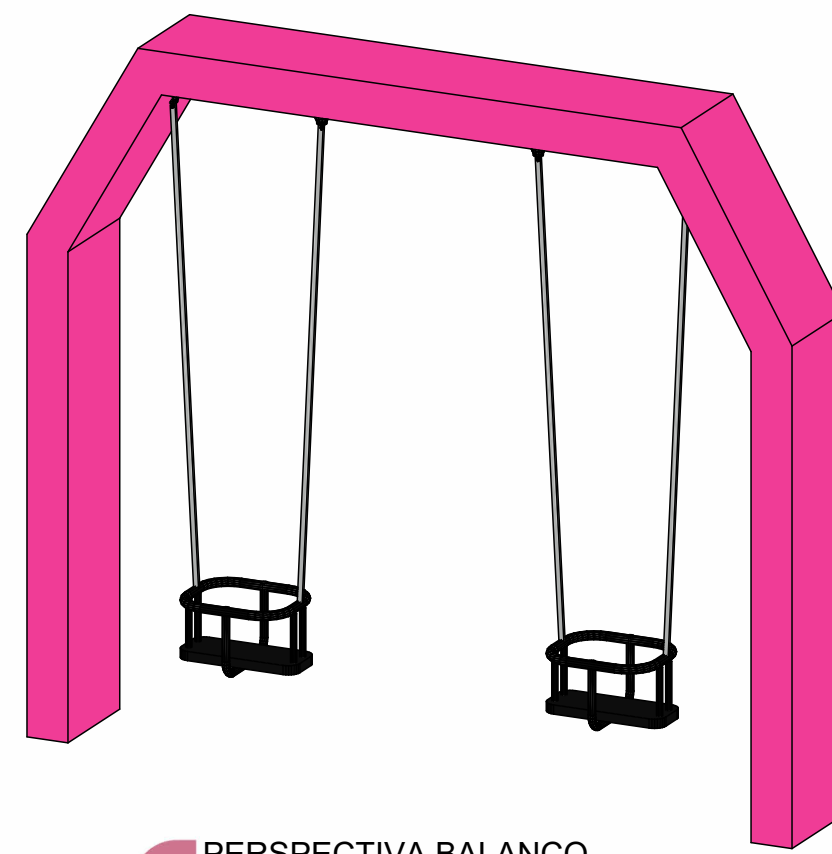
PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

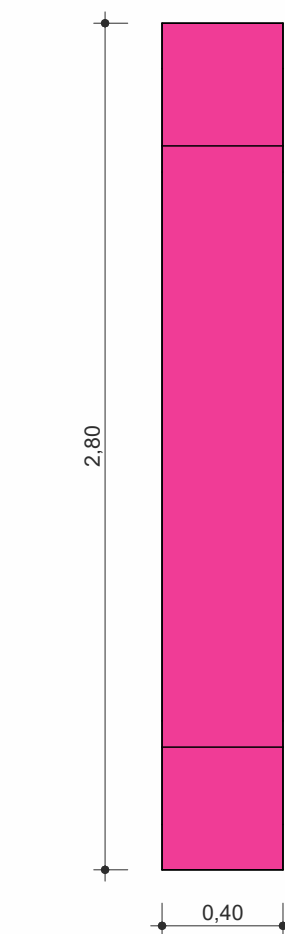
ORIENTADOR:
Damiano Esdras Araújo Arraes



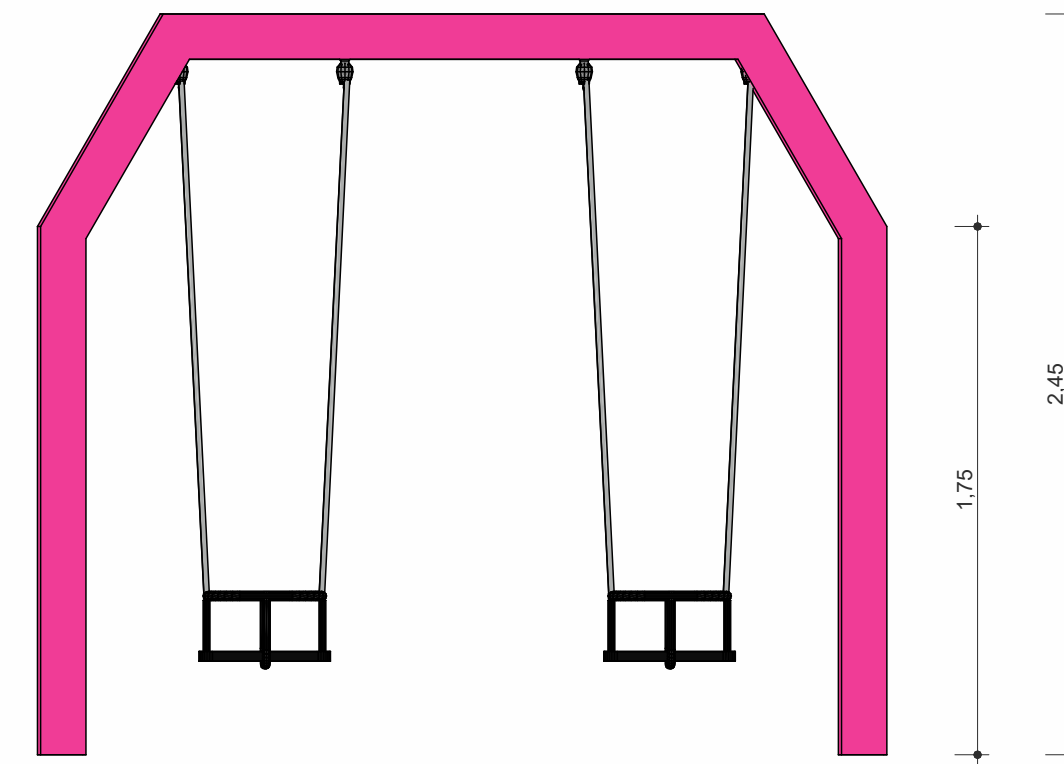
1 VISTA SUPERIOR AMARELINHA
ESCALA: 1/25



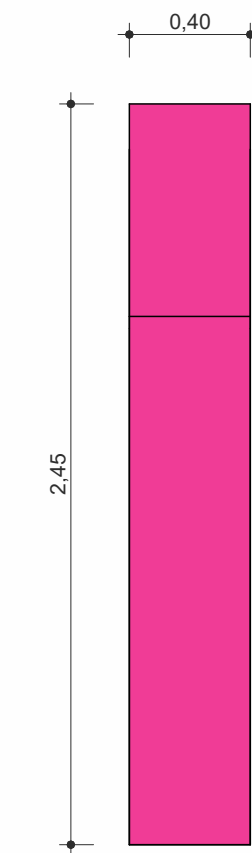
2 PERSPECTIVA BALANÇO
ESCALA: 1/25



3 VISTA SUPERIOR BALANÇO
ESCALA: 1/25



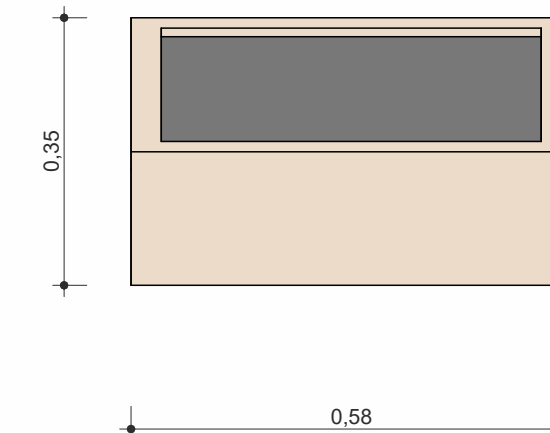
4 VISTA FRONTAL BALANÇO
ESCALA: 1/25



5 VISTA LATEAL BALANÇO
ESCALA: 1/25



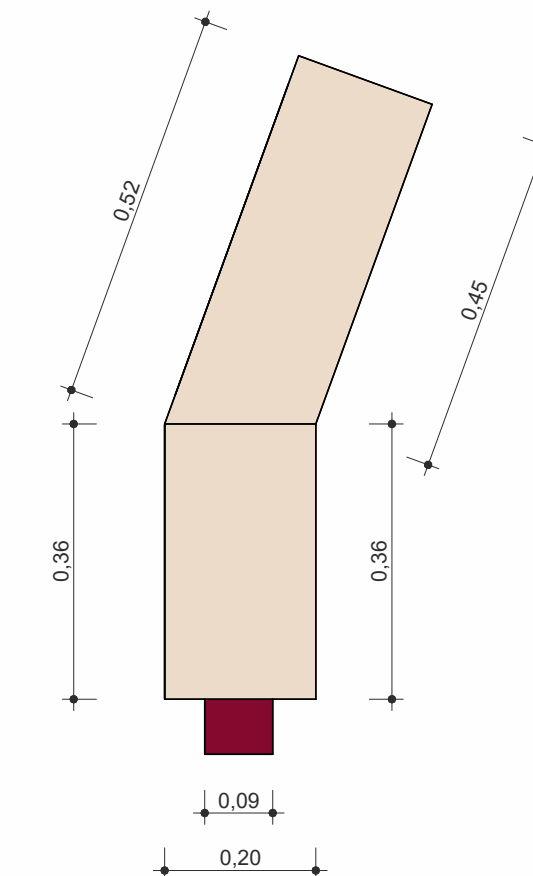
5 VISTA PERSPECTIVA TOTEM
ESCALA: 1/25



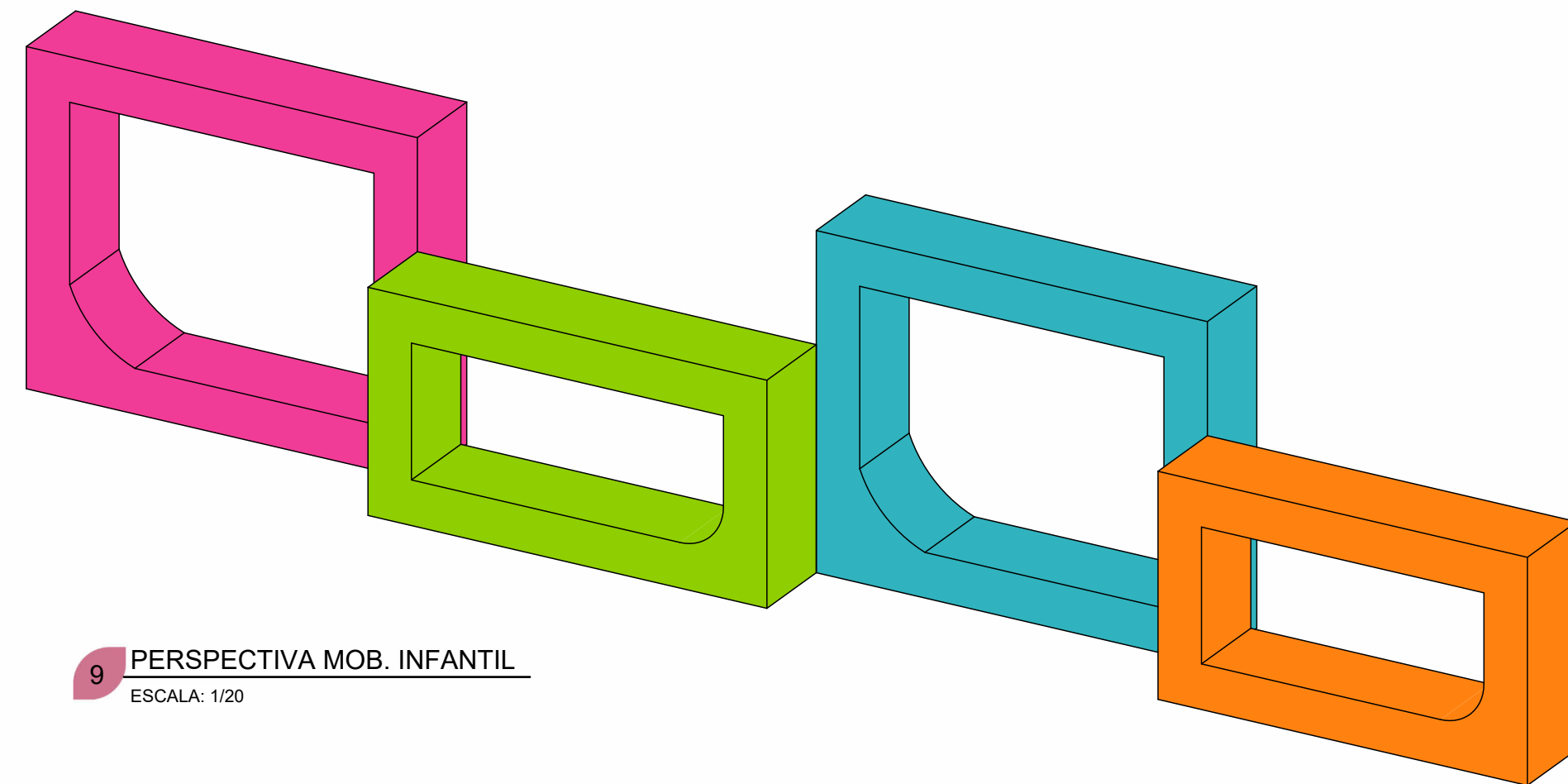
6 VISTA SUPERIOR TOTEM
ESCALA: 1/25



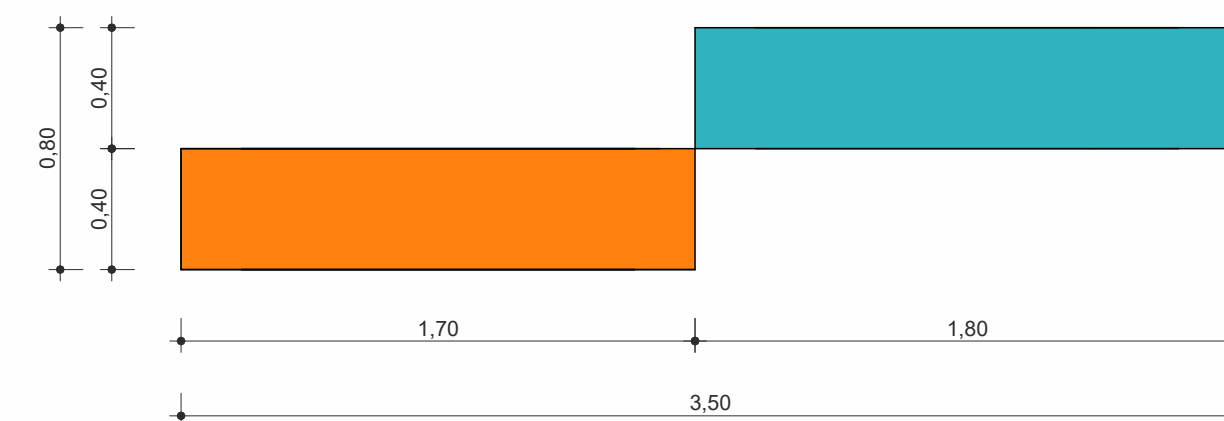
7 VISTA FRONTAL TOTEM
ESCALA: 1/25



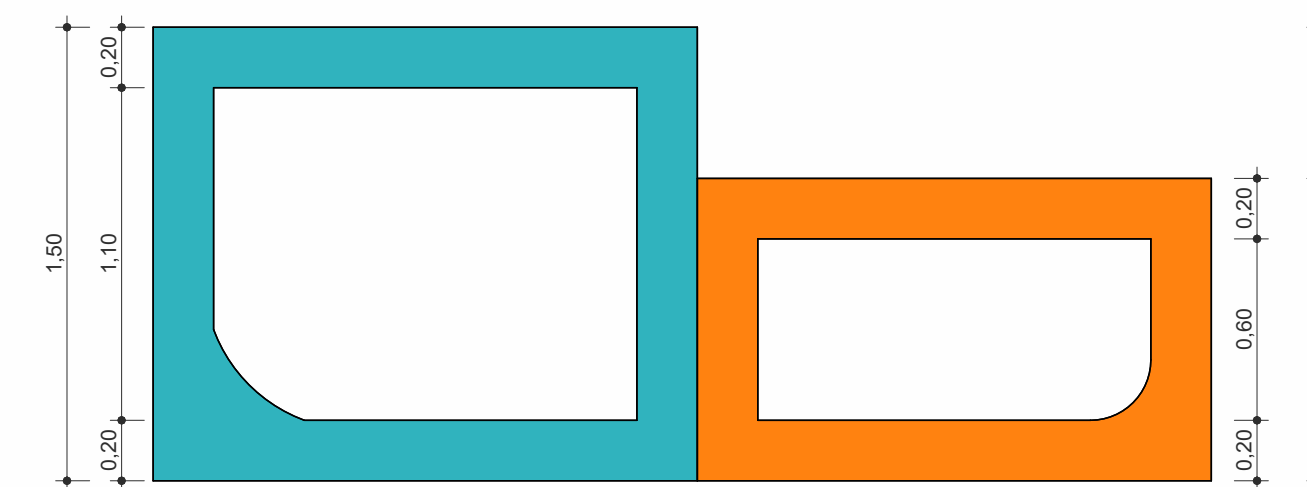
8 VISTA LATEAL TOTEM
ESCALA: 1/25



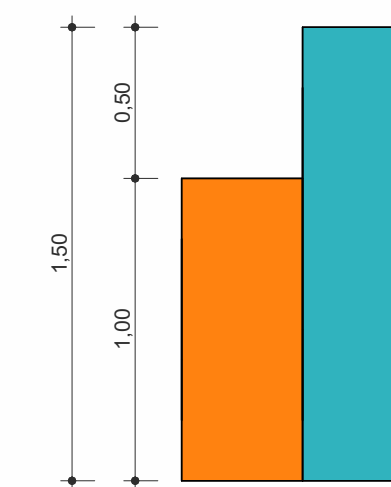
9 PERSPECTIVA MOB. INFANTIL
ESCALA: 1/20



10 VISTA SUPERIOR MOB. INFANTIL
ESCALA: 1/25



11 VISTA FRONTAL BANCO
ESCALA: 1/25



12 VISTA LATEAL BANCO
ESCALA: 1/25



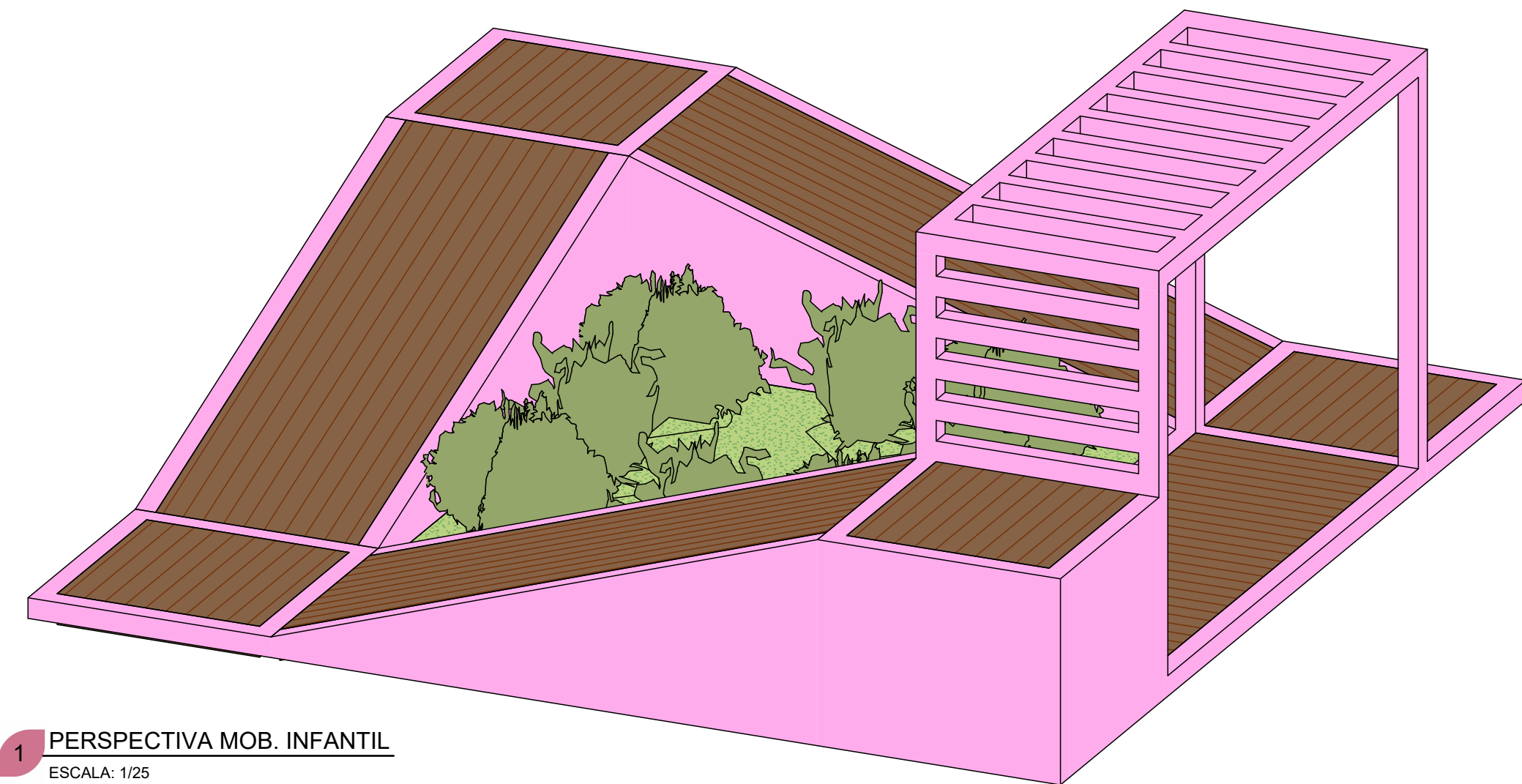
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

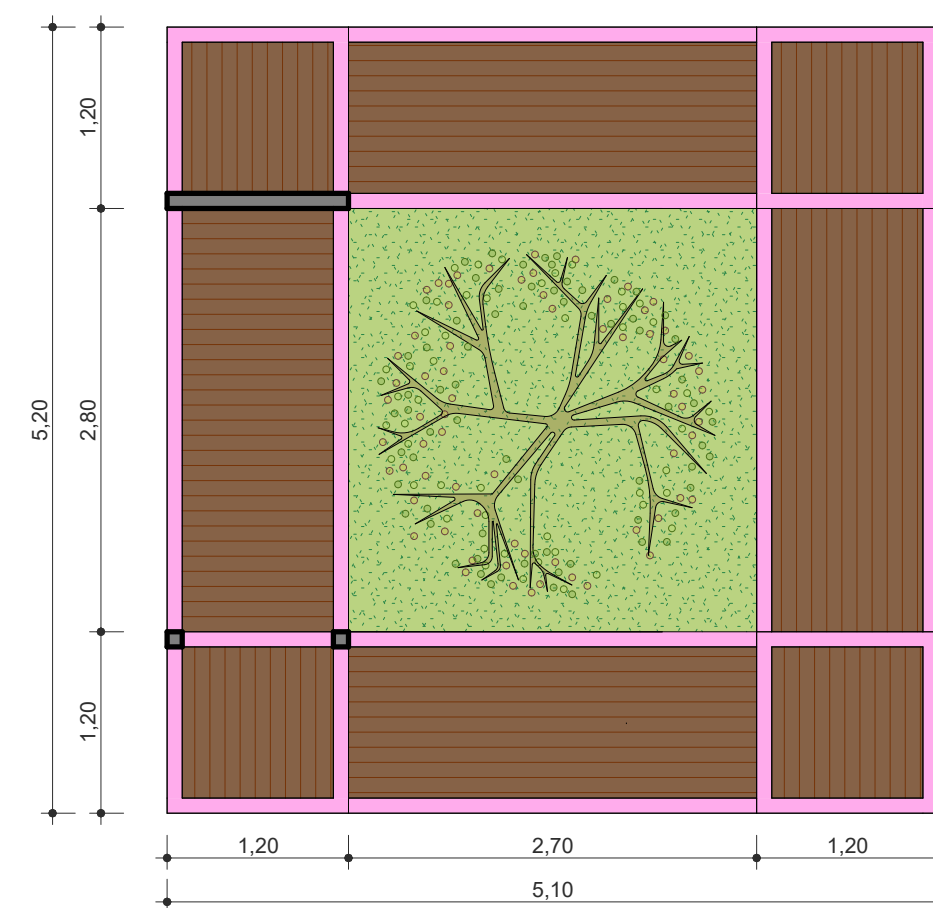
DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araújo Araes

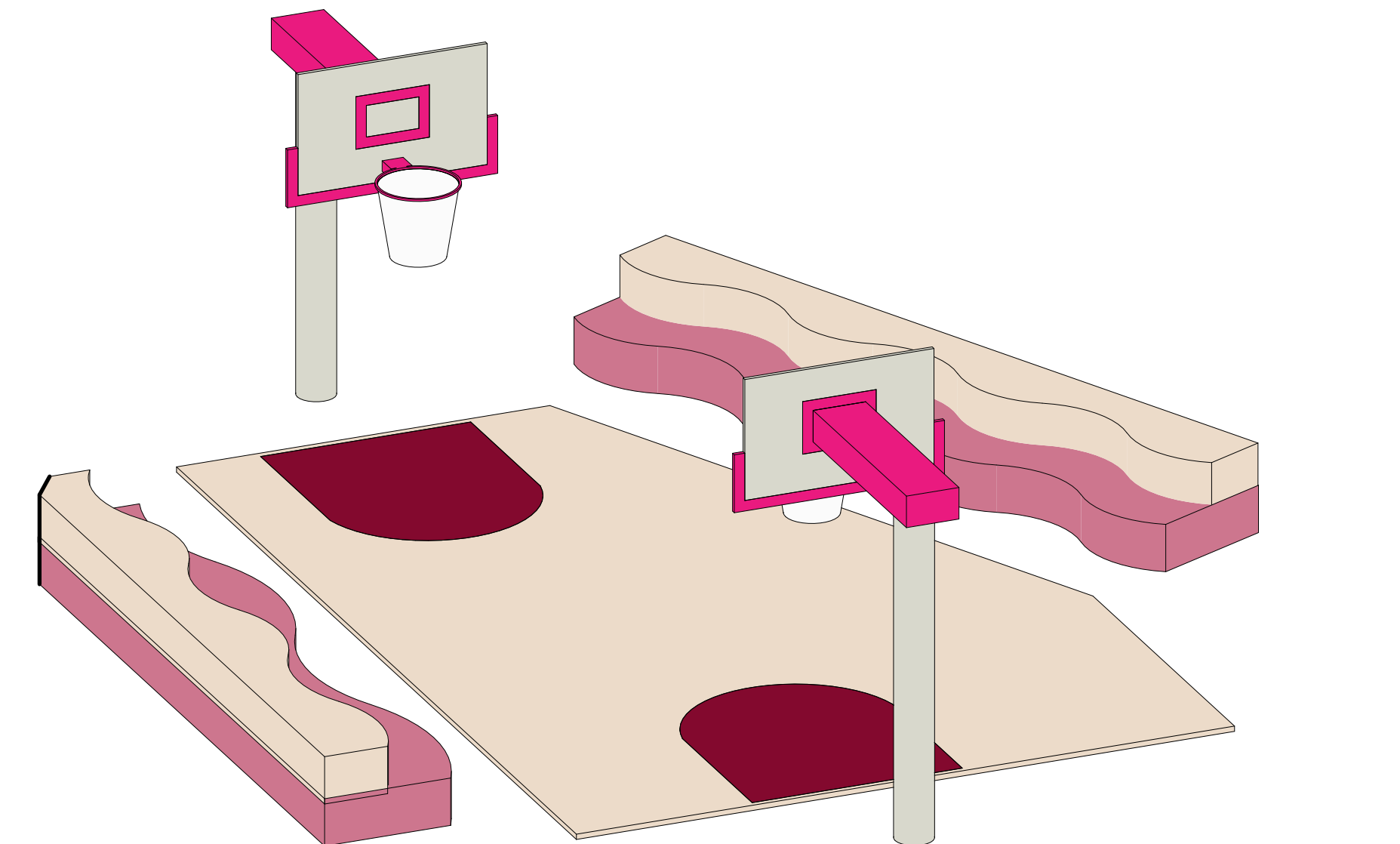
05



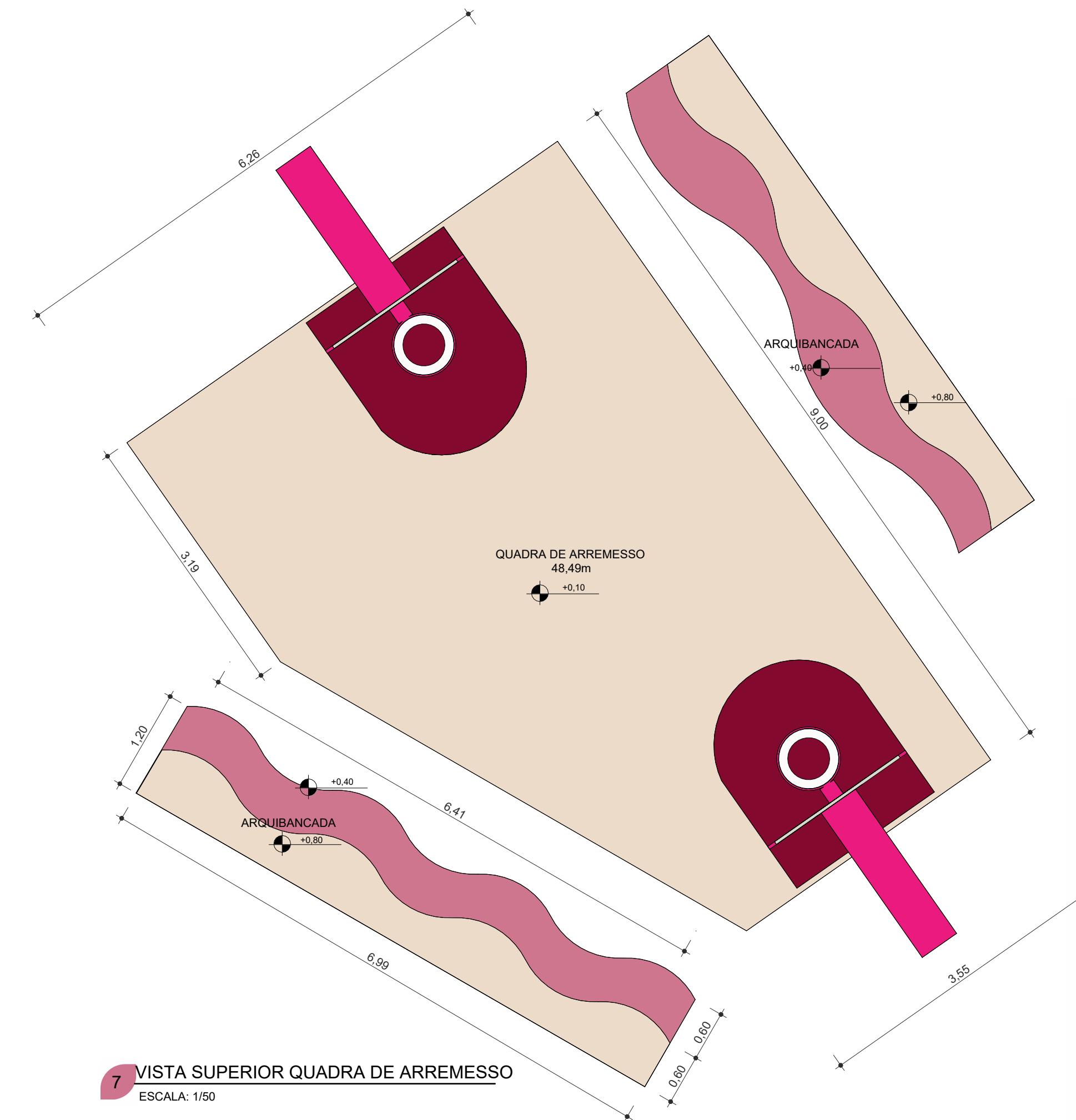
1 PERSPECTIVA MOB. INFANTIL
ESCALA: 1/25



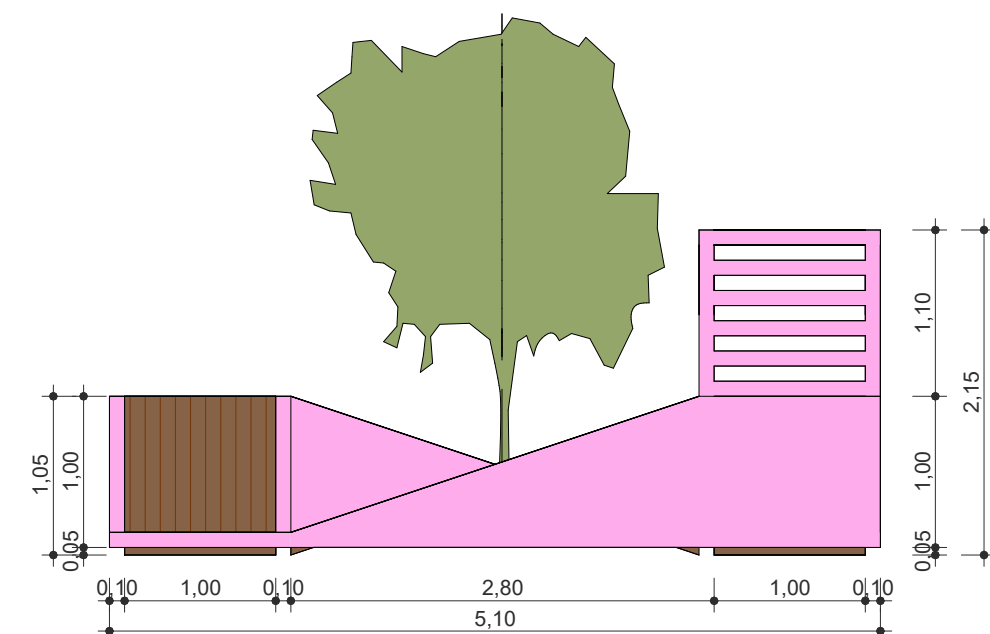
2 VISTA SUPERIOR MOB. INFANTIL
ESCALA: 1/50



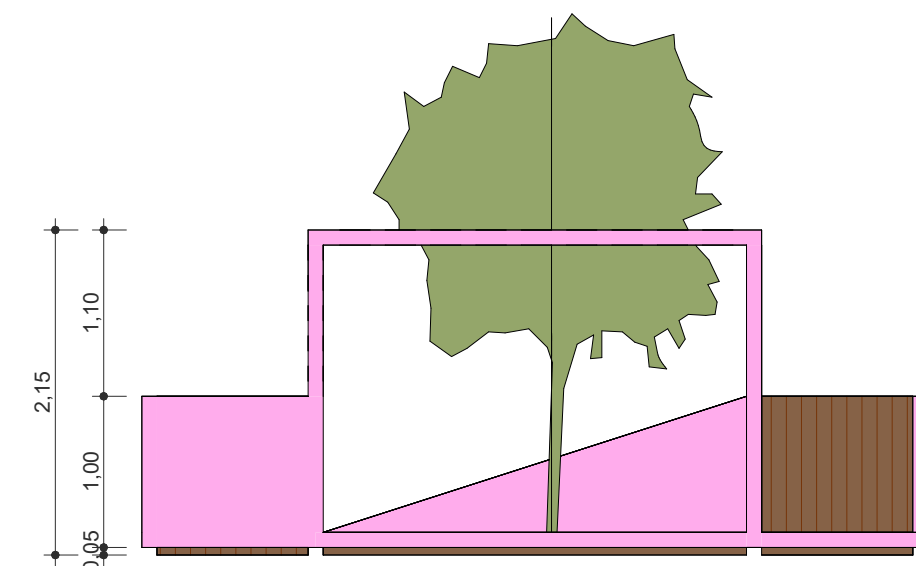
5 PERSPECTIVA QUADRA DE ARREMESSO
ESCALA: 1/50



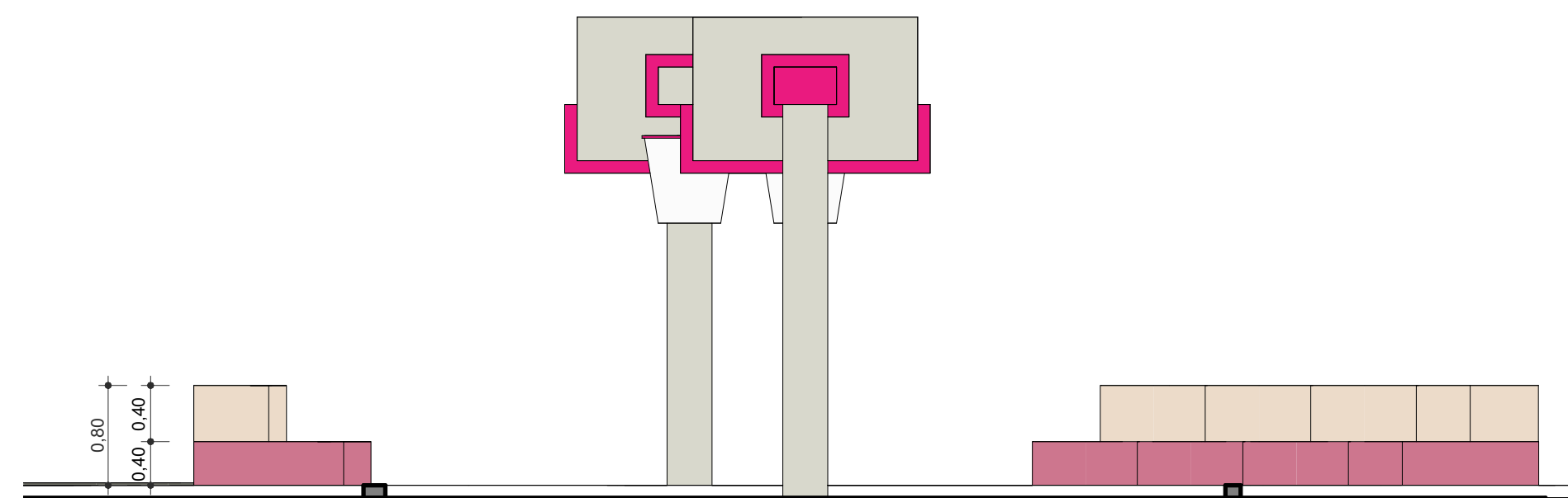
7 VISTA SUPERIOR QUADRA DE ARREMESSO
ESCALA: 1/50



3 VISTA FRONTAL MOB. INFANTIL
ESCALA: 1/50



4 VISTA LATEAL BALANÇO
ESCALA: 1/25



6 VISTA FRONTAL
ESCALA: 1/50



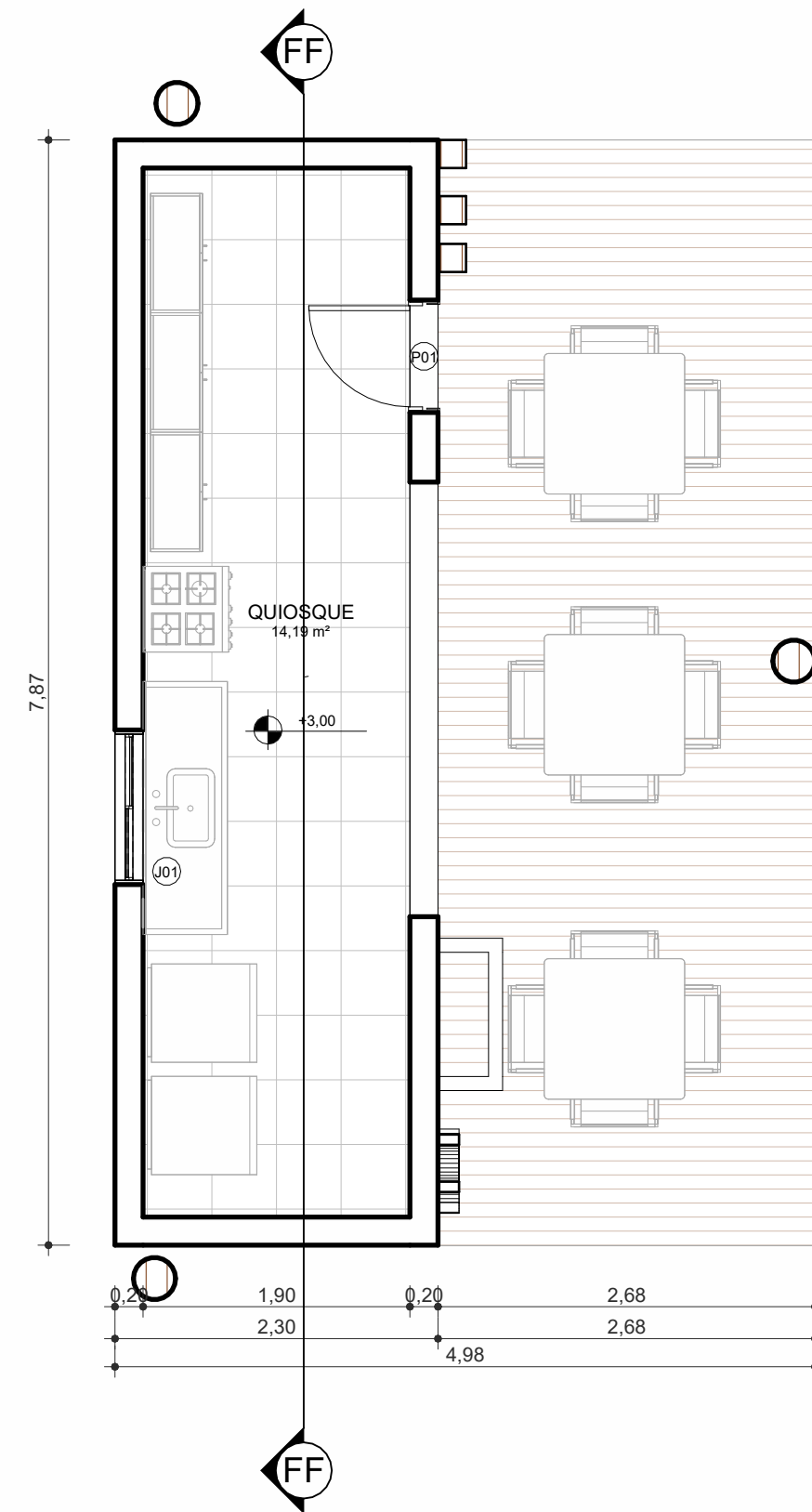
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

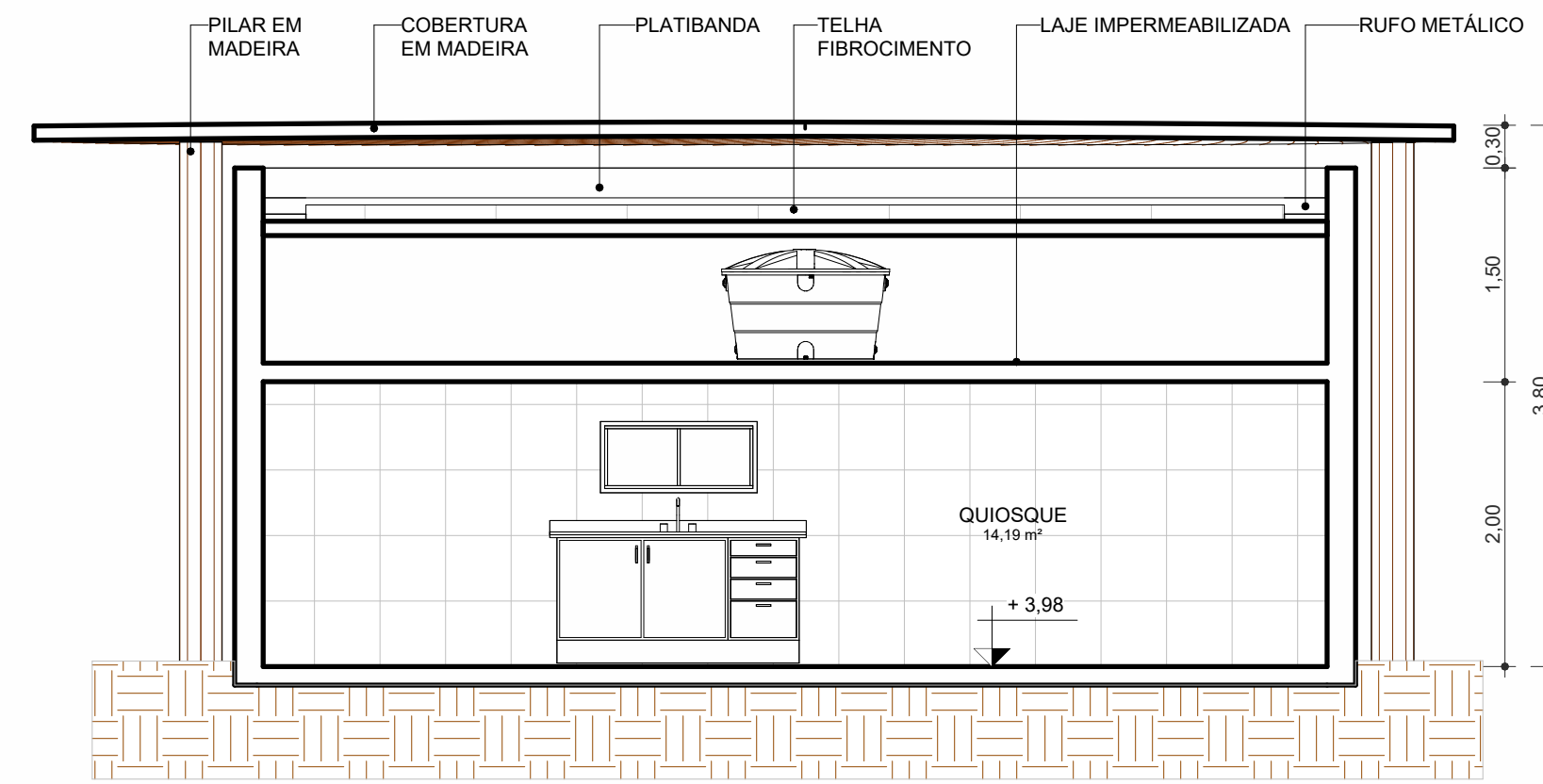
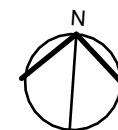
DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araújo Arraes

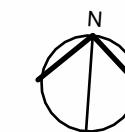
06



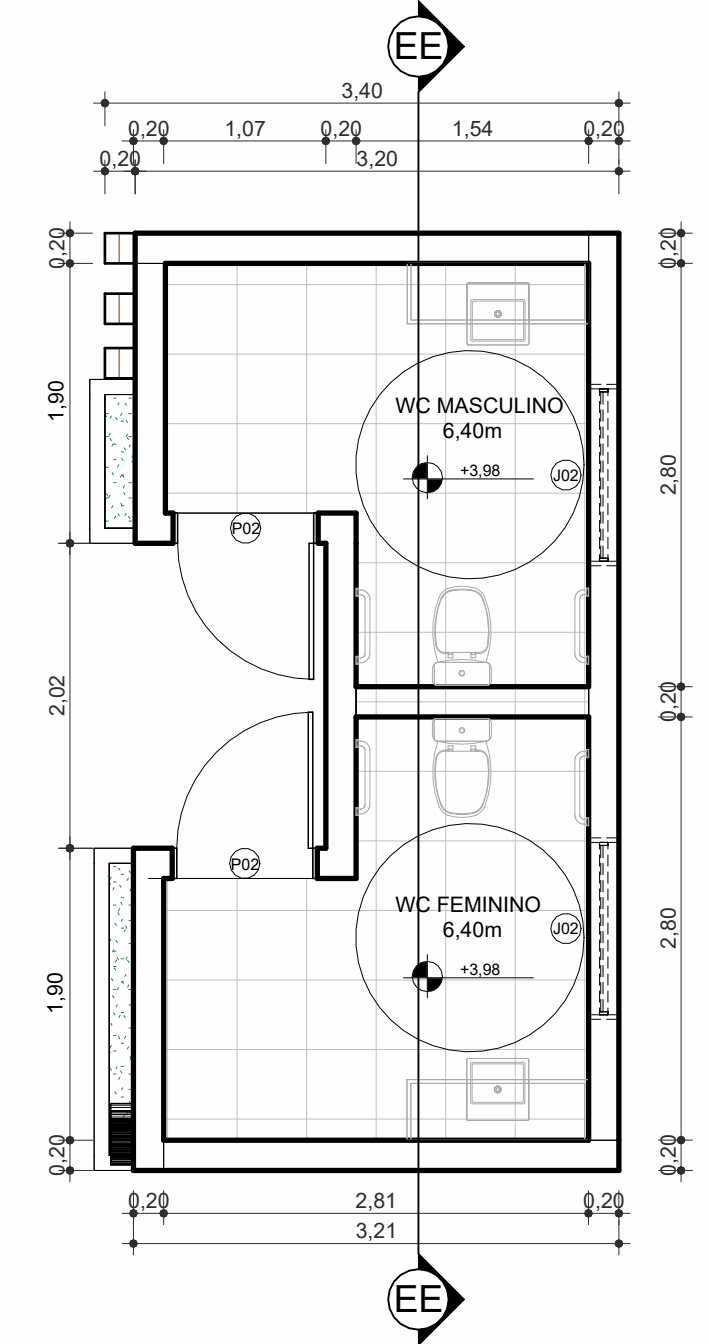
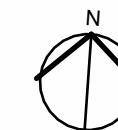
1 PLANTA BAIXA QUIOSQUE
ESCALA: 1/50



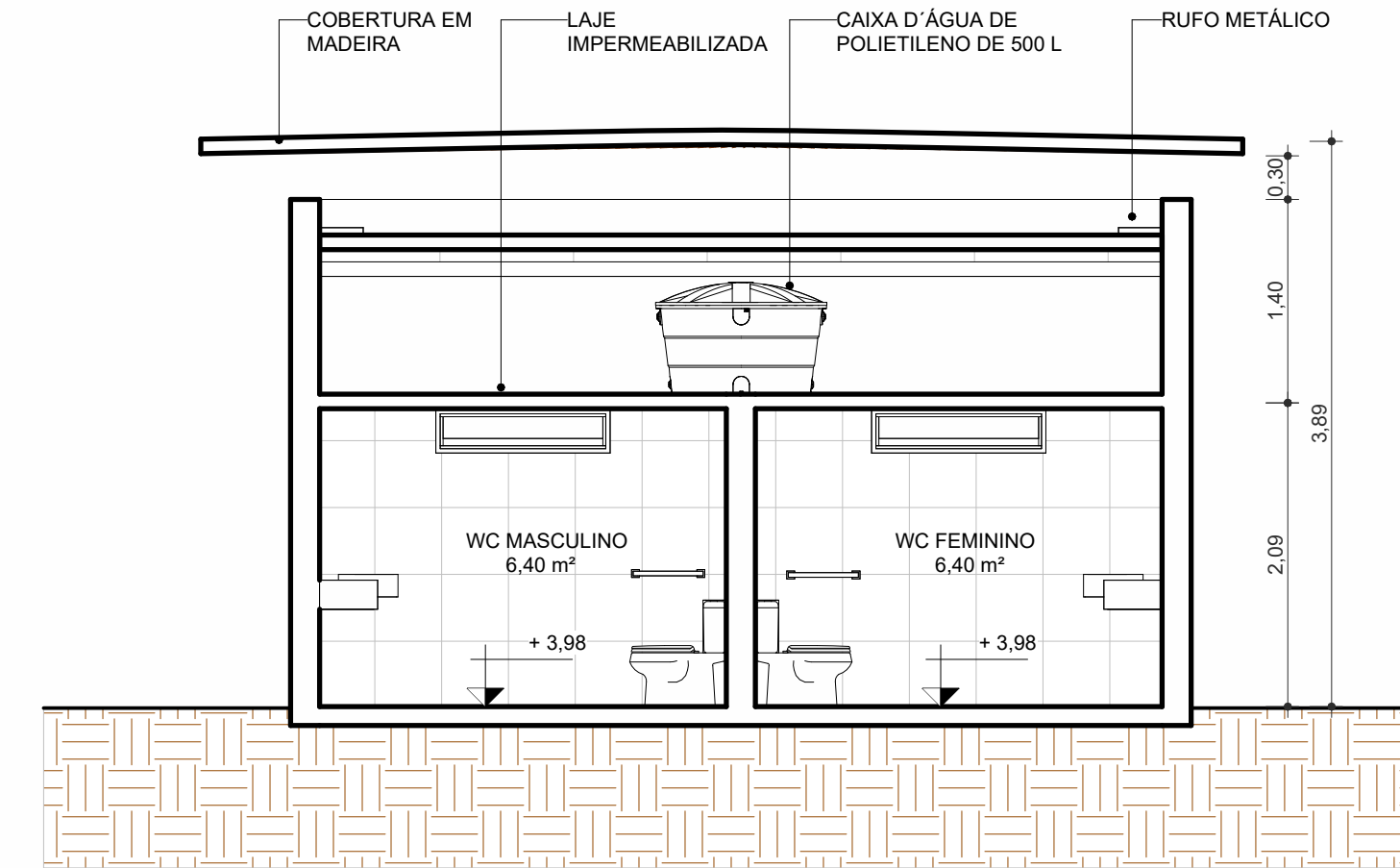
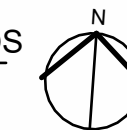
2 CORTE QUIOSQUE
ESCALA: 1/50



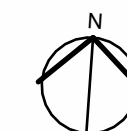
3 FACHADA QUIOSQUE
ESCALA: 1/50



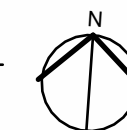
4 PLANTA BAIXA BANHEIROS
ESCALA: 1/50



5 CORTE BANHEIROS
ESCALA: 1/50



6 FACHADA BANHEIROS
ESCALA: 1/50



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araújo Arraes

07



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
Requalificação e ampliação da praça
Lourenço Gonçalves de Brito, no bairro
Alto São Geraldo, Pau dos Ferros-RN.

DISCENTE:
Marina Lopes de Holanda

ORIENTADOR:
Damião Esdras Araújo Arraes

08